

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

MESTRADO EM ECONOMIA

OS NÚCLEOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Manoel Rebêlo Junior

Campina Grande - Paraíba

Fevereiro de 1992

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CAMPUS II

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

MESTRADO EM ECONOMIA

OS NÚCLEOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

Manoel Rebêlo Junior

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba/Campus II, como parte das exigências do Mestrado em Economia (com área de concentração em Economia Rural), para a obtenção do Grau de "Mestre em Ciências Econômicas".

Orientador: Dr. Jurandir Antônio Xavier

Campina Grande - Paraíba

Fevereiro de 1992



R291n Rebelo Junior, Manoel
Os nucleos rurais do Distrito Federal / Manoel Rebelo
Junior. - Campina Grande, 1992.
148 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraiba, Departamento de Economia e Financas.

1. Capitalismo Financeiro 2. Nucleos Rurais - 3.
Dissertacao I. Xavier, Jurandir Antonio, Dr. II.
Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) III.
Título

CDU 330.142.23(043)

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta dissertação, contei com o apoio e a cooperação de várias pessoas.

Agradeço assim;

. em primeiro lugar, a minha esposa Vera e as minhas filhas Maíra e Tainara. Elas, mais do que ninguém, vivenciaram as dificuldades deste trabalho, principalmente quando eu estava em Brasília e elas em Vitória no Espírito Santo.

. à meus pais, Rebêlo e Maria José, por suprirem o meu crônico problema financeiro, quando da pesquisa em Brasília.

. à Francinete, que sempre me recebeu bem em Campina Grande.

. ao Jurandir, pela orientação.

. aos professores, alunos e funcionários do Mestrado, pelo convívio e pelas constantes trocas de idéias.

Na coleta de informações, foram decisivos os apoios das pessoas abaixo relacionadas.

Na Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal: Moacir Lima, Lucídio Guimarães

Albuquerque, Joaquim Alfredo da Silva Tavares e Urileni (ex-CEPA).

Na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal: Luiz Otávio da Justa Neves, Gontijo e Ademar Fernandes dos Anjos.

Na EMATER/DF: João Bernardino de Souza e Shigueo Matsuura.

Na CENAGRI: Eliana Nogueira, Lilian Brandão e Narda Camargo.

No Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal: Cleusa e Prof. Olímpio.

Agradeço também aos funcionários das bibliotecas do IBGE, IBICT, UnB e CODEPLAN, bem como aos funcionários do Arquivo da NOVACAP e da Divisão de Documentação/Seção de Disseminação da Informação do GDF.

Ao Marco e a Rose, pela datilografia.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim, cabe esclarecer, que nenhuma das pessoas relacionadas é responsável pelas conclusões formuladas neste trabalho, cabendo esta responsabilidade única e exclusivamente ao autor.

RESUMO

Os Núcleos Rurais nasceram com a cidade de Brasília, representando a primeira manifestação de se organizar uma agricultura de abastecimento na região.

Apesar disto, até agora foram mal estudados, fazendo com que sejam vistos, desde a sua criação, como áreas de produção não-capitalistas.

Esta dissertação procura assim, mostrar que tanto na fase de criação como nas fases seguintes, a estrutura global de produção sempre foi capitalista. Reflexo do planejamento idealizado pelo estado capitalista desenvolvimentista.

O ciclo histórico oscila assim entre a euforia da criação e a crise subsequente, resultado da desordem político-administrativa do país; oscila entre a saída da crise e a entrada em nova fase histórica, onde a política de abastecimento é colocada em segundo plano, em prol de novas políticas agrícolas voltadas para o mercado externo.

Os Núcleos rurais também passam a segundo plano, acabando por fim a se adaptarem às novas políticas

agrícolas, fazendo assim com que hoje predominem em seus lotes, a especulação com os direitos de arrendamento, ou então a cultura da soja.

Como locais de produção, os Núcleos Rurais não passam de lugares onde é posta em prática a lógica da acumulação capitalista, cujo resultado é por um lado, o enriquecimento privado e por outro, a miséria social.

ABSTRACT

The Rural Nucleus had born with Brasilia city, it represented the first manifestation to organize an regional stock agriculture.

Despite this, had been poorly studied until now, causing to be seeing, since it's creation, as non-capitalist production areas.

That dissertation search for, show that even in the creation phase as in subsequent phases, the global structure of production always were capitalist. Reflection of idealized planning of developmentist capitalist state.

The historie cicle oscillate between the euphory of creation and the subsequent crisis, resulting from political-administrative disorder in the country; it oscillate between the exit of crisis and the arrive in new historie phase, where the stock politics is placed in secondary position, in favor of new agricultural politics directed to foreigh markets.

The Rural Nucleus also change to a secondary position, finishing to adapt to the new agricultural politics, so now predominate in its lots, the speculation with leasing wrights, or soy bean culture.

As production places, the Rural Nucleus are places where is practiced the capitalist accumulation logic, of which result is for one side, the private enrichment e for the other side, the social poverty.

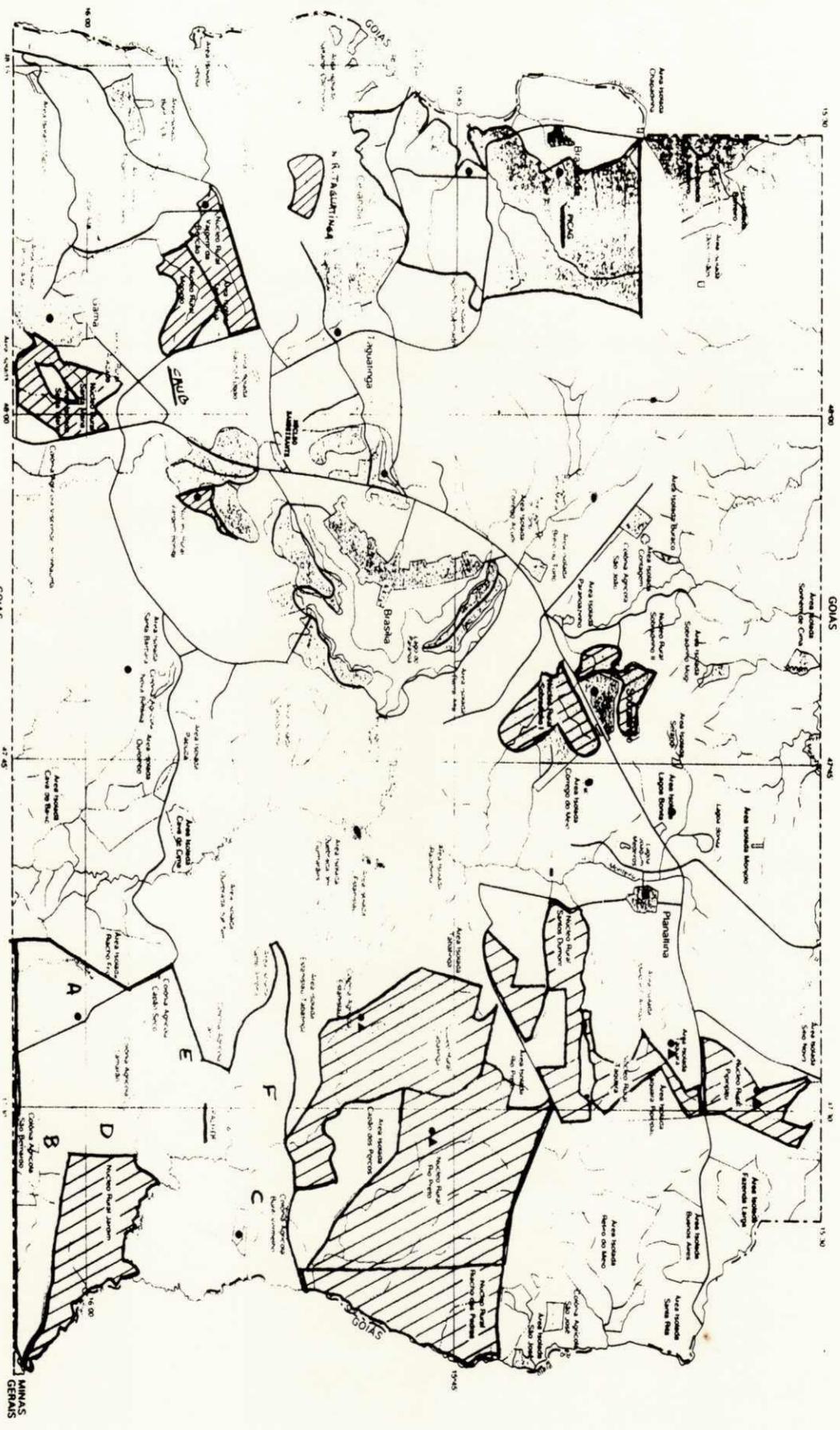
SUMÁRIO

	Pág.
AGRADECIMENTOS	I
RESUMO.....	III
ABSTRACT.....	V
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - Preâmbulo Formal	5
1.1 - Formal 1	5
1.2 - Formal 2	7
CAPÍTULO II - As Teorias Existentes sobre os Núcleos Rurais	16
CAPÍTULO III - Os Núcleos Rurais do Distrito Federal.	34
3.1 - Preliminares	34
3.2 - Fase 1: Criação e Anarquia	37
3.2.1 - Criação	37
3.2.1.1 - O Modo de Produzir nas Áreas Arrendadas	50
3.2.2 - Anarquia	53
3.2.2.1 - A Lenta Saída da Anarquia ..	63
3.3 - Fase 2: Ruptura e Adaptação	68
3.3.1 - Preliminares a Ruptura .	68
3.3.2 - Ruptura	71
3.3.3 - Adaptação	78
3.3.3.1 - O PAD-DF	78
3.3.3.2 - A Revitalização dos Núcleos Rurais .	80
3.3.3.3 - Os Núcleos Rurais, Hoje ...	90
3.4 - A Riqueza na Miséria	107
CONCLUSÃO	113
NOTAS DO CAPÍTULO I	123
NOTAS DO CAPÍTULO II	126
NOTAS DO CAPÍTULO III	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

Base geográfica: sistema UTM, zona 18S, coordenadas UTM: 5473 v. A, 50 22 7 0 51 27 2 4
 Escala: 1:100.000
 Projeto: 1982
 Autores: [unreadable]
 Edição: 1982
 Edições: 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025
 Base de Dados: [unreadable]
 Sistema de Arquivos: [unreadable]
 Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados: [unreadable]
 Sistema de Impressão: [unreadable]

Area rural ocupada

- Area Urbana
 - Estrada de Rodagem pavimentada
 - Estrada de Rodagem sem pavimentação
 - Implantação de [unreadable]
 - [unreadable]
 - Limite Interurbano
 - Curso D'agua Perene e Intermitente
 - Lago ou Lagoa
 - Barragem
- Area Rural
 - Escritorio da EMATER
 - ▲ Mercado Produtor



DISTRITO FEDERAL - NÚCLEOS RURAIS: TOTAL DE LOTES

ÁREA MÉDIA POR LOTE E ÁREA TOTAL - 1991

NÚCLEOS RURAIS	TOTAL LOTES	ÁREA MÉDIA	ÁREA TOTAL
		(hectares)	
VARGEM BONITA	71	4,70	333,73
ALAGADO	30	45,98	1.379,46
JARDIM	91	48,06	6.680,00
MONJOLO	32	54,25	1.736,07
PIPIRIPAU	88	35,16	3.094,95
RIACHO DAS PEDRAS	41	164,07	6.727,09
RIO PRETO	174	103,92	18.083,14
SANTOS DUMONT	115	26,89	3.147,29
SANTA MARIA	18	61,89	1.114,14
SOBRADINHO I	61	52,99	3.232,74
SOBRADINHO II	53	26,33	1.448,18
TABATINGA	215	48,38	10.401,80
TAGUATINGA	30	71,05	1.705,41
TAQUARA	111	23,27	2.630,38
VARGEM DA BENÇÃO	54	48,46	2.617,11
TOTAL	1.184		64.331,49

FONTE: FZDF - Fundação Zoobotânica do Distrito Federal

INTRODUÇÃO

No estudo do espaço rural do Distrito Federal, são observadas várias formas de estruturação da produção agropecuária. Uma destas, são os Núcleos Rurais. Estes podem ser definidos como um conjunto de lotes numerados, de tamanho variável, mas com tendência uniforme, e voltados basicamente para produção agropecuária.

Os núcleos Rurais são assim local de produção, uma das formas de como se manifesta a organização da produção.

Apesar de existirem desde o início de Brasília, na verdade foram pouco estudados. As interpretações existentes, por outro lado, são datadas, não indo ao início da questão mas ficando presas nas conjunturas que analisam. Não existe assim um estudo do ciclo histórico. Este seria representado por uma sucessão de conjuntas que viriam do auge à crise, da crise ao auge e assim sucessivamente. No caso de Brasília, seria estudar para onde convergiram os capitais, como se reproduziram e como continuaram seu processo.

A explicação deste ficará claro na interpretação que se segue e está diretamente relacionada

com o nível de industrialização capitalista para o ramo agropecuário. Industrialização aqui não deve ser confundida com indústria e sim como uma conversão quantitativamente crescente de capital para o processo produtivo, processo este que teria como resultado a produção em larga escala, o que no capitalismo significa processo de produzir mercadorias e processo de produzir mais-valia.

Este trabalho caracteriza duas épocas de industrialização capitalista para a agropecuária da região: a primeira, diz respeito a uma tentativa de implantação de um processo global de produção, que após os momentos iniciais, sucumbe com a crise política dos anos sessenta; a segunda, já nos anos setenta, procura basear-se no processo anterior, mas ao mesmo tempo rompe com aquele. Se a primeira política de industrialização visava atingir ao mercado local, via abastecimento alimentício da cidade de Brasília, a segunda política já visa atingir o mercado internacional, atuando como parte da política federal (via I e II PNDs), que pretendia colocar o país como supridor mundial de alimentos.

Estes dois momentos não foram assinalados por interpretações anteriores e quando foram vistas não foram entendidas. Nenhuma interpretação viu industrialização capitalista na primeira fase e só conseguiu ver na segunda o nascimento das formas capitalistas na agropecuária da região.

Esta dissertação defende portanto a hipótese que o que se observou e o que se observa na agropecuária do Distrito Federal faz parte do processo de expansão do capital, personificado na política governamental e na

figura do arrendatário. Isto significa que em ambas as fases assinaladas, a estrutura global de produção era capitalista. A agricultura, interpretada por vários autores, como de subsistência (nos anos sessenta), era o resultado de uma crise e não o estado natural da agricultura na região.

Cabe ser observado também o seguinte: esta situação de auge, crise, auge que representa o ciclo histórico a ser estudado, tem uma participação significativa para quem busca informações sobre Brasília. Se o objetivo é pesquisar o ciclo a partir dos anos setenta, não haverá problemas quanto há informações e estatísticas pois estes existem em quantidade. O mesmo já não acontece com a fase anterior. Se com referência a construção de Brasília o material é mais numeroso, com relação a crise que se seguiu ele é praticamente inexistente. Mas mesmo o material mais numeroso não é abundante. Afora os depoimentos apologéticos da construção, o resto é esparço e fragmentado estando ainda em grande parte na cabeça das pessoas que participaram das diferentes fases do período. Fazer uma prova documental do que foi dito por estas pessoas é assim extremamente difícil, mas não impossível. Deste modo, o que vai escrito neste trabalho é uma tentativa de reconstrução de um período histórico importante, pois assinala, entre outras coisas, a formação do espaço rural do Distrito Federal, aspecto não abrangido nas interpretações anteriores e por isso, causador de uma visão deturpada do mesmo.

Esta pesquisa procura assim voltar ao começo, à época de planejamento e implantação do espaço

rural em volta de Brasília e deste modo, ter uma visão abrangente sobre o que é observado nos dias de hoje.

Para a apresentação desta pesquisa, desenvolvemos a mesma em três capítulos. No primeiro, será feita a apresentação formal da economia do Distrito Federal, procurando situar o lugar ocupado pela agropecuária. Situada a agropecuária, será abordada esta com relação ao que se produz e onde se produz. Neste último localizaremos a posição dos Núcleos Rurais. No segundo capítulo, abordaremos as interpretações já existentes sobre os Núcleos Rurais. Finalmente, no terceiro capítulo, será apresentada a interpretação desta dissertação:

CAPÍTULO I

PREÂMBULO FORMAL

1.1 - Forma 1

A parte mais conhecida do Distrito Federal, delimitado oficialmente em 1956 é Brasília. Cidade que teve seus alicerces básicos erguidos em três anos de árduos trabalhos, foi planejada para não repetir na parte urbana os erros (ou imperfeições) observadas nas cidades já existentes. Isto não evitou que mesmo antes de sua inauguração, o projeto urbanístico de Lúcio Costa já fosse acompanhado do crescimento de cidades-satélites, que hoje existem em número de onze.

As terras do Distrito Federal ficaram então divididas em Área Metropolitana (Plano Urbanístico de Brasília); Área das Cidades-Satélites; e, Área Rural. As áreas urbanas correspondem hoje a 22,66% das terras cabendo à parte rural os restantes 77,34%

Para o uso das terras do Distrito Federal, a legislação específica e até hoje vigente, estipulou que as mesmas poderiam ser alienadas pelo poder expropriante,

desde que fossem dentro de áreas urbanas. Para as áreas rurais, o acesso para uso econômico das mesmas seria realizado via arrendamento (1).

Estas terras haviam sido consideradas de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Estado de Goiás (2) e posteriormente transferidas para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital-NOVACAP, quando de sua criação e que tinha como objetivo fazer cumprir a decisão oficial de se construir Brasília.

A região onde passa a se localizar o Novo Distrito Federal, e que era ocupado anteriormente por fazendas de gado, passa a ter suas terras desapropriadas e incorporadas, primeiro ao patrimônio do Governo do Estado de Goiás; segundo, ao patrimônio da União; e terceiro, ao Governo do Distrito Federal.

Atualmente, cerca de 14% das terras urbanas e 47% das terras rurais ainda não foram desapropriadas. Em relação ao total das terras do Distrito Federal isto significa que 40,15% das terras ainda não foram desapropriadas (3). E esta situação se torna mais complexa a partir do momento que ex-proprietários recorreram à justiça, questionando as desapropriações feitas (4). Em outros casos, herdeiros não contemplados com os direitos da desapropriação, questionam processos já concluídos, conturbando ainda mais o processo (5).

Dentro do espaço que corresponde ao Distrito Federal (581.399 hectares) vivem atualmente, segundo estimativas da CODEPLAN (6), 1.903 mil habitantes dos quais 403 mil em Brasília. Estes números são significativos, pois em 1960, a população total do Distrito Federal era de

141.742 habitantes, ficando Brasília com cerca de 93 mil (7).

Este crescimento vertiginoso foi o resultado de um grande deslocamento humano verificado ao longo de três décadas, com ênfase maior a partir da década de setenta. Este deslocamento teve como objetivos, primeiro: a construção/ocupação da Nova Capital; e segundo: a consolidação de Brasília como Capital de fato.

Em 1990, dos 1.903 mil habitantes, cerca de 1.850 mil representavam a população urbana e 53 mil a rural. Em termos de População Economicamente Ativa (PEA), os últimos dados (1988), informam um contingente de 753.223 pessoas, dos quais 2,6% no setor primário, 13,7% no setor secundário e 83,7% no setor terciário. Estes dados confirmam ainda mais o caráter eminentemente urbano do Distrito Federal.

Esta concentração humana no terciário se reflete também em termos da distribuição do PIB. Os últimos números estimados (1980), indicam um PIB total de 157 bilhões de cruzeiros, assim distribuídos: setor primário 0,6%; setor secundário 8,8%; e, setor terciário 90,5% (8).

O setor primário, setor onde está localizado a área de estudo desta dissertação, concentra assim apenas 2,5% da PEA e 0,6% do PIB.

Este aspecto será visto com mais detalhes no item a seguir.

1.2 - Formal 2

A área rural do Distrito Federal possui

449.642 hectares. Em 1990, foram cultivados 166.880 hectares, correspondentes a 37% daquela área. Da área cultivada, 49,6% foram com grãos; 2,55% com olerícolas; 2,17% com frutas; 45,68% com pastagens e outras culturas (9).

O valor da produção vegetal correspondeu a 62% do total agropecuário naquele ano.

Se olharmos mais detalhadamente a produção de grãos, veremos o seguinte. Estes representam 23% do valor da produção agropecuária e 37% do valor da produção vegetal. Mas, 45,8% do valor da produção de grãos pertence a soja. Esta responde também por 64,6% da área cultivada com grãos e por 58,7% da produção obtida. É interessante se destacar o desempenho da soja, se observarmos que, em 1977, a produção da mesma correspondia a 1 (uma) toneladas e a partir daí mostrou um desempenho extraordinário, alcançando em 1990, a 79.302 toneladas, gerando um excedente de 22.500 toneladas. De um modo geral, a produção de grãos contribui com 57% do consumo dos mesmos no Distrito Federal, mas estes números não possuem muita significação se verificarmos que a soja se destina à exportação. Outros grãos com pouco contribuem, como o arroz (0,6%), trigo (0,1%), feijão (excepcionalmente com 55,9%) (10).

Para os olerícolas a situação já é inversa. A produção gera um excedente de 19%. Em relação ao valor da produção vegetal, representam 50,2% e em relação ao total agropecuário, perfazem, 31%. Das 22 espécies mais importantes cultivadas, 12 apresentaram excedentes na produção, que variaram entre 39% (pimentão) a 547% (couve). Em 1990 foram observados excedentes nas seguintes espécies:

abóbora japonesa, alface, beterraba, cenoura, cheiro verde, chuchu, couve, couve-flor, mandioca, pimentão, repolho e tomate. De um modo geral, o desempenho das olerícolas sempre foi bom. Informações de 1968 (11), apesar de acusarem, uma participação agropecuária pouco significativa na economia local, indicavam a atividade agrícola como a principal, sendo liderada por culturas de mandioca, cebolinha-salsa, alface, tomate, vagem, etc.

Na área de frutas a produção local só contribui com 25% do consumo previsto. Três espécies obtiveram excedentes: abacate (186%), limão (416%) e manga (121%). A fruticultura é considerada uma das atividades mais promissoras para os próximos anos.

Com relação a produção animal, esta participava em 1990, com 37,6% do valor total da produção agropecuária. Esta participação, observada as devidas proporções, equivale ao desempenho de 1968, quando participava com 37,4% do valor agropecuário. É interessante observar que em 1980, ano para o qual existe o PIB calculado, 52% do valor para o setor primário equivalia à produção animal, com destaque para a avicultura.

Em 1990 o destaque continua. A avicultura participa com 77% do valor da produção animal e representava 28,9% do valor da produção agropecuária. O item "carne de aves" era responsável por 77,3% do valor avícola, apresentando no ano indicado um excedente de 10.371 toneladas o que significa 78% a mais do que o consumo previsto para o Distrito Federal. O outro item "ovos de aves", ficou com os 22,7% restantes, mas do mesmo modo que o item anterior, também apresentou superavit, num

total de 2.866 toneladas, o que representa 20% a mais do que o consumo previsto. Se compararmos com 1968, veremos que neste ano, a produção de carne de aves representava 66% do consumo local, enquanto a produção de ovos atingia a apenas 8,19% do consumo local previsto.

Desempenho oposto apresentou a bovinocultura. Com relação ao valor da produção animal, para 1990, representava apenas 19% e com relação ao valor da produção agropecuária, não passava de modestos 7,4%. A produção de carne bovina só atende a 15% da demanda local, enquanto a produção de leite contribui com 11,2%. Se compararmos com 1968, veremos que houve um crescimento relativo, mas modesto. É assim que para o ano citado, a produção de carne bovina representava 3,07%, enquanto a produção de leite 8,6% do consumo local.

Outras produções de origem animal, como equinocultura, ranicultura, apicultura, piscicultura, caprinocultura, suinocultura, etc., possuem desempenho pouco significativo, representando mais experiências isoladas, do que a real intenção de se implantar uma produção em larga escala.

É interessante observar que, segundo o Censo Agropecuário/Distrito Federal-1985, 63,6% do valor da produção vegetal e animal é proveniente de áreas arrendadas. Estas são responsáveis assim por 47% do valor da produção vegetal e 53% do valor da produção animal. Por outro lado, 44% dos investimentos são realizados por arrendatários e 42% do pessoal ocupado no setor rural se encontra em áreas arrendadas. Mais significativo ainda é saber que 65,5% das receitas agropecuárias são apropriadas

pelos arrendatários, ficando estes com 57% das vendas dos produtos vegetais e 76% das vendas de produtos animais.

Estas informações indicam assim ser as áreas arrendadas as principais responsáveis pela produção e as principais apropriadoras das vendas de produtos agropecuários no Distrito Federal.

As áreas arrendadas representam 38,8% da área rural e estão assim distribuídas:

Núcleos Rurais	36,82%	da área total arrendada
Áreas Isoladas	32,47%	"
PAD-DF	20,93%	"
Colônias Agrícolas	5,64%	"
PICAG	3,59%	"
CAUB	0,55%	"

(12)

As denominações indicadas representam épocas e momentos diferentes. Os Núcleos Rurais nasceram e se desenvolveram com Brasília; o PICAG surgiu em 1957, e representou um projeto do ex-IBRA, crescendo e se desenvolvendo paralelo aos Núcleos, mas de forma independente e segundo a política de colonização daquele órgão. Em 1983, parte de seu projeto foi transferido para a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (responsável pela administração das áreas arrendadas). As Áreas Isoladas, o PAD/DF e as Colônias Agrícolas, nasceram praticamente juntos, em 1976. As Áreas Isoladas significaram uma mudança na legislação vigente na época, e que abriram caminho para a criação do PAD/DF (13). As Colônias Agrícolas surgiram

como consequência do PAD/DF, visando alocar ex-ocupantes das áreas desapropriadas para a instalação do PAD/DF. Posteriormente foram criadas novas Colônias Agrícolas, procurando assim regularizar a situação de inúmeros posseiros espalhados pela área rural. Finalmente, sob o Governo da Nova República, 1987, foi criado o CAUB, que visava democratizar o acesso à terra, procurando beneficiar segmentos populacionais menos favorecidos.

No total, estas denominações, que representam formas diferenciadas na organização da produção agropecuária, abrangem 3.351 lotes. Destes, 1.184 estão organizados em Núcleos Rurais. Os Núcleos Rurais abrangem assim 36,82% das áreas arrendadas e 35,3% dos lotes rurais arrendados.

Atualmente existem 15 (quinze) Núcleos Rurais, possuindo cada lote a área média aproximada de 50 (cinquenta) hectares. Até 1970, cerca de 12 (doze) Núcleos estavam organizados ou em fase de organização. Eram estes: Vargem da Bênção, Vargem Bonita, Taguatinga, Sobradinho I, Sobradinho II, Alagado, Monjolo, Santa Maria, Taquara, Pípiripau, Tabatinga e Rio Preto. Nos anos setenta, foi criado o Núcleo Rural Riacho das Pedras e nos anos oitenta, mais dois Núcleos: Jardim e Santos Dumont.

As áreas arrendadas são regidas por legislação própria. Ao longo dos anos esta regulamentação sofreu várias modificações (basicamente sete), estando atualmente em vigor os Decretos nº 4.802 de 06 de setembro de 1979 e o Decreto nº 10.893 de 23 de outubro de 1987. O primeiro regulamenta os contratos até 1987 e as posteriores transferências destes à terceiros após 1987. O segundo

regulamenta os contratos novos a partir de 1987. No Decreto nº 4.802, vigora o Sistema de Arrendamento, enquanto, no Decreto nº 10.893, é intituido o Sistema de Concessão de Uso (14). No geral os dois Decretos se parecem, havendo poucas diferenças. Estas dizem respeito mais diretamente à seleção de a quem conceder o contrato. Na Portaria de 24 de outubro de 1979, que procura dar curso aos processos, antes da regulamentação do Decreto nº 4.802, exige-se a "prova de ser o promitente arrendatário residente no Distrito Federal, possuir bons antecedentes e capacidade técnica, financeira e econômica para a exploração desejada". O Decreto nº 10.893, especifica que para obter a Concessão de Uso, o candidato deverá "comprovar sua condição de agricultor". Este item é esclarecido na Portaria de 29 de outubro de 1987, que regulamenta o referido decreto: "... entende-se por "condição de agricultor" o exercício de trabalho de natureza agropecuária, ou gerenciamento deste, a qualquer título; (...) a condição...deverá ser comprovada através de registro em carteira de trabalho, apresentação de contrato de trabalho legalmente reconhecidos ou títulos de ocupação, ou, na falta destes, outra prova a critério da comissão de seleção".

No mais, ambos os Decreto se parecem, especificando a duração dos contratos como de 15 (quinze) anos, renováveis e a obrigatoriedade da apresentação de um Plano de Utilização (PU) devidamente aprovado pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF), a outra parte contratante.

Com relação aos Núcleos Rurais, é importante observar que aproximadamente 91% dos contratos são regidos

pelo Decreto Nº 4.802.

Por outro lado, pesquisa realizada para esta dissertação, indica para 1.124 PUs dos Núcleos Rurais, o seguinte quadro (15).

% de lotes que se dedicam a:

grãos (exceto soja)	31,2%
pecuária de leite	24,0%
frutas	20,0%
soja	19,6%
hortaliças	14,6%
pecuária mista	7,3%
suinocultura	2,0%
avicultura	0,7%

Outras produções são inexpressivas, como por exemplo, apicultura, ranicultura, etc.

O estudo dos Núcleos Rurais, será apresentado com mais detalhes no Capítulo III. Deste modo, para finalizar, será apresentado a seguir, as principais conclusões com relação ao que foi mostrado neste capítulo. São as seguintes:

- a) a agropecuária possui participação pouco significativa na economia local;
- b) porcentagem significativa da área cultivada é destinada à produção de soja;
- c) as produções de soja e hortaliças são as mais importantes;
- d) mais da metade das vendas da produção

agropecuária são apropriadas pelos arrendatários;

- e) os Núcleos Rurais dedicam-se preferencialmente a produções de pouca expressão na agropecuária local, como grãos (exceto soja), pecuária de leite e frutas.

CAPÍTULO II

AS TEORIAS EXISTENTES SOBRE OS NÚCLEOS RURAIS

Neste Capítulo será feita uma revisão da literatura existente sobre os Núcleos Rurais.

Na verdade, não existe nenhum texto específico sobre o tema. O que existe, são estudos que tentam interpretar o que ocorre em um ano específico ou, rápidas divagações como introdução do assunto principal, quase sempre, o PAD-DF ou suas Colônias Agrícolas.

No geral, o estudo do espaço rural, mal foi tangenciado. Pontos importantes como a própria criação e formação deste espaço, nunca foram pesquisados. O que existe então são repetições de afirmações que não possuem comprovação nos fatos históricos.

O que então será visto aqui, não será a discussão sobre os resultados das pesquisas já realizadas e sim a análise de suas premissas, seus pontos de partida.

Um dos principais pontos de partida, adotados por praticamente todos os autores, é considerar que o estado implantou em Brasília uma agricultura de subsistência. Agricultura identificada por alguns, como

não-capitalista, voltada para o autoconsumo. Esta agricultura só se tornaria capitalista, com a criação do PAD-DF, em 1977.

Estas afirmações talvez tenham sido inspiradas em Pastore (1), autor que fez o estudo pioneiro para a região em 1966. O estudo de Pastore afirma que "a maior parte da lavoura consiste ainda em agricultura de subsistência sendo poucos os agricultores que exploram suas terras em termos empresariais" (pág. 40).

A pesquisa de Pastore foi realizada entre outubro e dezembro de 1966, mas não se preocupa em buscar as origens do que observa. Não situa o que observa dentro da própria história de Brasília. Deste modo passa a relatar os dados coletados, como se o período histórico entre a criação do espaço rural e o momento de sua pesquisa, tivesse ocorrido com tranquilidade de forma imutável.

Este ponto é crucial, pois como será visto no Capítulo III, o que caracterizou a história político-administrativa deste período, foi a completa instabilidade, a falta de continuidade administrativa.

Os planos foram criados, mas não foram efetivados em sua totalidade. A concretização parcial do planejamento é vista por Pastore (Pág.3), que identifica os Núcleos Rurais, mas não se preocupa em saber se faziam parte de um plano maior ou não. A partir daí passa a fazer uma análise sobre o desenvolvimento tecnológico da agricultura, concluindo por fim com um estudo sobre o nível de satisfação do agricultor em Brasília.

A divisão dos agricultores entre "colonos",

os arrendatários legais, e "invasores", os demais, não contribuem para esclarecer qual o modo de produção vigente na época e o porque da agricultura de subsistência.

Para Pastore, este aspecto não interessa e a única diferenciação existente entre os agricultores é a sua "força empresarial". Maior área cultivada significa produção para o mercado e vice-versa (Pág. 13). Seu estudo vê a precariedade das estradas entre as regiões de produção, mas não dá muita importância (Pág. 12). E por fim identifica o Núcleo Bandeirante como o maior centro distribuidor de alimentos na época (Pág. 13).

Ao não situar historicamente sua pesquisa, o desempenho do que é observado por Pastore, acaba dependendo quase que única e exclusivamente da capacidade empresarial do agricultor (2).

Este ponto é falho, porque o que se observa para a época é a total desorganização da produção e da comercialização, provenientes da anarquia político-administrativa do período. A partir deste aspecto, não adianta o agricultor possuir capacidade empresarial, se não houver transportes e estradas transitáveis para levar seu produto ao mercado. Pastore vê o problema das estradas, mas não entende porque estão intransitáveis. Identifica o Núcleo Bandeirante como principal mercado, mas também não se questiona porque o principal mercado ainda é ali e não no Plano Piloto de Brasília.

Ao não definir quem são os colonos; ao não entender o problema das estradas e do mercado, Pastore não consegue ver que a economia que ele interpreta é uma economia em crise. É uma agricultura de abastecimento mal

formada que entrou em crise. As tentativas do estado em reverter esta situação, são citadas por Pastore (Pág. 03), mas ele as vê como uma tentativa de por fim a um movimento especulativo de terras, quando na verdade, a especulação foi um resultado da crise, que agora o estado tenta reverter e que havia afastado gradativamente os agricultores profissionais.

O estudo de Pastore, refere-se assim, única e exclusivamente à 1966, não procurando em momento algum, explicar as origens do que vê.

O segundo estudo realizado sobre o espaço rural do Distrito Federal, foi o de Pébayle (3). Seu texto é de 1971 e do mesmo modo que Pastore, não procura explicar as origens do que vê. Seu estudo reflete assim a situação encontrada no final dos anos sessenta, mais precisamente em 1969.

Ao contrário do texto anterior, Pébayle se preocupou com pequenos detalhes, que acabaram enriquecendo seu texto. Seu objetivo não é apenas os Núcleos Rurais, mas aqui só serão citadas as partes, que se referem a estes.

Para Pébayle, os Núcleos Rurais já são um espaço "dado", portanto, não procura saber a que vieram. Por outro lado, suas informações revelam características bem significativas. Classifica assim os Núcleos Rurais em: "dos roceiros"; "de agricultores e criadores de gado"; "horticultores de Vargem Bonita e Taguatinga"; "dos citadinos-chacareiros".

Apesar de Pébayle, não identificar o ciclo histórico, localizando em que ponto deste está a sua análise, ele vê que áreas destinadas a formação de novos

Núcleos, foram invadidas (Pág.43). Pébayle não se questiona porque estas áreas foram invadidas. Se o fizesse, veria que isto só foi possível, devido a desorganização do espaço rural. Na época de sua pesquisa, o estado já começava lentamente a colocar em ação uma tentativa de recuperação dos Núcleos Rurais. Tentativa começada na época de Pastore, por meio de um levantamento geral da situação agrária, material aliás citado por Pébayle em nota de rodapé à página 42 de seu trabalho (4). Mas Pébayle apesar de fazer uso deste material, não consegue ver o mesmo como um das tentativas para sair da crise. Não vê, porque também não viu a crise do espaço rural.

Apesar disto, Pébayle reconhece a importância da melhoria das estradas e de uma elementar organização dos meios de transporte o que permitia tirar os "roceiros", localizados em Núcleos mais distantes, do isolamento e assim venderem suas mercadorias em mercados mais promissores (Pág. 47). Além do mais, reconhece que este aspecto, incentiva os mesmos a trocarem suas culturas por produtos de maior valor comercial, como as hortaliças (Pág. 50).

Para Pébayle, não existe a "força empresarial" de Pastore e sim a vantagem que as estradas e a proximidade dos mercados trazem. É assim que vê o local privilegiado do Núcleo Hortícola de Vargem Bonita, nas vizinhanças de Brasília, do Núcleo Bandeirante e de Taguatinga (Pág. 52).

Este aspecto é importante, pois outros autores, que serão citados mais adiante, agarram-se firmemente na "capacidade empresarial" do agricultor

japonês. Ora, Pébayle reconhece que em 1969, era extremamente difícil fazer pesquisa de campo, baseado em mapas de estradas de 1967, tal a transformação ocorrida (Pág. 76). E cita ainda, que a abertura de uma nova estrada, despertava logo o interesse dos cidadãos pela região antes isolada (Pág. 76).

Entre a pesquisa de Pastore e a de Pébayle, transcorrem três anos e é notável a mudança verificada com relação ao crescimento das estradas. E estradas e transportes significavam a diferença entre vender ou não vender a mercadoria. Nenhum dos dois se perguntou porque estas estradas não haviam sido feitas antes. Mas na verdade, entre a inauguração de Brasília e a construção de mais estradas no meio rural, haviam transcorridos praticamente dez anos, época em que a região sofre as conseqüências da desordem político-administrativa.

Outro ponto importante, assinalado por Pébayle é o uso do trabalho assalariado, principalmente pelos que ele chama "criadores cidadãos", "cidadãos-chacareiros", "doutores-granjeiros" e que já eram maioria nos Núcleos Rurais de Alagado, Monjolo, Vargem da Bênção, Santa Maria, Sobradinho I, Sobradinho II, Tabatinga e Rio Preto (Págs. 51, 60 e 62). Além do mais, vê trabalho assalariado entre os agricultores japoneses instalados no Rio Preto e não apenas em Vargem Bonita.

A análise de Pébayle descreve assim uma área rural com um dinamismo crescente, ainda incipiente, mas crescente. Vê o uso do trabalho assalariado em praticamente todos os Núcleos mas não os define como capitalistas; vê agricultores pobres, mas não arrisca defini-los como

camponeses, apesar de citar comparativamente o camponês europeu.

A análise de Pebayle apesar de mais rica que a de Pastore, também fica presa ao ano em que analisa, 1969, não procurando a origem do que observa e quando muito, baseando-se em trabalhos desenvolvidos pelo estado a partir de 1968. Não identificando nestes trabalhos, uma tentativa de saída da crise que assolava o espaço rural, Pébayle também não consegue ver a própria crise.

Em sequência dos dois autores citados, vem o texto de Regina Bruno (5).

O problema do texto de Bruno é o mesmo dos autores anteriores. Sua dissertação é de 1976, mas Bruno não vai ao começo da formação do espaço rural, para tentar explicar o que vê. Ela já parte de Pastore. Mas Pastore só ficou em 1966. É bem verdade que Bruno não tem como objetivo analisar a formação do espaço rural e sim entender as modificações que estão ocorrendo naquele momento. É o que ela chama "uma política orientada para os objetivos de modernização da agricultura e de utilização de formas de produção capitalista". (Pág. 3).

No histórico que apresenta, Bruno cita o início da desapropriação em 1956, mas depois passa rapidamente para a legislação de 1974 (Págs 19 a 21). Bruno salta assim vinte anos, como se nada tivesse ocorrido e mais a frente, caracteriza o desenvolvimento dos Núcleos Rurais, segundo dois momentos (Pág. 57). "O primeiro momento, que corresponde ao período inicial de sua implantação, pode ser caracterizado pelo predomínio da produção para o consumo próprio. E o segundo momento, que

teve início com a constituição de um mercado de consumo organizado, é caracterizado pelo predomínio da produção para o mercado".

Para Bruno, isto se deve basicamente pela "forma desordenada" com que se realizou a ocupação dos lotes; este processo representava "mais um mecanismo de fixação da mão-de-obra excedente da construção civil e uma possibilidade de utilização dos lotes para fins de lazer e especulação" (Pág. 57); "a própria natureza da política de abastecimento"; "a formação de um mercado consumidor, (ocorrendo) uma reorientação nos objetivos da política de colonização e a redefinição para a produção de mercadorias e para o abastecimento local" (Pág.58).

Por fim "(...) Essa tendência à elevação da produção e à formação de uma economia de mercado se realiza paralelo ao movimento de expulsão daqueles que produzem para a subsistência e ao acesso do empresário que produz para o mercado" (Pág. 58).

Para Bruno, a produção rural do Distrito Federal também, passa da subsistência para a "economia de mercado". Não indo ao começo da questão, ou seja, não indo atrás da origem, do espaço rural do Distrito Federal, Bruno permanece no mesmo erro de Pastore. Cita a forma desordenada da ocupação dos lotes, como se fossem o começo, quando na verdade, esta já era uma consequência. Do mesmo modo, a fixação da mão-de-obra excedente da construção civil e os lotes para lazer e especulação, eram uma consequência. Consequência da crise político-administrativa. Na verdade a mão-de-obra não era excedente. Ela estava era desempregada, pois as obras a partir do governo

Jânio haviam sido desaceleradas.

Como será visto, Brasília não teve continuidade administrativa, entre 1960 e 1969. Durante este período, não houve nem política de abastecimento. O que houve foi uma tentativa de contornar a crise com ações paliativas. Isto estava diretamente ligado a crise institucional do país.

Em Brasília, sempre houve um mercado consumidor. O que não havia, era uma produção organizada e uma comercialização organizada. A produção foi implantada de forma organizada visando produzir e produzindo em larga escala. Mas a produção fazia parte de um plano maior, que incluía outros aspectos como armazenagem, distribuição, etc. A instabilidade política do período, paralizou todos os planos. O resultado é que ficou apenas a produção; produzindo de forma anárquica, levando por fim a crise de todo o processo. Crise não vista por Pastore, por Pébayle e agora, não vista por Bruno.

Além do mais, Bruno só começa a ver a utilização de formas capitalistas, no segundo momento por ela citado e que corresponde à fase de modernização. O que acontece é que Bruno confunde capitalismo com tecnologia. Mas capitalismo é produção de mercadorias e produção de mais-valia. Isto significa que pode ser encontrado capitalismo com baixo nível tecnológico e vice-versa. Para Bruno o capitalismo chega à agricultura do Distrito Federal só em 1976, apesar de Pébayle já haver indicado a sua existência em 1969.

Na verdade a agricultura do Distrito Federal sempre foi capitalista desde o seu início. Era

desorganizada, deficiente, mas era capitalista.

Por outro lado, querer relacionar o começo da predominância de empresários na agricultura, como sinal de eficiência é não entender que o mesmo personifica a anarquia da produção.

Por fim, não houve reorientação da política do estado com vistas a produção de mercadorias e para a produção local. O que houve, foi uma tentativa do estado de organizar a produção de mercadorias, que produzia para o mercado de forma desorientada, aí sim, não contribuindo com praticamente nada para o abastecimento local.

Seguindo praticamente a mesma linha de orientação de Bruno, logo na seqüência surge o texto de Vilma Figueiredo (6).

O texto de Figueiredo é bem mais enfático do que o de Bruno e logo na segunda página já afirma que "desde a criação de Brasília até 1964 (...) a terra não foi utilizada como meio de produção capitalista. (...) Sua principal função foi manter reservas de terra e de força de trabalho" (Pág. 44). O problema todo é que para confirmar o que diz, Figueiredo cita o texto de Bruno (Pág. 84).

A partir daí, Figueiredo só consegue ver capitalismo em Vargem Bonita. O problema é que sua definição do caráter do que seja capitalista parte de uma interpretação errada de Lenin e o seu "Agricultura nos Estados Unidos". Deste modo, define capitalismo como: "existência de trabalho assalariado" e "intensidade de utilização do capital na produção" (Pág. 68 e 69).

Fica claro que Figueiredo comete o mesmo erro de Bruno, ao confundir capitalismo com tecnologia

desenvolvida. Aliás, Figueiredo associa capital com o uso intensivo de adubos, fertilizantes, equipamentos para irrigação e etc., o que é errado (Pág. 69).

Apesar de Figueiredo usar instrumental marxista em sua análise, fatalmente é necessário fazer a seguinte pergunta: o que é capital para Vilma Figueiredo? A resposta que será encontrada é que capital é o uso intensivo de capital constante e não, uma relação social.

Partindo desta interpretação falha do que seja capital e capitalismo, Figueiredo afirma que "... Outro elemento que acentua a diferença entre as agroempresas de Vargem Bonita e os Núcleos Rurais anteriores é a produção de mercadorias, e não apenas valores de uso como resultado do processo de produção" (Pág. 70).

A interpretação errônea, faz com que Figueiredo só veja capitalismo no agricultor-capitalista bem sucedido. É a definição ideal do que seja uma empresa privada, aqui consubstanciada na expressão "agroempresa". Mas capitalismo também supõe empresas deficientes ou então, só equilibradas e estas Figueiredo não vê.

Aliás, Figueiredo não se pergunta porque só Vargem Bonita conseguiu se desenvolver mais do que os outros Núcleos Rurais. Se tivesse feito esta pergunta, talvez tivesse visto que o espaço rural do Distrito Federal enfrentou uma forte crise até 1966, quando então começa uma lenta recuperação. Mas ao não ver a crise, não consegue ver a posição estratégica de Vargem Bonita, localizada praticamente em frente ao principal mercado distribuidor na época, o Núcleo Bandeirante. Enquanto os outros Núcleos Rurais distantes, enfrentavam problemas de transportes e

comercialização.

O problema do texto de Figueiredo, é que ele só tem olhos para o PAD-DF. Tentando explicar o que vê no PAD-DF, acaba não vendo os Núcleos Rurais, criando por fim uma concepção ideal de capitalismo.

O texto de Figueiredo formula assim uma concepção ideal de capitalismo que será repetida e adotada nos textos seguintes.

Entre estes textos, constam os do próprio Governo do Distrito Federal-GDF, e um do Conselho Regional de Economia - CORECON/DF. Mas estes, não estão interessados em interpretar o que vêm e sim formular políticas sobre um modelo ideal de "pequeno produtor" já interpretado (7).

Do mesmo modo, partindo também de Figueiredo, o texto de Ione Pôrto comete os mesmos erros ao interpretar os Núcleos Rurais. Além do mais, a sua preocupação principal é saber se a produção dos arrendatários é "empresarial" ou não (8).

O texto de Pôrto não questiona a periodização de Figueiredo (Págs. 50 a 53). Não questionando a periodização, não questiona também a interpretação. Deste modo, também não vê a crise. Vê apenas a "exploração em bases empresariais" do Núcleo Hortícola de Vargem Bonita (Pág. 51).

Formula seu texto então, a partir da tentativa de procurar identificar os arrendatários que se dedicam à "agricultura não empresarial", definida como "não produção de mercadorias". "(...) Os produtores arrendatários estão retardatários em relação ao processo de produção e modernização, razão porque, dependem de outras atividades, além da desenvolvida na unidade de produção

próprias". "(...) A agricultura não empresarial está orientada para a subsistência" (Pág. 26).

Procura também identificar os arrendatários que desenvolvem atividades "de agricultura empresarial"; as "culturas comerciais"; a "produção de mercadorias". "Essa economia está voltada para a produção capitalista" (Pág. 26).

Partindo dessas premissas, Pôrto ".. acredita tenha havido uma tendência para o desenvolvimento capitalista no setor rural do Distrito Federal" para o período 70/83 (Pág.56).

Para confirmar suas hipóteses, compara Vargem Bonita, de "...agricultura de abastecimento com caráter empresarial" (Pág. 62), com o Núcleo Rural Rio Preto, caracterizado "...pela predominância de uma economia de mercado não empresarial" (Pág. 68). Seu estudo compara ainda o PAD-DF e o PICAG, mas para esta dissertação, só interessa os Núcleos Rurais.

Fica claro que Pôrto comete os mesmos erros de Bruno e Figueiredo. Ao não questionar suas premissas, aceita que capitalismo é desenvolvimento tecnológico. Procura assim manifestações desse capitalismo idealizado, no comportamento "empresarial" ou "não-empresarial" do arrendatário. Além do mais, relaciona capitalismo com "empresarial" e subsistência com "não-empresarial".

Na verdade Pôrto cria uma confusão teórica. Em momento algum questiona os estudos anteriores, usando os textos de Bruno e Figueiredo como fonte de suas informações sobre Vargem Bonita. (Págs. 62 a 66).

Além do mais, considerando que "...alguns

funcionários públicos são arrendatários dos lotes rurais" (Pág. 77), Pôrto só consegue ver em Rio Preto arrendatários que buscam outras atividades fora do meio rural para completarem suas rendas.

O problema todo é que a análise de Pôrto foi realizada em 1989, não tendo nenhum fundamento supor que os arrendatários de Rio Preto procuram outras fontes de renda fora da agricultura. Sua afirmação não resiste a uma análise sistemática nos cadastros de arrendamento da FZDF, onde será visto que os arrendatários em sua maioria, possuem outra renda como a principal. É esta renda que permite que arrendem o lote. Ou seja, os arrendatários procuram outras fontes para valorizarem seus capitais-dinheiro ociosos e uma destas fontes é o arrendamento.

No Distrito Federal, em sua grande maioria, o arrendatário vem de atividades urbanas para as rurais e não vice-versa, como Pôrto tende a fazer crer.

O não questionamento do que foi escrito por outros autores e a repetição sistemática de verdades que não resistem a uma investigação histórica, faz com que não se pesquisem as origens do espaço rural do Distrito Federal.

Este mesmo caso se repete para o texto de Miziara (9), que se propõe a estudar o estado e a agropecuária em Brasília.

O estudo de Miziara parte da concepção "... que o Estado capitalista não está interessado na reprodução das relações capitalistas de produção; mas em fornecer as condições para que essas relações se reproduzam" (Pág. 03).

Para dar substância ao que afirma, Miziara busca confirmação nos textos de Bruno e Figueiredo (Págs. 13 a 15). É assim que adota a concepção do capitalismo ideal, acabando por afirmar que "(...) O PAD-DF foi desenvolvido com a finalidade de intensificar a ocupação capitalista de áreas... 'mal-exploradas'" (Pág. 16).

Não é objetivo desta dissertação discutir o PAD-DF em profundidade, mas sim assinalar a sua importância em todo o processo. É assim que Miziara vê a importância do PAD-DF, identifica o momento e vê que o mesmo significa uma ruptura na agricultura do Distrito Federal (Pág. 17). Mas Miziara vê, mas não entende o que vê. Para Miziara a ruptura significa a penetração do capitalismo na agricultura e a não destruição da pequena produção (Pág. 144). Partindo da falsa concepção de capitalismo de Figueiredo, o texto de Miziara só consegue ver como capitalista a "agroempresa".

Aceitando as concepções de Bruno e Figueiredo, o estudo de Miziara também não procura a origem do espaço rural. Não procura saber como foram os anos de formação entre 1957 e 1970. Não se interessando, formula concepções errôneas, vendo capitalismo só a partir de 1976 com o PAD-DF.

Viu a ruptura mas não entendeu. A ruptura não é a "penetração do capitalismo na agricultura". Ele já estava lá há muito tempo. A ruptura, significa a mudança na política agrícola; significa a troca como prioridade política, da agricultura de abastecimento local, para a agricultura de abastecimento externo, como parte das metas dos PNDs.

O estado intervinha assim na reformulação da política agrícola e não na reformulação da política agrária. Ao invés de reformar o espaço rural, cria novos espaços. Mas não, tendo em vista manter formas não-capitalistas, para reproduzir as formas capitalistas.

O estado não pensa desta forma. Para o estado, o modo de produção não é questionado. O estado apenas personifica o modo de produção historicamente dominante. Deste modo, ao reformular a política agrícola, não reformou o espaço, mas apenas criou novo ponto de produção, segundo nova política, próximo a espaços onde existia uma agricultura capitalista de abastecimento debilitada. Agricultura que havia enfrentado uma crise nos anos sessenta.

Se tentasse aplicar nos Núcleos Rurais a nova política, teria que reformulá-los e isto significava tocar no direito privado de propriedade, representado pelos direitos de arrendamento. Teria assim que desapropriar o arrendatário. Neste aspecto, seria mais fácil desapropriar os antigos proprietários, esquema já previsto por Lei e realizado já em grande parte para a implantação do próprio Distrito Federal.

O estado assim, apenas atua sobre o modo de produção capitalista, não reformulando-o nem criando formas não-capitalistas. Atua sobre um capitalismo debilitado pela crise, mas respeitando o modo privado de produzir em terras públicas.

O que se conclui então sobre as interpretações do espaço rural do Distrito Federal é que.

pesquisá-las, não viram capitalismo nas suas origens, só conseguindo vê-lo a partir dos anos setenta com o PAD-DF.

Não vendo capitalismo, também não viram a crise de uma agricultura capitalista de abastecimento que tentava sobreviver. Só conseguiram ver agricultura de subsistência, dependendo do desempenho empresarial ou não-empresarial do arrendatário.

Tendo como referência o trabalho de Pastore de 1966, que só viu agricultura de subsistência, repetem insistentemente a mesma história, mas não se apercebem que Pastore só analisa 1966.

Formulam, assim uma concepção idealizada de capitalismo, onde este é representado como desenvolvimento tecnológico. A partir desta conceituação falseada, tudo o que não se encaixe é visto como não-capitalista, como pequena produção familiar.

Na verdade, o que existe nas áreas arrendadas do Distrito Federal e em especial nos Núcleos Rurais, são pequenas, médias e grandes empresas capitalistas. Umas débeis, outras equilibradas, outras lucrativas, mas todas produzindo sob forma capitalista desde a criação do espaço rural do Distrito Federal em 1957.

A agricultura de subsistência observada nos anos sessenta, era o resultado de uma crise e não o estado natural da agricultura. Além do mais, não era uma agricultura de subsistência no sentido empregado, de não-capitalista. Era isso sim, uma agricultura de abastecimento capitalista, debilitada pela crise.

Deste modo, a criação do PAD-DF não

significou a "penetração do capitalismo" e sim a produção capitalista em outro patamar produtivo.

A criação do PAD-DF acaba ofuscando os próprios Núcleos Rurais. Daí talvez a não existência de nenhuma pesquisa sobre as suas origens, que correspondem também as origens do espaço rural do Distrito Federal, bem como a inexistência de pesquisas que indiquem a trajetória posterior dos mesmos.

O que existe hoje então, é uma visão deturpada e parcial do desenvolvimento do espaço rural do Distrito Federal. Processo que só será entendido em sua real plenitude se for pesquisada a origem deste espaço rural, que corresponde ao nascimento e crescimento de um dos seus principais personagens, os Núcleos Rurais.

CAPÍTULO III

OS NÚCLEOS RURAIS DO DISTRITO FEDERAL

3.1 - Preliminares

Ao se escrever sobre Brasília, a primeira coisa que deve ficar clara é que se está falando de algo completamente novo. Brasília acaba de passar dos trinta anos, e durante este período, tudo que ali foi feito, foi pensado e repensado. O objetivo seria com que a cidade atingisse o mais próximo possível, o ideal urbanístico, onde o todo funcionaria harmonicamente, não repetindo as imperfeições de outras aglomerações urbanas já existentes.

Neste processo, deve-se levar também em conta o espírito inovador que, assolava a todos que participaram dos momentos iniciais do planejamento e da construção da cidade. Este espírito inovador está contido em todos os textos da época e continua sendo lembrado por aqueles participantes, só que as vezes com um misto de frustração, por terem visto seus projetos serem deturpados ou negados ao longo do tempo.

Brasília deveria assim ser uma máquina

perfeitamente azeitada, onde as engrenagens funcionariam a contento e onde se desejava que até os próprios vícios da máquina administrativa pudessem ser corrigidos de uma forma bem mais natural do que na antiga Capital, pois em Brasília tudo seria inovação.

Por fim, deve ficar claro que Brasília foi o coroamento da política desenvolvimentista dos anos cinquenta, política esta que atingiu o seu apogeu com os "50 anos em 5" do Governo JK. E esta política desenvolvimentista não significava nada mais do que a criação de indústrias de vários ramos no país. Seria deste modo a superação do subdesenvolvimento e passagem para o nível dos países desenvolvidos do bloco ocidental. O país procurava atingir assim o nível ideal de uma economia capitalista, representado pelos modelos norte-americanos e europeus.

Brasília era assim, a confirmação de que este objetivo estava sendo atingido e nada melhor para um país que se desenvolvia rapidamente do que uma Capital que refletisse este desenvolvimento.

A marca registrada do governo JK, foi assim a rapidez no desenvolvimento. Rapidez também na decisão de se construir Brasília e rapidez também na formulação e implementação dos planos para a cidade.

Desde a época colonial já existia a idéia quanto a transferência ou construção de uma nova capital, mas a decisão só foi concretizada no governo JK e em três anos, a partir de 1957, seus alicerces básicos foram erguidos para a inauguração em 1960.

Mas se estas observações indicam o lado

positivo da questão, em sequência indicam também o começo do descenso do auge desenvolvimentista. E isto está bem delineado pelo fim de todo o planejamento para Brasília no começo dos anos sessenta. Se no fim dos anos cinquenta existia planos para todas as áreas, no começo dos anos sessenta estes estavam parados ou então, em ritmo de rápida desaceleração. No início dos anos sessenta a própria sorte da Nova Capital estava em jogo. Existia forte movimento para simplesmente abandonar tudo o que havia sido feito e retornar a capital do país para o Rio de Janeiro. Este movimento continuou durante toda a década e só teve fim com a definitiva implantação da Nova Capital nos anos setenta.

Todos os movimentos observados com relação a Brasília não eram mais do que o reflexo da crise política nacional. O auge do ciclo desenvolvimentista significou assim o fim de praticamente todas as alianças políticas do período e o acirramento de suas contradições que acabariam por desembocar no golpe militar de 1964.

A indefinição política dos anos sessenta, além de obstacularizar a continuação do planejamento já elaborado, provocou anarquia no que já estava implantado ou em fase de implantação.

Este planejamento possuía uma característica dominante: era em princípio, essencialmente urbano.

O principal objetivo da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil), estipulado pela diretriz nº 1, do artigo 3º, da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, era planejar e executar o serviço de localização, urbanização e construção da futura capital. Ou seja, tinha Brasília como objetivo principal e não, o

Distrito Federal. Os assuntos que diziam respeito a este e que estavam ligados à Brasília, faziam parte da diretriz nº 3, onde cabia a NOVACAP a execução de obras e serviços relacionados com a Nova Capital.

Esta ordem de importância, dada aos objetivos, é decisiva no momento de definir prioridades quanto à verbas e decisões várias. A prioridade era urbana, mesmo que outros problemas não-urbanos, estivessem evidentes e necessitando urgentemente de soluções para futura e necessária implantação.

Este aspecto fica bem claro, quando se analisa o processo de formação do espaço rural do Distrito Federal. As decisões fundamentais foram adiadas e o resultado foi a implantação parcial e incompleta do que havia sido planejado. Tão parcial e incompleta, que no momento em que o ritmo febril da construção de Brasília foi desacelerado, o resultado foi a completa anarquia da área rural. Este só volta a ser pensado a partir do início dos anos setenta, mas a nova política não visava reorganizar a situação agrária e sim, atuar sobre ela.

Este processo, primeiro de criação e depois, de não reorganização, será visto a seguir.

3.2. Fase 1: Criação e Anarquia.

3.2.1. Criação

É interessante se observar como nasce Brasília. A área escolhida para a instalação da Nova Capital, tinha como característica o latifúndio, a criação

de gado extensiva e o pauperismo rural. Brasília não nasce assim como consequência de um desenvolvimento regional e sim como resultado de um desenvolvimento nacional que deve induzir um desenvolvimento regional. Concepção abstrata e forçada de desenvolvimento, que apenas a presença da cidade não seria capaz de realizar. Mas assim foi decidido e assim foi construído.

Ao se iniciarem as obras em janeiro de 1957, a NOVACAP projetou para a área da Nova Capital o que denominou "Núcleo dos Bandeirantes", conhecido também como "Cidade Livre". Sua função seria concentrar as atividades comerciais e industriais e sua vida útil não deveria passar de (cinco) anos, devendo desaparecer quando a Nova Capital estivesse implantada.

É importante observar como a mentalidade urbana dominava o processo desde o seu início. Instalou-se o comércio e a indústria, não instalou-se a agricultura. Esperava-se que o estado de Goiás fosse capaz de suprir todas as necessidades alimentares.

Enquanto Brasília era erguida, o Núcleo dos Bandeirantes, fazia às vezes do grande mercado. Em julho de 1957 cerca de 6.000 pessoas estavam na área do futuro Distrito Federal, dos quais 2.000 residiam na Cidade Livre e as demais espalhadas pelos acampamentos da NOVACAP e das grandes construtoras empenhadas nas obras (1).

Foram necessários que passassem os primeiros meses para que se percebessem que algo deveria ser feito quanto ao abastecimento alimentar daqueles pessoas. Goiás produzia carne e leite, mas não havia leite. Mal, produzia arroz e havia uma carência generalizada do resto.

A solução encontrada foi a implantação da agricultura no local. Uma agricultura para abastecer os acampamentos.

O Governo Federal trouxe para Brasília, agricultores japoneses, que em agosto de 1957, se instalaram na região, próximo do Núcleo dos Bandeirantes (2). Em número inicial de 37, ficaram localizados nas áreas denominadas Riacho Fundo, Bandeirantes, Mato Sêco, Ipê e Vicente Pires. Se dedicavam principalmente a horticultura e eram todos associados da Cooperativa Agrícola Mista de Brasília.

As terras da Cooperativa eram cedidas pela NOVACAP e toda a sua produção era vendida na Cidade Livre. É importante observar que a Cooperativa acabou exportando tomate para São Paulo. O tomate se adaptou perfeitamente a região, produzindo o ano todo.

Em 1959, mais de 50% da produção hortigranjeira era proveniente das granjas de agricultores japoneses, que por essa época já atingiam o número de 68 cooperados.

É interessante se observar um dado da época: em 1958, o valor total da produção hortícola dos japoneses atingiu cerca de 15 milhões de cruzeiros. Segundo a cooperativa, havia lucro, mas as despesas com adubos haviam chegado perto dos 10 milhões de cruzeiros; adubo proveniente de São Paulo e por via férrea (3).

Em 1959, a população do futuro Distrito Federal já era de 65 mil pessoas. A agricultura hortigranjeira, para abastecer os acampamentos havia obtido excelentes resultados, mas a partir de abril de 1960, a

Nova Capital seria implantada. Previa-se um número de cerca de 500 mil pessoas morando em Brasília em 1960 e era necessário providenciar o abastecimento para a futura população da cidade. Além do mais, continuava não havendo leite em Brasília. O leite que se consumia era em pó (4).

O Governo Federal já estava tentando equacionar estes problemas desde 1957, quando chegaram os primeiros agricultores japoneses. Na verdade, os problemas resumidamente eram dois:

a) a pobreza solo, que fazia os japoneses gastarem milhões de cruzeiros com adubos;

b) tornar a Capital menos dependente da importação de alimentos e assim poder proporcionar um abastecimento mais eficaz.

Apesar da mentalidade urbana imperar na construção de Brasília, havia ficado claro para o estado, que um dos serviços que teria que prestar, seria o de fornecedor do abastecimento alimentar.

Do mesmo modo que havia implantado uma agricultura estritamente comercial, mas dirigida, para os acampamentos, do mesmo modo pretendia fazer para a Nova Capital. Pretendia implantar de forma ampliada uma agricultura de abastecimento; uma agricultura que pudesse vencer as dificuldades inerentes a tudo o que é novo.

Para vencer estes obstáculos procurou primeiro fazer experimentos para poder tornar viável uma agricultura comercial nos solos do novo Distrito Federal. Do mesmo modo, procurou desenvolver uma pecuária segundo métodos modernos de inseminação artificial e novas espécies genéticas.

Estes trabalhos tiveram seus passos iniciais em fevereiro de 1957, quando foram assinados convênios entre o Ministério da Agricultura, o Escritório Técnico de Agricultura - ETA (brasileiro-americano) e a NOVACAP (5).

Dois projetos se destacaram: o Projeto ETA 34 de fomento vegetal e o Projeto ETA 44 de fomento animal. Ambos começaram seus trabalhos em 1958. O Projeto ETA 34 instalado no lugar denominado Fazenda Sucupira, com 1892 hectares e o projeto ETA 44, em uma área inicial de 430 hectares, posteriormente ampliada para 1660 hectares, em região próxima a Planaltina e Formosa, local da futura bacia leiteira do Distrito Federal.

Um dos principais projetos do ETA 34, dizia respeito a criação de uma manta vegetal para obter a redução da evaporação, fenômeno que acontecia com grande intensidade e um dos grande obstáculos para o implante de uma agricultura permanente para o abastecimento. Ao mesmo tempo, passava a cultivar 19 (dezenove) variedades de hortícolas, descobrindo também o grande potencial da região para o cultivo de frutas.

O outro projeto, o ETA 44, além de desenvolver a formação de pastagens, tendo experimentado mais de 100 (cem) variedades, também preparava pastagens nas propriedades de antigos moradores goianos em áreas limítrofes ao Distrito Federal. Havia iniciado experiências com a inseminação artificial e deste modo procuraria melhorar a qualidade do rebanho já existente.

Na verdade, ambos os projetos enfrentavam grandes problemas quanto a falta de verbas, chegando em determinado momento, a NOVACAP afirmar que o Ministério da

Agricultura estava ausente do problema da produção e do abastecimento no Distrito Federal, ao mesmo tempo que reconhecia que entre os convênios, o da produção animal era o que vinha realizando trabalho mais eficiente(6).

De um modo ou de outro, o estado procurava implantar uma assistência à produção, adaptada a região. O empreendimento não aparecia com a mesma magnitude que o da construção da Cidade de Brasília, mas procurava estar pronto para garantir a sobrevivência desta.

Do mesmo modo, a NOVACAP, providenciava a construção de 4 (quatro) granjas-modelo, destinadas a avicultura, suinocultura, fruticultura e a produção de leite. Estas granjas estavam localizadas nas regiões do Torto, Riacho Fundo, Ipê e Tamanduá. Estas granjas pertencentes a NOVACAP, deveriam além de fornecer produtos de qualidade, garantir a supervisão da produção das outras granjas que estavam sendo demarcadas e que seriam arrendadas a agricultores previamente selecionados.

Para a localização das granjas que formariam o "cinturão verde" e que seriam responsáveis pela produção para o abastecimento, foram estudados 284.128 ha. Foram dadas preferências as áreas que apesar de não terem as terras mais férteis, seriam as que possuiriam melhores condições de aproveitamento. Estas estavam relacionadas à possibilidade de aproveitamento das águas para irrigação e deste modo poderem superar a época da seca, que abrange o período de abril à setembro. Foram assim escolhidos os vales amplos dos rios. É importante destacar que todos os rios do Distrito Federal são perenes. Desta área de estudo, aproveitável de 40 a 60%, foram demarcados 4.672 lotes que

perfaziam um total de 124.245 ha (7).

Estes lotes teriam tamanho variável, conforme o tipo de produto esperado. Teriam entre 5 (cinco) a 50 (cinquenta) hectares, se dedicados a agricultura e até 100 (cem) hectares, se dedicados à criação. A utilização do lote seria definida em contrato. Cada lote, seria fornecido em arrendamento a uma família, cujo prazo do contrato abrangeria 30 (trinta) anos, renováveis. As famílias, seriam selecionadas, levando-se em consideração, principalmente, a experiência agrícola e o número de pessoas da mesma. Parte do lote poderia ser sub-arrendado, mas de uma forma ou de outra, o arrendatário teria que obrigatoriamente residir no lote. Por outro lado, o contrato poderia ser alienado ou cedido a qualquer momento, ou em caso de falecimento do titular, transferido aos herdeiros.

A execução prática das normas deveria receber o "de acordo" da NOVACAP(8).

A forma idealizada para a organização da produção, não constituía uma peça isolada. As mesmas normas que inspiraram aquelas, também serviam de referência para solucionar o problema do abastecimento de gêneros alimentícios como um todo.

Segundo o processo visto de uma forma global, a produção seria um dos elos de uma seqüência que abrangeria ainda o beneficiamento a armazenagem, o transporte, a industrialização e a distribuição, formando assim o Sistema de Abastecimento de Brasília (9).

O objetivo, seria a organização de uma produção hortigranjeira, que é composta por gêneros

perecíveis e de consumo imediato, como frutas, legumes, hortaliças, aves, ovos, leite etc.

Os locais de produção seriam a base de todo o Sistema, mas este só funcionaria de forma eficiente, se cada parte cumprisse sua função conforme especificado. Deste modo, a produção deveria ser feita de forma organizada e disciplinada. Produção em larga escala, para a manutenção de um abastecimento de qualidade.

O abastecimento de gêneros alimentícios de Brasília, estava assim, sendo dimensionado conforme as necessidades alimentares da população que para lá afluiria. Necessidades estas que visavam o equilíbrio biológico, o que significava alimentação correta e adequada. E para que isto acontecesse, seria necessário que estes produtos fossem encontrados no mercado. Produtos de qualidade e em preço compatível com o poder aquisitivo da população.

O agricultor ideal para este tipo de produção, seria assim o que tivesse retribuído o seu investimento. Segundo o documento inicial do Sistema de Abastecimento de Brasília (10), não seria a agricultura tradicional de subsistência, nem a agricultura das grandes organizações. Seria algo novo; seria a denominada "agricultura de abastecimento", agricultura que deveria prover tanto a subsistência do agricultor, como a obtenção do lucro. Deveria abastecer o agricultor e o Distrito Federal.

Neste conceito está estabelecido o princípio que o estado é prestador de serviços e um dos serviços a ser prestado seria o de fornecer o abastecimento alimentar, compatível com as necessidades biológicas do habitante da

Nova Capital.

Para que este agricultor fosse altamente capacitado, deveria estar integrado em um sistema de produção que além de produzir em larga escala proporcionasse o seu próprio desenvolvimento.

Os locais de produção foram idealizados para gravitarem em torno de um sistema de agrovilãs, aqui denominadas "Unidades Sócio-Econômicas Rurais - USER". Estavam previstas em número de 5 (cinco) a serem construídas em volta de Brasília (11).

A estrutura da USER deveria abranger, com relação ao atendimento direto a produção, os seguintes aspectos: a) mercado do produtor; b) armazém de aprovisionamento (constante de cantina, ferramentas, peças, combustíveis, farmácia, utensílios domésticos, mantimentos); c) fomento da produção (adubos, inseticidas, rações, crédito, assistência técnica).

Tanto o mercado do produtor, como o armazém de aprovisionamento, deveriam operar preferencialmente sob o regime cooperativista, e deste modo procurar facilitar as operações de compra e venda dos agricultores. O fomento à produção estaria a cargo dos órgãos governamentais.

A cooperativa da USER deveria estar ligada a uma cooperativa central de produtores rurais. Procurava-se criar um novo tipo de agricultor e esperava-se que agisse como classe, atuasse e desempenhasse seu papel como tal.

Para o atendimento direto ao agricultor, como pessoa, estaria disponível em cada USER serviços de correio e telégrafos/telefone, posto de endemias rurais e pronto-socorro, hospital rural, posto policial, escola

primária rural, núcleo residencial, parque (cinema, diversões, restaurante, esportes), igrejas e/ou templos.

Procurava-se fixar o homem rural ao campo, fazendo com que o mesmo só se deslocasse para a cidade em casos extraordinários.

Na seqüência da corrente, as USERS estariam diretamente ligadas à Central de Abastecimento, em local já escolhido, no Plano Piloto de Brasília. Esta teria como objetivo regular o mercado. Atuaria assim como centro receptor, promovendo o armazenamento, a seleção, o beneficiamento, a transformação industrial, a conservação, a expedição etc.

A seqüência estaria completa com a distribuição, que seria realizada via supermercados. Estes estariam instalados em locais apropriados e deveriam cada um, servir a um grupo de 15.000 pessoas.

O Sistema de Abastecimento comportaria ainda uma segunda fase que abrangeria um raio de até 200 KM de Brasília. Daí seriam provenientes a carne, a maioria dos peixes, cereais e leguminosos, batatas e tubérculos, bem como outros produtos não contemplados com a produção local.

Esta segunda fase seria dimensionada por um Plano Regional de Desenvolvimento e teria por base o que fosse especificado em uma política alimentar. De qualquer modo, o destino desta produção, também seria a Central de Abastecimento e daí para os supermercados.

Em março de 1959, já havia sido distribuídos 49 (quarenta e nove) lotes a agricultores selecionados. Estes agricultores passariam a produzir na área denominada "Vargem da Benção" (12).

Na verdade o "Sistema de Abastecimento de Brasília" só recebeu aprovação para implantação em maio de 1959. E como estavam a menos de um ano para a transferência da Capital, passou-se a considerar a necessidade de formulação de um plano de emergência capaz de atender 100.000 habitantes durante 60 (sessenta) dias (13).

Sem a menor dúvida, à medida que a data da transferência da Capital, se aproximava (21 de abril de 1960), mais ficou claro a prioridade pelo aspecto urbano.

As decisões sobre a implantação do "Sistema" eram tomadas, mas as condições para a realização efetiva não eram concretizadas.

O desenrolar dos acontecimentos foram rápidos. Foram decididos instalar as primeiras duas USERS em Sobradinho e Taguatinga. A prioridade seria para o Armazém de Aproveitamento e para o Mercado do Produtor (14). Cada USER ocuparia uma área de 68 hectares e seriam dimensionadas para uma população de 10.000 habitantes (15).

A concorrência para a construção da USER 1 - Taguatinga foi realizada em novembro de 1959, mas nada foi feito. Com relação a Central de Abastecimento estava tudo parado, e havia um supermercado praticamente pronto (nas atuais 308/9 Sul) (16).

Na verdade, alguma coisa com relação a isso só começou a ser feito em 1969, portanto dez anos depois. Para a NOVACAP, a prioridade era a construção de Brasília, não devendo se intrometer nos assuntos de abastecimento (17).

Portanto, com relação ao "Sistema de Abastecimento de Brasília", não haviam sido concretizados

nem as USERS, nem a Central de Abastecimento. Dos supermercados, apenas um estava sendo concluído e quanto a produção, a distribuição de lotes ainda continuava.

Até o início de 1960, já haviam sido distribuídos 206 lotes, sendo 123 na parte sul (Vargem da Bênção, Taguatinga e Monjolo) e 83 na parte norte (Sobradinho I, Sobradinho II, Rio Preto e Tabatinga). Estavam sendo demarcados mais 335, que perfaziam um total de 541 lotes. O grande problema aqui, não era a falta de candidatos, que chegavam a casa dos 13.000, mas sim, a candidatos que atendessem às condições exigidas para compor a "agricultura de Abastecimento". E grande parte, não atendia estas exigências (18).

No final de 1959, o arrendamento foi estendido aos proprietários de terras integrantes do novo Distrito Federal, desapropriadas, mas que ainda não haviam sido incorporadas ao patrimônio da NOVACAP. As terras em que viviam seriam arrendadas por trinta anos e permitiriam que os mesmos prosseguissem suas atividades anteriores, na agricultura ou na criação de Gado. Nestes casos os lotes arrendados deveriam ter no máximo 100 (cem) e 500 (quinhentos) hectares respectivamente (19).

Nota-se neste caso, uma preocupação em procurar contornar a falta de agricultores qualificados. Este aspecto ficava claro ao priorizar também os antigos proprietários, cujas terras estavam incorporadas ao patrimônio do Distrito Federal, com novas áreas, mas sob as regras correntes para novos arrendamentos (20).

De um modo geral, começava-se a sacrificar a qualidade do agricultor selecionado, tendo em vista manter

um mínimo de produção aceitável.

Às vésperas da transferência da Capital, as áreas produtivas eram assim representadas pelas terras dos agricultores japoneses (que deveriam se transferir para a área ocupada pelo Núcleo dos Bandeirantes quando este fosse demolido após a inauguração de Brasília); pelas quatro granjas-modelo da NOVACAP e pelas fazendas dos projetos ETA 34 3 44. Os lotes já entregues para arrendamento a cerca de um ano, estavam sendo pressionados para que começassem a produção, sob pena de terem seus contratos rescindidos, e os outros lotes recém haviam sido entregues. Quanto as fazendas antigas que agora passariam a ser arrendadas pelos antigos proprietários, estavam em sua grande maioria abandonadas (21).

O abastecimento de Brasília, deveria vir preferencialmente de Goiás, que havia recebido instruções para intensificar a produção vegetal (22).

A Nova Capital foi assim inaugurada, com o abastecimento de gêneros alimentícios organizados em regime de emergência. Sob a administração do exército, este plano visava abastecer, 100.000 pessoas durante 60 (sessenta) dias consecutivos após a inauguração (23).

Quando de sua inauguração, Brasília não dispunha nem de um comércio organizado de gêneros alimentícios e nem de uma produção organizada, capaz de suprir o abastecimento com eficiência durante todo o ano. Não dispunha também de nada parecido com uma central de abastecimento, capaz de receber, organizar, estocar e distribuir os alimentos (24). O único mercado relativamente organizado, era localizado no Núcleo dos Bandeirantes,

idealizado para suprir os acampamentos e que deveria desaparecer depois de inaugurada a nova capital.

3.2.1.1 - O modo de produzir nas áreas arrendadas

Toda a concepção de criação do espaço rural do Distrito Federal foi dirigida pelo estado. Ao estado caberia coordenar o sistema de abastecimento e não, se encarregar diretamente da produção. Tanto as granjas-modelo como as fazendas onde estavam localizados os projetos do ETA, viriam fomentar a produção, assistir a produção, mas não, participar diretamente da produção.

A produção em si, seria realizada por agricultores experientes, que receberiam a terra sob a forma de arrendamento.

A propriedade da terra seria estatal, mas no processo de produção seria usada de forma privada pelo arrendatário e sua família. A única exigência é que cumprisse as determinações da política sobre o que plantar ou então sobre o que criar.

O ponto chave da "agricultura de abastecimento" que se esperava, vingasse em Brasília, era que o uso privado da terra viesse incentivar o agricultor. A partir do momento em que criasse sua própria subsistência, mas também obtivesse lucro, estaria ao mesmo tempo participando de uma política maior. E esta dizia respeito ao atendimento de uma necessidade superior, acima portanto, de seus interesses privados. Deveria produzir segundo as necessidades alimentares da população. Estaria

assim sob supervisão, mas receberia os frutos privados desta produção.

No Distrito Federal, o agricultor faria uso da terra pública, para fins públicos, sob a forma privada. Produziria para a venda, para a comercialização. É interessante observar que aqui o agricultor produziria visando o valor de troca, mas o valor de uso estaria explicitado pela política estatal de alimentação.

De acordo com o Censo Agrícola / Distrito Federal-1960, na produção das áreas arrendadas predominava largamente a força humana nos trabalhos agrários. Por outro lado, apesar da produção ser estruturada sob base familiar, como exigiam as normas de arrendamento, 65% dos estabelecimentos faziam uso de trabalho assalariado. Estes correspondiam a 55% da força humana em trabalhos agrários das áreas arrendadas e representavam o maior item de despesa dos arrendatários, cerca de 35% em salários, maior que os gastos com adubos e corretivos, sementes e mudas, que atingiam a 23,7% do total e representavam o segundo item mais importante. (25).

Uma primeira análise poderia indicar uma baixíssima composição orgânica do capital. Mas na verdade, o capital constante referente a maquinária, era suprido pelo estado, via assistência técnica. Dispondo de 24 tratores com implementos, prestava assistência a 103 granjas, principalmente as da Cooperativa Agrícola Mista de Brasília. Os serviços de mecanização e fomento da produção eram realizados via pagamento dos serviços pelo arrendatário. O uso destes serviços correspondiam a 20% dos gastos do arrendatário e representavam a sua terceira

despesa mais importante (26).

O modo de produzir seria assim realizado de forma privada, via contratação de mão-de-obra assalariada e via contratação dos serviços mecanizados e de fomento do estado. A mão-de-obra familiar participaria dos trabalhos mas não era predominante.

Com a não implementação do "Sistema de Abastecimento de Brasília", o arrendatário passou a produzir de forma privada em terras públicas, mas agora, sem estar vinculado as exigências de uma política regional de alimentação, que lhe indicaria o que produzir. Se antes o seu enriquecimento privado estava vinculado a esta política, agora produziria o que bem entendesse desde que o resultado fosse o enriquecimento privado.

O estado desenvolvimentista ao visar superar o subdesenvolvimento e atingir o nível de desenvolvimento dos países capitalistas ocidentais, só podia expandir as forças de produção das quais era representante.

O estado desenvolvimentista capitalista implanta assim formas capitalista na agricultura do Distrito Federal. Formas estas que usam para sua reprodução a terra pública de forma privada, fazem uso predominantemente de trabalho assalariado e obtém como resultado o enriquecimento privado. Enriquecimento este representado pela apropriação do trabalho alheio no processo de produção.

A acumulação de capital nas áreas arrendadas da agricultura do Distrito Federal, se dá assim via apropriação de trabalho alheio; trabalho expropriado no processo de produção, via uso de mão-de-obra assalariada;

trabalho não pago apropriado na circulação, via apropriação privada da comercialização.

A não implantação do "Sistema de Abastecimento de Brasília", tornará falha a circulação do capital. As áreas de produção estavam sendo distribuídas e muitas já em produção, mas a comercialização não estava organizada.

O enriquecimento privado do arrendatário do Distrito Federal só se concretizaria se ele conseguisse vender a sua mercadoria; se conseguisse vender as mercadorias-alimento. Mas para o momento, o único mercado organizado estava localizado no Núcleo dos Bandeirantes, longe da maioria das áreas arrendadas já em produção.

De um modo geral, o grande problema do abastecimento de Brasília, para os próximos anos, não será da produção e sim a comercialização.

A produção agrícola nas áreas arrendadas poderia possuir um baixo nível tecnológico, mas não deixava de ser capitalista e como tal, precisaria de um mercado para vender sua produção. A desorganização deste trará grandes perturbações para o processo produtivo como um todo.

3.2.2 - Anarquia

Quando do planejamento do espaço rural do Distrito Federal, o mesmo foi dividido em sete regiões agrícolas.

Nestas regiões se localizariam 4.672 lotes que teriam como centro de gravidade, de suas atividades a

USER. Estas estariam localizadas em pontos estratégicos e seriam em números de cinco. A USER 1 em Taguatinga; a USER 2 em Sobradinho; a USER 3 na região do Gama, próximo ao Catetinho, a USER 4 em área acima do que é hoje a Colônia Agrícola Nova Betânia; e a USER 5 próximo a Brazlândia.

Nenhuma USER foi implantada. Deste modo, nas áreas de produção, só existiam as áreas loteadas organizadas em Núcleos. Não existia ainda o espaço denominado Núcleo Rural. Este, como será visto mais adiante, será uma unidade rural autônoma. O Núcleo por outro lado, era uma unidade rural subordinada a uma USER. O que existia então, eram as granjas localizadas no Núcleo Vargem da Bênção, e que teriam como centro de gravidade a USER 1; as granjas localizadas no Núcleo Sobradinho e que gravitariam em torno da USER 2 e assim sucessivamente (27).

Com a inauguração de Brasília o planejamento praticamente parou. O que não havia sido implantado ficou no papel. A concorrência para a construção da USER 1 havia sido realizada, mas não passou disto. O ano de 1960 significou assim o auge de toda a euforia com relação a Brasília, mas significou também o início do descenso desta fase.

Estava próxima a troca de governo na área Federal, e o futuro de Brasília como capital parecia extremamente incerto. Jornais da época acusam um forte movimento para o retorno da capital para o Rio de Janeiro e o simples abandono de tudo o que havia sido feito. A incerteza administrativa, fazia com que qualquer decisão a respeito do que continuar fazendo em Brasília, tivesse de esperar a redefinição de objetivos da nova camada dirigente que iria assumir o

poder.

No meio de indefinições, o abastecimento de Brasília continuava incerto e desorganizado. Gêneros alimentícios vários, carnes, verduras, vinham de Belo Horizonte até Goiânia. O tomate chegava de São Paulo e o leite de Goiás. Mas não se encontrava leite em Brasília. E quando se achava, era vendido no câmbio negro (28).

No fim do governo JK, foram dadas ordens para que se intensificassem a entrega de lotes rurais, mas neste processo, sacrificaram a qualidade, priorizando a quantidade. Esta prioridade passava a beneficiar os residentes em Brasília ou que estivessem para ali transferidos e também para os agricultores de áreas vizinhas (29).

Esta decisão passará a abrir brechas na área de produção. Se para o agricultor profissional, qualificado, os problemas já eram muitos, para pessoas não qualificadas, mas com interesse em possuir um lote rural, estes seriam praticamente intransponíveis.

O agricultor profissional geria seu lote rural como uma pequena empresa agrícola capitalista, onde a lógica da produção obedecia o preceito do enriquecimento privado. Para obter este, procuraria transpor todos os obstáculos para alcançar o mercado mais promissor localizado no agora chamado Núcleo Bandeirante. Só assim obteria seu capital valorizado e poderia continuar o processo de produção.

O "agricultor" não profissional, aquele que possuía outra atividade principal como fonte de renda, não procuraria se empenhar a fundo para fazer progredir a sua

empresa rural. Às primeiras dificuldades, desistiria de tudo e continuaria preservando o lote como reserva de valor, já que a desorganização, a anarquia na área rural, começava a imperar.

As dificuldades de plantio no cerrado se tornariam intransponíveis, mesmo que os projetos do ETA continuassem a mostrar que a agricultura no cerrado era possível, mas desde que se empregassem práticas agronômicas modernas. A mesma recomendação era válida para os aspectos da criação (30).

Este ponto é fundamental, pois só o agricultor profissional estará disposto a enfrentar os gastos exigidos para uma produção em larga escala. O outro "agricultor", no máximo montará um pequeno projeto, com técnicas modernas, voltado principalmente para a sua diversão de fim de semana.

No início de 1961 o Centro de Abastecimento não passava de uma área já preparada para o início das construções (31). Construções que ficariam paralizadas com a posse do Governo Jânio.

O ponto crucial deste período, que se estenderá por praticamente toda a década de sessenta é a indefinição política, a inconsistência administrativa. Estes aspectos se sucederão rapidamente em períodos relativamente curtos de governo.

A administração indicada pelo governo Jânio durará só sete meses, período em que apenas começava a conhecer os problemas da cidade.

Com a posse da administração indicada pelo Governo Goulart, os problemas se agravariam. A presidência

da NOVACAP nega verbas a administração da cidade. O prefeito e sua equipe renunciaram. Nova equipe assume, mas a situação política nacional se agrava. Brasília é palco de agitações; a efervescência política acaba com todo o espírito de pioneirismo que ainda havia na cidade (32).

De um modo geral este período não foi morto, mas fez com que várias contradições se colocassem à mostra.

A desorganização do sistema de abastecimento, no princípio de 1962, já provocava estado de crise nas áreas de produção. Em Brasília não havia sido implantada uma agricultura de subsistência, e sim uma agricultura de abastecimento. Uma agricultura capitalista de abastecimento. Para que o capital voltasse valorizado e proporcionasse o enriquecimento privado do arrendatário era necessário que houvesse a circulação do capital, houvesse a venda.

As granjas localizadas, principalmente, nas terras de Sobradinho, Taguatinga e Mato Seco, (atual Vargem Bonita), produziam em grande quantidade, mas não encontravam mercado para seus produtos. Os principais problemas que lhes afligiam era a superprodução e a falta de transporte.

Em Sobradinho e Taguatinga se produziam em grande quantidade, mas a maioria dos arrendatários não possuíam transporte para levar sua produção aos mercados da NOVACAP no Plano Piloto ou então ao Núcleo Bandeirante, que continuava sendo o mercado mais organizado do Distrito Federal e por esta razão, não havia sido demolido após a inauguração de Brasília. Na Vargem Bonita, ao contrário, o mercado fica perto, quase fronteiro à área de produção,

mas havia excesso de produção. A falta de orientação aos agricultores, resultado da anarquia no setor, fazia com que continuassem produzindo em grande quantidade aquilo que sabiam iria dar lucro. Mas com isso, abarrotavam o mercado e acabavam perdendo grande parte da produção.

Nas áreas de Sobradinho e Taguatinga, a falta de transporte fazia com que os produtos fossem colocados em pequenas feiras, localizadas nas pequenas aglomerações, que ainda representavam aquelas nascentes cidades-satélites, mas do mesmo modo, o resultado era a perda de grande parte da produção (33).

O capital-dinheiro dos arrendatários, entrava no processo de produção, via força de trabalho assalariada e meios de produção. Criavam a mercadoria-alimento, mas esta não era vendida. Não havia a apropriação do trabalho não pago, não ocorria o enriquecimento privado. O capital-dinheiro inicial não voltava valorizado. A não venda representava perda para o proprietário dos meios de produção, o arrendatário, o agricultor profissional. Para este, a não complementação do ciclo do capital, significava a crise. A crise na abundância já que produzia em larga escala.

A crise na agricultura local não era de escassez, proveniente de uma agricultura de subsistência e sim, crise de abundância, proveniente de uma agricultura de abastecimento, que produzia de forma anárquica e não encontrava mercado para seus produtos, agravados ainda mais, pelas suas próprias deficiências de transporte.

Se o agricultor profissional, procurava superar a crise, o agricultor não profissional simplesmente

deixava de produzir e transformava sua granja em área de recreio. Estratégia facilitada pela anarquia da situação.

Procurando disciplinar as áreas rurais, a prefeitura do Distrito Federal institui um grupo de trabalho, visando estabelecer um plano de colonização para a área, tendo em vista as mudanças conjunturais ocorridas (34).

Entre as principais formulações da nova política traçada (35), constava a intenção de se formarem comunidades agrárias. "As glebas agricultáveis da Área Rural (seriam) distribuídas em Núcleos Agrícolas constituídos por lotes Rurais Agrícolas em número não inferior a cinquenta e de uma unidade agrônômica de assistência técnica e social" (36).

Indicava também que "(...) os planos de loteamento e constituição dos Núcleos Rurais Agrícolas serão elaborados pela NOVACAP e aprovados pelo Prefeito do Distrito Federal" (37).

Os lotes rurais teriam a área mínima de vinte hectares e a máxima de cem hectares. Poderiam também ser constituídos lotes rurais para exploração de horticultura e avicultura com área mínima de quatro hectares. Estes deveriam estar localizados na periferia de áreas dos centros rurais urbanos (38).

Um aspecto que sempre passou despercebido e que aqui está claro: os Núcleos Rurais foram criados como uma tentativa de disciplinar o uso da área rural. Uma tentativa de disciplinar a anarquia na produção.

Como já foi citado, segundo o Planejamento inicial o objetivo seria criar loteamentos rurais que

gravitariam em função de uma USER. Os loteamentos rurais foram criados, mas não gravitavam em torno de nada. Na verdade, os loteamentos rurais estavam perdidos no espaço rural, praticamente a deriva, sem nenhuma conexão.

A reunião destes loteamentos em Núcleos Rurais, criava assim uma área de referência para os vários lotes distribuídos em uma determinada área. Com os Núcleos Rurais, se criavam unidades de produção autônomas.

Era uma tentativa de reedição do espírito USER, mas agora em escala reduzida. Se antes cada uma das cinco USER influenciavam cerca de novecentos lotes, distribuídos em Núcleos, agora em outra conjuntura, em situação de anarquia, tentava-se com que cada "unidade agrônômica de assistência técnica e social", fizesse o mesmo papel, mas para apenas um Núcleo que passaria a se denominar Núcleo Rural.

A criação de Núcleos rurais, permitiria que fossem criadas pequenas unidades de produção autônomas. unidades que seriam criadas à medida que a conjuntura permitisse.

A produção a ser realizada nos Núcleos Rurais deveria ser intensiva, e a exploração deveria começar imediatamente após a concessão do arrendamento.

Outra grande novidade é que agora se concedia os lotes a pessoas físicas. Não mais a famílias, mas a determinada pessoa que cumprisse as exigências de seleção. O prazo de arrendamento continuaria de trinta anos e o arrendatário deveria ser considerado apto após aprendizagem ou treinamento agrícola, pelo período mínimo de 90 dias. Deveria morar no lote e comprometer-se a

dedicar-se inteiramente a agricultura (39).

A exigência agora não é mais de agricultores e sim de pessoas que possuam conhecimentos agrícolas. O que se pretende agora é atrair pessoas que gerenciem suas empresas agrícolas e não mais, agricultores, que além de trabalharem diretamente na produção, também gerencie a empresa agrícola.

A partir de agora, começa-se a dar preferência pelo arrendatário que gerencie a produção, a separação efetiva entre o dono dos meios de produção e o trabalhador direto da produção.

Se antes esta relação era disfarçada sob a forma de produção familiar, agora esta relação fica nítida. A partir de agora, o número de empresas rurais capitalistas, dirigidas por agricultores passará a decrescer e começará a se impor cada vez mais a figura do capitalista que poderá também ser "agricultor".

Com a nova legislação, os loteamentos rurais organizados em Núcleos, passam a se denominar: Núcleo Rural Vargem da Bênção; Núcleo Rural Monjolo, Núcleo Rural Sobradinho I; Núcleo Rural Sobradinho II; Núcleo Rural Taguatinga; Núcleo Rural Rio Preto; e, Núcleo Rural Tabatinga. São criados também mais dois Núcleos Rurais: Alagado e Santa Maria, na região do Gama. Os agricultores japoneses são reunidos na região entre o ribeirão do Gama e o córrego de Mato Seco. Este constituirá o Núcleo Hortícola Suburbano de Vargem Bonita.

Entre todas as áreas rurais do Distrito Federal a mais privilegiada será a de Vargem Bonita. Na verdade, os agricultores japoneses já ocupavam a área de Mato Seco. Esta era uma das áreas ao redor do Núcleo

Bandeirante, ocupados pela Cooperativa Agrícola Mista de Brasília. Com a permanência do Núcleo Bandeirante, o Núcleo de Vargem Bonita ficará de frente para o ainda principal mercado organizado do Distrito Federal.

Apesar da nova legislação, dois problemas se sobressaiam. O primeiro dizia respeito a não entrega dos contratos aos novos arrendatários. Estes recebiam apenas uma autorização para ocupação do lote. Mas a falta dos contratos impedia o início da produção, pois inviabilizava a compra de adubos, inseticidas e outros implementos agrícolas (40). A instabilidade administrativa faria com que este aspecto só começasse a ser resolvido na segunda metade dos anos sessenta.

O outro problema estava relacionado ao disciplinamento da produção. A anarquia na produção, só acarretava superprodução.

Para tentar resolver este caso, é criado um calendário de safras. Tenta-se aqui acabar com os claros na entressafra e evitar a produção excessiva durante a safra, orientando o arrendatário no que plantar e quando plantar. Para viabilizar o processo, foi concedido crédito supervisionado.

O que não se esperava, era a reação contrária, que esta intervenção do estado iria suscitar. Intervenção que, para o arrendatário, significava ingerência nos assuntos da iniciativa privada. O estado ditando o que plantar e quando plantar, impedia que o arrendatário plantasse o que lhe conviesse desde que desse lucro. E neste aspecto os interesses, privados conflitavam com os interesses da política de alimentação (41).

Apesar do sucesso do programa, a

instabilidade política do momento não permitiu que o mesmo fosse em frente. A crise política nacional se agravava e qualquer intervenção nos interesses da iniciativa privada era logo colocada sob suspeita.

O golpe de estado de 1964, significou o fundo do poço na política para o espaço rural do Distrito Federal. A partir daí começaria uma lenta recuperação que, por outro lado, tomaria novos rumos.

3.2.2.1. - A lenta saída da Anarquia

A saída da crise não foi rápida. Os primeiros anos pós-golpe significaram anos de indefinição para Brasília. Algumas obras seguiam em ritmo lento e o movimento para o abandono da capital continuava.

A desaceleração das obras ocorridas nos últimos anos, fez com que proliferassem as áreas invadidas no espaço rural. Não eram camponeses. Eram apenas pessoas que procuravam garantir a sobrevivência cultivando pequenas áreas invadidas. Algumas dessas áreas eram lotes de Núcleos Rurais, abandonados por arrendatários que não haviam conseguido superar a crise porque passava o setor rural. Outros lotes estavam vazios, pois seus contratos haviam sido rescindidos. Invadia-se também áreas que já se sabiam estar reservadas para constituição de novos Núcleos Rurais.

Havia também a invasão de arrendatários, que alegando "defesa da propriedade", cercavam áreas próximas a seus lotes e assim procuravam se adiantar na invasão (42).

O principal mercado receptor e distribuidor continuava sendo o Núcleo Bandeirante. E o principal

problema dos arrendatários continuava sendo o transporte, acrescentado agora a falta de manutenção das estradas vicinais.

A atuação do apoio estatal era deficiente e praticamente inexistente. Em vista disso, o agricultor profissional plantava o que não lhe exigisse muitos gastos e nem que lhe proporcionasse muitas perdas.

O que se observa para a produção agrícola de 1966 é o predomínio do cultivo da mandioca, milho, arroz e feijão. O primeiro com 13.440 t, os outros com 2.520 t, 1.632 t e 1.232 t respectivamente (43).

Para muitos, este é o retrato da agricultura de subsistência implantada pelo estado no Distrito Federal. Mas na verdade, este é o resultado de uma agricultura de abastecimento tentando sobreviver à incerteza do mercado.

As pequenas empresas rurais capitalistas se adaptavam à situação. Mantinham lucros mínimos mas sobreviviam.

Uma das poucas áreas rurais que não encontrava grandes problemas na reprodução do seu capital era Vargem Bonita. Praticamente de frente ao Núcleo Bandeirante, não enfrentava grandes problemas de transporte para vender suas hortaliças (44).

Este aspecto não está relacionado a uma suposta superioridade do agricultor japonês e sim, a sua proximidade ao principal mercado. Seu capital, provavelmente, era um dos poucos que completava o ciclo de valorização sem muitos obstáculos.

O mesmo não se pode dizer dos agricultores japoneses que se instalaram no Núcleo Rural Rio Preto.

Chegando os primeiros em 1962, mas principalmente a partir de 1965, não ficaram muito tempo. Alguns tiveram seus contratos rescindidos, outros depois de alguns anos, transferiram seus contratos para outras pessoas, em sua maioria, sem vínculo profissional com a agricultura (45).

Outro aspecto a assinalar, é que o decréscimo nas atividades produtivas, acarretou também um decréscimo no uso do trabalho assalariado, o que significava elevado nível de desemprego para o trabalhador direto dos Núcleos Rurais do Distrito Federal (46).

A partir de 1966, com a progressiva consolidação do golpe de estado de 1964, o governo resolve tomar medidas com o objetivo de tentar novamente disciplinar o uso do espaço rural. Promove assim extenso levantamento da situação dos Núcleos Rurais, procurando conhecer a legalidade da ocupação de cada lote e se estavam sendo efetivamente explorados (47).

A nova legislação que entra em vigor (48) garante ainda mais o espaço para capitalistas-"agricultores". A partir de agora, para arrendar, só exige que o requerimento seja acompanhado do Plano de Exploração do lote, especificando metas e prazos, dados sobre uso da terra, necessidades quanto a benfeitorias e exigências quanto a produção e comercialização. Deveria também especificar a área necessária e ser acompanhado de documentos comprobatórios (49).

Ao mesmo tempo que se garante a exploração capitalista da agricultura, procura-se garantir a existência do exército industrial de reserva, próximo aos lugares de produção. É assim que são criados nas periferias

dos Núcleos Rurais, loteamentos compostos de pequenos lotes para fins residenciais. Cada lote deveria ter no máximo 2.000 metros quadrados e seu número total não ser superior ao número total de lotes do Núcleo Rural (50).

Os principais ocupantes desses loteamentos periféricos, são lavradores sem recursos, em sua maioria analfabetos. Sua função básica seria servir de mão-de-obra assalariada para os lotes do Núcleo Rural. Residiriam nos seus pequenos lotes e nas horas vagas cultivariam pequenas roças para consumo próprio.

Esta nova legislação, só veio a oficializar e acelerar um processo que já vinha ganhando terreno desde 1962. A substituição do agricultor-capitalista pelo capitalista-"agricultor". Este processo, que em 1968, já indicava a existência de 41,3% dos arrendatários com outras atividades como renda principal, só vai se agravar com o decorrer dos anos (51).

Tanto o estado desenvolvimentista como o estado golpista, possuem a mesma raiz político-econômica. Ambos personificam a amplificação das forças produtivas que reproduzem o capital. Se um possuía uma aparência mais popular, privilegiando agricultores-capitalistas, o outro, não procura subterfúgios e reserva a propriedade do capital para capitalistas-"agricultores".

Capitalistas-"agricultores" que passarão a procurar os arrendamentos como forma de valorização de seus capitais e que serão encontrados com maior frequência, gerindo pequenos projetos pecuários.

Reorganizando a produção, e acreditando em algo parecido com um espírito schupeteriano, na

agricultura do Distrito Federal, o estado passará a dinamizar a área de produção, via recuperação de estradas e instalação de serviços comunitários nos Núcleos Rurais já existentes. Passará também a projetar e implantar novos Núcleos Rurais, como o de Taquara-Pipiripau, que surge como Colônia Agropecuária e que em 1981 se transformará no Núcleo Rural de Taquara e Núcleo Rural de Pipiripau (52).

Com a reorganização da produção, o estado pretende incrementar a produção de alimentos para o abastecimento do Distrito Federal (53). Este aspecto ganhava importância a partir do momento que se definiu a efetiva implantação de Brasília como capital de fato, fazendo com que o ritmo das construções voltassem a se acelerar e o afluxo de pessoas transferidas ou em busca de novas oportunidades se avolumasse. Pretende-se assim o desenvolvimento da horticultura, fruticultura, algumas grandes culturas e pecuária de pequeno porte e leiteira (54).

Apesar de os próprios estudos do estado constatarem a grande incidência de arrendatários constituídos de advogados, médicos, engenheiros e militares, acreditava-se que estes capitalistas-"agricultores" pudessem impulsionar o desenvolvimento planejado. A política estatal passa assim a atuar sobre a situação agrária que encontrou nos Núcleos Rurais e não pensa em reformulá-la.

O planejamento formulado no fim dos anos sessenta para ser implementado no começo dos anos setenta, pretende assim redinamizar o espaço rural. Mas a redinamização significa além da produção, contemplar também

a venda. É assim que, praticamente dez anos após o primeiro planejamento o Centro de Abastecimento volta a fazer parte dos planos do governo.

Um vigoroso planejamento regional está assim formulado e seus primeiros passos começam a ser dados, mas não conseguirá ir muito adiante. Em breve, será atropelado por uma política a nível maior. Será atropelado pela política de planejamento Federal.

3.3. Fase 2: Ruptura e Adaptação

3.3.1. Preliminares à Ruptura

Entre os anos de 1960 e 1969, Brasília teve oito governantes, o que dá uma média de um ano e pouco de administração para cada gestão (55).

A falta de continuidade administrativa perturba o ambiente, atrapalhando todos os planos e provocando uma verdadeira anarquia no espaço rural do Distrito Federal.

Além do mais, a incerteza quanto a permanência da capital em Brasília, ampliada pelas perturbações políticas do país, fazem com que o estado nada faça de concreto, agindo apenas de forma paliativa, para assim, poder manter, em condições precária, o que já estava instado.

Mantendo o uso privado da terra, e procurando garantir que assim permaneça, o estado não se preocupa com a descaracterização do agente de produção. Como personificador das relações capitalista, passa a

incentivá-las em todos os sentidos, fazendo assim com que as áreas rurais arrendadas, deixem de ser constituídas por pequenas empresas rurais capitalistas, onde o agricultor era proprietário dos meios de produção, para progressivamente passarem a um estágio superior da produção capitalista, onde o arrendatário capitalista nada mais tem a ver com as tarefas da produção, sendo sua função, apenas a gerência do processo produtivo.

A substituição gradativa mas contínua do agricultor-capitalista pelo capitalista-"agricultor", passará a ser dominante nos anos setenta e predominará de forma quase total até os dias de hoje.

O que caracterizará a nova intervenção do estado nas áreas rurais, será assim procurar trabalhar sobre o que já existia, sobre o forma privada de trabalhar a terra pública, identificando o capitalista-"agricultor" como o início de uma gestão empresarial. Forma técnica de caracterizar o supervisionamento da produção, mas que não desvirtua o processo capitalista de produção.

Tanto na fase de criação do espaço rural, como nesta fase que agora se iniciava, o processo de produção sempre foi capitalista, incentivando por um estado que apenas reproduzia o que personificava, as relações capitalistas de produção.

O que existia na primeira fase, era assim uma produção com baixa composição orgânica do capital, mas sob a forma capitalista. A principal característica era que o proprietário dos meios de produção, também trabalhava a terra, o que significava que tinha naquele processo produtivo a sua principal e praticamente única fonte de

renda. Renda esta proveniente da expropriação do trabalho alheio no processo de produção e apropriação do trabalho não pago no processo de circulação, durante a venda, bem como da apropriação do seu próprio trabalho (56).

A total desorganização da comercialização, provocou gradativamente a substituição do agricultor-capitalista pelo capitalista-"agricultor".

A substituição do agricultor que possuía a agricultura como única fonte de renda, pelo "agricultor" que possuía outras fontes de renda, entre elas, a agricultura.

Mudou o gerenciamento da forma, mas não mudou a forma. O estado passaria a atuar sobre uma forma gerencial em transformação, mas que atuava sob um processo de reprodução do capital que continuaria imutável.

Todo este processo continuaria a ser desenvolvido nos lugares escolhidos para a reprodução do capital no campo, os Núcleos Rurais, que nasceram Núcleo/USER, mas que no fim só existiam na forma de Núcleos.

A história inicial da produção capitalista no espaço rural do Distrito Federal é assim a história dos Núcleos Rurais. História esta que mostra os arrendatários agindo de forma individualista, conforme o lucro proporcionado pelas condições mínimas de produção. Produção, estabelecida num modo de produção, que se baseava na manutenção da população rural em condições de miséria, como bem pode ser notado pela absoluta falta das condições higiênicas e sanitárias das habitações rurais, a maioria (39,4%) de pau-a-pique; falta de cuidados na destinação do

lixo; deficiente dieta alimentar, baseada em arroz, feijão e farinha; a proliferação de doenças como o bócio e a ancilostomose, provenientes em sua maioria das más ou deficientes condições de alimentação e moradia; a má qualidade da água consumida e o elevado índice de analfabetismo (57).

Este estado de degradação humana, acentua ainda mais a substituição do agricultor-capitalista, que não vive a miséria, mas se aproxima dela, pelo capitalista-"agricultor", que não faz parte desta situação, pois não habita na área rural, possui outra atividade como renda principal e só mantém um lote arrendado porque a legislação assim o permite.

É sobre esta situação que o estado pretende recuperar a produção de alimentos mas não pretende reformar, apenas atuar.

3.3.2. - Ruptura

Ao planejar a recuperação das atividades nos Núcleos Rurais, o Governo do Distrito Federal-GDF (58), tinha consciência, que a médio ou longo prazo, deveria se adaptar às metas do planejamento Federal (59).

O Planejamento Federal estava consubstanciado no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/74. Um dos aspectos deste, estabelecia que a Política de Integração Nacional - PIN, repelia a limitação regional, a curto e médio prazo, do processo econômico brasileiro; preconizava a consolidação do desenvolvimento do Centro-Sul em consonância com o crescimento nacional; e, estabelecia

que ao lado das políticas relativas ao Nordeste, Norte e Centro-Oeste, fosse criada a Região Geo-Econômica de Brasília (60).

A Região só foi criada, para efeito de ações governamentais em 1975 e abrangia 88 municípios sobre a área de influência do Distrito Federal, abrangendo os estados de Goiás, Minas Gerais e Bahia (61).

Estes objetivos idealizados na esfera federal, chocavam-se com os objetivos idealizados na esfera local. O Plano Agropecuário do Distrito Federal ainda pensava a agropecuária em termos de abastecimento local. Preconizava o incentivo à pesquisa de variedades hortícolas e frutíferas e recomendava em nota de pé-de-página que achava "...conveniente sugerir a dinamização da pesquisa de soja e mamona... no sentido de seu possível aproveitamento industrial, tendo em vista os estudos para o zoneamento industrial do DF,..." (62).

A produção de grãos não era objetivo da nova política agrícola local, e sim, a retomada do processo de desenvolvimento de uma agricultura de abastecimento, quantitativa e qualitativa, baseada no uso de insumos modernos.

Apesar dos solos do Distrito Federal serem considerados pobres para o empreendimento agrícola, a atividade foi desenvolvida satisfatoriamente nos anos anteriores, sendo perturbada principalmente, pelo caos político-administrativo dos anos sessenta.

Mesmo a concessão de crédito não foi empecilho maior, atuando os bancos oficiais como fornecedores de crédito às atividades supervisionados, como foi visto em

3.2.2. O principal problema com relação ao crédito, dizia respeito ao local de aplicação. Em 1968, cerca de 86,3% do crédito concedido por entidades oficiais, foram aplicados em empresas localizadas fora dos limites do Distrito Federal. Este procedimento era em decorrência, principalmente, da inexistência do título de propriedade, como garantia para o pagamento do débito (63).

Quando da retomada da nova fase da agricultura de abastecimento, problemas como este, relativos a concessão de crédito, continuavam, e o arrendatário, de um modo geral, não podia arcar com as despesas proveniente da compra de insumos modernos. A saída da crise ainda era recente. Enquanto o agricultor-capitalista não possuía recursos suficientes e preferia vender os seus direitos de arrendamento, o capitalista-"agricultor", preferia comprar estes direitos, mas não tinha intenção de arcar com todas as despesas do próprio bolso. Isto significava que o impasse continuava.

Tentando reverter esta situação e intensificar o aproveitamento dos Núcleos Rurais, em 1974 são estabelecidas novas normas com relação a área rural (64).

As principais modificações diziam respeito a criação de áreas especiais. Estas seriam destinadas à pesquisas experimentais, estudos ou exploração de culturas que exigissem tratamento especial e também à execução de grandes projetos aprovados pelo Governador do Distrito Federal. Estes lotes, seriam localizados em áreas apropriadas; os lotes das agrovilas passariam a ter tamanho

máximo de 5.000 m², em vez dos 2.000 m² anteriores; o prazo de arrendamento passaria de 30 (trinta) para 15 (quinze) anos, renováveis, sendo a cessão do contrato permitida só 2 (dois) anos após a vigência. Para a concessão de lotes, o Plano de Exploração dava lugar ao Plano de Utilização (PU) e entre as outras exigências as principais exigiam que o arrendatário fosse considerado "apto" à exploração do lote e comprometer-se a construir residência no lote e ali exercer a atividade pretendida, podendo contratar serviços de terceiros (65).

Um dos aspectos a destacar diz respeito à taxa de arrendamento. Pelas normas vigentes desde 1969, o valor a ser pago deveria corresponder a 1/10 do valor do salário-mínimo local vigente, por hectare e por ano (66). Pela nova regulamentação, o valor devido deveria corresponder a 5% do salário-mínimo vigente, por hectare ou fração, ao ano (67).

A nova regulamentação reduzia o valor do arrendamento e assim esperava incentivar o arrendatário a colocar mais capital-dinheiro no processo produtivo.

Um outro aspecto, dizia respeito a pesquisa agrícola. Desde o início da implantação do espaço rural do Distrito Federal, o GDF realizava experimentos nas granjas-modelo do Torto, Tamanduá, Ipê e Riacho Fundo. Em 1973 esta responsabilidade foi transferida para a EMBRAPA. Esta instalou na granja Tamanduá o Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças (CNPH), na Granja do Ipê o Serviço de Produção de Sementes Básicas (SPSB), no Parque Rural o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEM) e na Fazenda do Ministério da Agricultura em

Planaltina, onde funcionava o Projeto ETA 44, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), que desenvolveria intensa pesquisa nas áreas de grãos (soja) e pecuária de corte.

Todo este processo de adaptação das normas e entidades institucionais ao novo Plano que se espera ver implantado no espaço rural do Distrito Federal, foi atropelado pelo planejamento Federal, via II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1975/79.

Uma das tarefas a que se propunha o II PND, era enfrentar o desafio de desenvolver novas frentes. Deste modo, se pretendia atingir este objetivo na agropecuária dando impulso à condição brasileira de fornecedor mundial de alimentos; era o que chamava, "efetivar a vocação do Brasil"; uma de suas estratégias, procurava levar a "capacidade empresarial", à atividade agropecuária, através da disseminação da pequena, média e grande empresa agrícola. Este novo modelo, deveria estar apoiado na pesquisa e extensão rural, onde seriam fundamentais a ação de empresas como a EMBRAPA e EMATER. Todo este processo estaria conjugado a mecanismos de preços mínimos, crédito e seguro agrícola.

O "produtor rural" deveria se apoiar em formas de organização cooperativistas, principalmente nos aspectos de comercialização, assistência e prestação de serviços.

Na estratégia de ocupação de novas áreas, estava incluindo o Centro-Oeste e em outro item, um aspecto se destaca, é a continuação da política de implantação de novas estruturas de abastecimento, baseadas na rede

nacional de centrais de abastecimento, sistema de supermercados, mercados do produtor, etc (68).

Na verdade o II PND não preconizava nada de novo. Se for visto o que o "Sistema de Abastecimento de Brasília" pretendia na época de seu planejamento, será notado que a única diferença básica que existe, diz respeito ao mercado a que se vai dirigir o abastecimento. O II PND visa atingir o mercado mundial, enquanto o outro visa o mercado regional.

O II PND resgatará em novos moldes a velha política brasileira de supridor mundial de algum tipo de mercadoria, neste caso, supridor mundial de alimentos. O II PND pretende abastecer o mundo; o planejamento em Brasília ainda pensa em abastecer o Distrito Federal. Será atropelado pela política federal de abastecimento mundial.

O primeiro passo neste sentido não foi dado no Distrito Federal e sim em Minas Gerais. Em 1974, foi instalado o Programa de Assentamento Dirigido Alto Paranaíba (PADAP), em área desapropriada de 61.000 hectares, nos municípios de São Gotardo, Rio Paranaíba, Ibá e Campos Altos. Os ótimos resultados obtidos, permitiram que após a criação do POLOCENTRO, em 1975, vários programas parecidos fossem implantados em doze áreas de cerrados, nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (69).

Estes programas visavam desenvolver o plantio da soja e do trigo.

A primeira medida concreta realizada em Brasília com relação a este aspecto, foi a alteração da legislação vigente.

Em 1976, são assim criadas as "Áreas

Isoladas", primeiro passo para a implantação e desenvolvimento do plantio da soja no Distrito Federal (70).

Em seqüência, nos meses de dezembro de 1976 e janeiro de 1977, é aprovado pelo Ministério da Fazenda e homologado pelo Conselho Monetário Nacional, a admissão da cessão dos direitos emergentes dos contratos de arrendamento, como garantia nos financiamentos concedidos a imóveis rurais localizados no Distrito Federal (71).

Os interesses da política federal rapidamente solucionam pendências que atormentavam os arrendatários dos Núcleos Rurais. Mas estas decisões não visavam beneficiá-los e sim, a implantar um novo programa a ser desenvolvido no Distrito Federal.

Em 1977, em áreas especialmente desapropriadas e posteriormente arrendadas é criado o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD-DF.

A partir de agora, a produção de grãos (leia-se soja), será a vitrine da agricultura do Distrito Federal. Todos os esforços serão dirigidos para o PAD-DF, passando a agricultura de abastecimento local para segundo plano.

Ocorre a ruptura. O esforço produtivo da agricultura do Distrito Federal deverá agora dar a sua parte no grande esforço nacional de supridora mundial de alimentos. A política de abastecimento local continuará, mas não será mais prioritária.

Para o PAD-DF foram destinadas novas terras, localizadas nas chamadas "Áreas Isoladas". Isto significa

que os Núcleos Rurais também passaram a segundo plano.

A nova política em vez de reformar o espaço rural, cria novos espaços na área rural. Para esses novos espaços, o capitalista-"agricultor" não é o agente ideal. Para esses novos espaços, o estado vai novamente atrás de agricultores-profissionais, de agricultores-capitalistas. Desta vez vai "importar" agricultores gaúchos.

3.3.3 - Adaptação

3.3.3.1 - O PAD-DF

A implantação do PAD-DF seguiu o mesmo esquema adotado nos arrendamentos rurais do Distrito Federal. A propriedade da terra seria pública, enquanto a produção de grãos seria realizada de forma privada e em larga escala. O ciclo do capital seria completado via comercialização realizada pela Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal - COOPA-DF. Esta produção seria canalizada para os mercados de São Paulo e Minas Gerais.

A única diferença com relação aos outros arrendamentos, dizia respeito ao tamanho da área dos lotes. No PAD-DF, eles teriam em média 300 hectares.

Na verdade, os agricultores gaúchos foram chamados na fase inicial do PAD-DF, quando da implantação das primeiras áreas. Na seqüência dos anos, houveram transferências de contrato e hoje predominam os capitalistas-"agricultores" (72).

No PAD-DF a composição orgânica do capital é maior, onde predominam complexos sistemas de irrigação,

como o pivô central. Todos os lotes usam mão-de-obra assalariada e a grande maioria dos arrendatários possuem maquinaria própria, como colheitadeiras, tratores e equipamentos diversos.

No PAD-DF, o modo capitalista de produzir aparece de forma explícita. O enriquecimento privado é tido como a forma empresarial de produzir e a região aparece como o "cartão-postal" da agricultura do Distrito Federal.

Se o modo de produzir do PAD-DF for comparado ao modo de produzir dos Núcleos Rurais, será visto que ambos possuem o mesmo princípio de produção. Ambos se baseiam no modo privado de produzir, onde o arrendatário é o dono dos meios da produção; fazem uso de trabalho assalariado e se apropriam privadamente do capital-dinheiro resultante da comercialização. A acumulação se dá portanto via apropriação de trabalho alheio. O que os difere é a quantidade de capital-dinheiro disponível para o processo produtivo e uso maior de capital constante o que significa maior composição orgânica do capital para o PAD-DF.

O que se vê portanto, são capitalistas com mais capital-dinheiro ou com menos capital-dinheiro, mas ambos, produzindo sobre base capitalista.

Para a criação do PAD-DF, o estado dirigiu todos os seus esforços, preparando a estrutura básica, oferecendo crédito e firmando com o arrendatário uma obrigação de que este faria parte da cooperativa que seria instalada. Para o êxito do empreendimento o futuro arrendatário assinava um termo, se comprometendo a desenvolver certa cultura no primeiro ano e especificando o

que seria cultivado nos anos seguintes, bem como a área a ser cultivada.

A implantação do PAD-DF significou prioridade total na política agrícola local, onde todas as facilidades eram concedidas para os futuros arrendatários (73).

Esta prioridade, decorria da sua inserção num projeto maior, onde num futuro próximo, estaria incluído no eixo exportador de grãos dos Cerrados, que seria viabilizado via conexão dos ramais ferroviários locais à ferrovia Vitória-Minas e daí a exportação via Porto de Tubarão no Espírito Santo. Esta conexão só agora foi realizada, mas isto não impediu que o cultivo da soja se transformasse na principal cultura da região.

3.3.3.2 - A Revitalização dos Núcleos Rurais

Em 1962, quando da não implantação do sistema Núcleo/USER, resolveu-se pela criação de Núcleos Autônomos, Núcleos cujos lotes seriam assistidos por uma "unidade agronômica de assistência técnica e social", inserida no próprio Núcleo. Esta nova organização da produção recebeu a denominação de Núcleo Rural e novos loteamentos com esta nova estrutura passariam a ser criados conforme as necessidades de abastecimento.

Durante todo o período seguinte, até a criação do PAD-DF, estas "unidades agronômicas" funcionaram de forma deficiente e precária. Em um primeiro momento, devido a crise e anarquia do setor; em um segundo momento

devido a troca de prioridades na política agrícola.

A criação do PAD-DF como parte de uma política nacional que visava transformar o país em supridor mundial de alimentos, relegou a segundo plano tudo o que não dizia respeito a esta nova prioridade.

A revitalização dos Núcleos Rurais teve que esperar mais dez anos, pois o que fora planejado no início dos anos setenta, só parcialmente se concretizara.

Entre estes aspectos, constava a construção e inauguração da Central de Abastecimento que deveria abranger os setores hortifrutigranjeiros e refrigerados.

Outro aspecto dizia respeito à criação de um novo Núcleo Rural, denominado Riacho das Pedras e destinado preferencialmente à pecuária.

Este Núcleo Rural foi criado em 1975, mas devido a prioridade dada ao PAD-DF, sua implantação também passou a segundo plano nas prioridades.

De um modo geral, todos os Núcleos Rurais existentes até esta época, em número de treze, chegaram ao final dos anos setenta com um nível mínimo de infra-estrutura. Seus problemas continuavam os mesmos e o que mais os afligia eram os problemas com o transporte e a comercialização, realizada em sua grande maioria na porta da propriedade.

Em 1980, Brasília já contava com cerca de 1.118 mil habitantes, portanto o dobro do observado em 1970 e dez vezes o de 1960. Mas o abastecimento alimentar da cidade continuava praticamente dependente das importações de outros estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais. Os municípios do Entorno, incluídos na área

Geo-Econômica de Brasília, contribuíam com apenas 10%/15% do abastecimento, com frutas e hortigranjeiros.

O que se observava para o período, entre a criação do PAD-DF e 1980, era o crescimento do plantio do arroz e o salto vertiginoso da soja. O arroz por ser cultura própria para "amansar o cerrado" e a soja como substituta nas terras já amansadas. A política de planejamento Federal impunha assim seus determinantes no espaço rural do Distrito Federal (74).

Em 1979, com o PAD-DF praticamente implantado e já produzindo, o GDF novamente se volta para os Núcleos Rurais e resolve finalmente revitalizá-los.

O diagnóstico realizado acusava o baixo nível de produção nos Núcleos Rurais e Colônias Agrícolas (75), precária conservação e utilização dos prédios públicos, deficiência nos sistemas de transportes e comercialização e baixo nível de integração da comunidade. A estes aspectos somavam-se ainda as deficiências nos serviços de saúde e educação (76).

Para a primeira etapa, que abrangeria o período 1980/1982, foram escolhidos os Núcleos Rurais de Vargem Bonita, Rio Preto, Riacho das Pedras, Tabatinga, Taquara e Pipiripau; a criação de uma nova área o Núcleo Rural Jardim, na área do PAD-DF; e, as Colônias Agrícolas, em número de quatro (77).

A situação apresentada pelos Núcleos Rurais, indicavam que todos dispunham de energia elétrica e a estrada principal quando não era asfaltada estava em boas condições de uso. As estradas vicinais, cascalhadas, em bom estado exigindo poucos reparos.

Nos Núcleos Rurais Rio Preto, Riacho das Pedras e Tabatinga, predominava a pecuária leiteira. Em Taquara e Pípiripau a fruticultura e em Vargem Bonita a olericultura.

Em todos os Núcleos era insuficiente a assistência técnica e inexistente a extensão rural. A assistência técnica, na verdade, era ligada aos financiamentos, sendo mais fiscalizadora do que orientadora.

Com exceção de Vargem Bonita, todos os outros Núcleos Rurais eram distantes de Brasília, apresentando problemas, tanto na aquisição de insumos como na comercialização final da mercadoria.

Para os Núcleos leiteiros, o resultado era a baixa produtividade do rebanho, devendo se levar em conta que, a partir do momento em que o capital encontrava dificuldades no processo de circulação, fatalmente afetaria o processo de produção, fazendo com que menos capital-dinheiro se transformasse em meios de produção e força de trabalho. Este aspecto ganhava importância a partir do momento que grande parte dos lotes eram arrendados a capitalistas-"agricultores". O que significava ser a agricultura uma das rendas, mas não a principal.

Os Núcleos frutíferos também padeciam do mesmo mal, enquanto no Núcleo hortícola, a produção mantinha bom desempenho, apesar de encontrar dificuldades na obtenção de crédito, devido ao tamanho de seus lotes (em média 4 ha), como também na comercialização, sendo a venda realizada em sua maioria a intermediários, apesar do Núcleo estar relativamente próximo ao agora principal

centro de comercialização, a Central de Abastecimento de Brasília - CEASA/DF.

Outro grande problema era a falta de linhas de ônibus entre as localidades próximas e os Núcleos Rurais. Para os Núcleos mais distantes, a falta de linhas com relação a Planaltina dificultava o deslocamento da mão-de-obra, enquanto que com relação a Vargem Bonita, faltavam linhas principalmente com a Ceilândia.

Uma das principais soluções encontradas foi a instalação de Mercados do Produtor nos Núcleos Rurais do Rio Preto, Tabatinga, Taquara e Pípiripau. Este passaria a funcionar sob regime de cooperativa, procurando integrar os arrendatários em torno dos seus interesses na produção e comercialização.

Para dinamização da comercialização foi instituído o Programa de Compra Antecipada, sob administração da CEASA e tendo como principal agente de compra a Sociedade de Abastecimento de Brasília - SAB. Neste caso, o mercado vai ao arrendatário, pois é fixado previamente uma data em que caminhões da SAB ou de interessados são enviados ao mercado do produtor coletando ali suas mercadorias que são comercializadas diretamente com a SAB ou com os interessados. Este programa visa garantir a real comercialização do produto, além, de aumentar a produção na entressafra financiando seu custeio.

Foram também executadas obras de irrigação nos Núcleos Rurais de Taquara, Rio Preto e Tabatinga. Neste aspecto procurava se fortalecer a produção que contaria com o incremento na assistência técnica e extensão rural, o que significava tornar a EMATER mais atuante nesta área e bem

mais como orientadora da produção do que como fiscalizadora.

Procurou-se também ampliar a concessão de crédito, apesar dos bancos não aceitarem apenas os contratos de arrendamento como garantia, passando a exigir avalistas ou outros bens.

Por fim procurou-se complementar ou então recuperar as partes físicas referentes as atuações das áreas de saúde, educação e serviços públicos, tais como posto de saúde, escolas de 1º grau, etc.

Esta primeira fase da atuação do estado, contemplava os Núcleos Rurais localizados na parte leste do Distrito Federal. Uma segunda fase seria realizada em seqüência, a partir de 1983 e abrangeria os Núcleos Rurais localizados na parte oeste.

Antes de entrar nesta segunda fase e enquanto preparava a primeira, o estado novamente reformulou as normas sobre o arrendamento, procurando adaptá-las a nova política agrícola do Distrito Federal.

O que se notará nesta nova legislação que passaria a vigorar, seria o interesse do estado em viabilizar a exploração econômica, contemplando tanto os interesses do arrendatário com os interesses do abastecimento e ao mesmo tempo, evitar a especulação com os direitos de arrendamento, agora extremamente valorizados em decorrência da atuação do estado com vistas a revitalização dos Núcleos Rurais (78).

O primeiro aspecto dizia respeito ao Plano de Utilização (PU). Este agora passaria a ser elaborado pela FZDF ou sob sua orientação, o que indicaria ser

elaborado segundo suas prioridades de política agrícola.

O prazo de arrendamento continuaria de 15 (quinze) anos, mas agora a transferência ou cessão dos contratos de arrendamento só poderiam ser realizados após 5 (cinco) anos de vigência do contrato e não mais de 2 (dois) anos como na legislação anterior. Os contratos em vigor, continuariam regidos por suas legislações vigentes na época em que foram assinados, mas a cessão ou transferência só poderia ser realizada se o cessionário aceitasse a adequação e adaptação de seu contrato as novas normas. Neste ponto está implícito o propósito de evitar o caráter especulativo das transferências.

O preço de arrendamento sofreria nova redução, pois não teria mais o salário mínimo como referência. Seria assim calculado à taxa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência vigente na região à época do vencimento, por hectare ou fração, desde que o imóvel estivesse totalmente explorado. Em caso contrário, seria acrescido de 2%. O pagamento continuaria anual. Neste aspecto a política do estado continua, pois tenta fazer com que o arrendatário concentre seus recursos na produção.

Um penúltimo aspecto de importância, esclarecia as exigências para a prévia seleção de arrendatários. O ponto mais importante está relacionado a intenção de viabilizar economicamente o empreendimento. É assim que é exigido a "prova de ser o promitente arrendatário residente no Distrito Federal, possuir bons antecedentes e capacidade técnica, financeira e econômica para a exploração desejada" (79).

Finalmente, a fiscalização, que consta em todas as normas anteriores, mas que nunca havia sido atuante da maneira necessária.

Com a nova legislação em vigor e com a 1ª fase de revitalização dos Núcleos Rurais já em andamento, partiu-se para a 2ª fase, agora contemplando os Núcleos Rurais da parte oeste do Distrito Federal. Nesta segunda fase, seriam abrangidos portanto os Núcleos Rurais de Vargem da Benção, Alagado, Monjolo, Santa Maria e Taguatinga. Também estavam incluídos a Colônia Agrícola de Ponte Alta e o PICAG (80).

O que caracteriza os cinco Núcleos Rurais escolhidos para esta segunda fase, é que além de serem áreas antigas de produção, já estavam de certo modo, praticamente integrados aos perímetros urbanos das cidades-satélites de Taguatinga e do Gama.

Esta integração, está relacionada ao crescimento populacional do Distrito Federal. A parte sudoeste do quadrilátero é a que concentra maior população, fazendo com que o crescimento desordenado das cidades-satélites acabassem engolfando alguns Núcleos Rurais. Este é o caso principalmente do Núcleo Rural Taguatinga. A parte referente aos lotes 01 a 30, já havia sido desapropriada no início dos anos setenta e incorporada a parte urbana da cidade-satélite de Taguatinga. O mesmo já estava previsto para os lotes de 31 a 44, estando a decisão paralisada até hoje. Restavam assim os lotes de 44/2 a 73. Neste últimos lotes, predomina a pecuária de leite. Devido a indefinição com relação ao futuro do Núcleo Rural, o diagnóstico desta segunda fase achou por bem não recomendar

nenhum investimento adicional.

O mesmo caso ocorre hoje para os Núcleos Rurais Alagado e Santa Maria, juntos a cidade-satélite do Gama. Mas na época do diagnóstico, poucas propostas foram formuladas.

No Núcleo Rural Alagado, predominava a horticultura, enquanto que no Núcleo Rural Santa Maria o destaque cabia a pecuária leiteira.

Devido a proximidade com o Gama, não encontravam dificuldades com relação aos serviços básicos e de transporte.

As principais dificuldades a serem solucionadas, diziam respeito a qualidade do solo e captação de água no Núcleo Rural Alagado; o problema da água também era encontrado no Núcleo Rural Santa Maria, onde o maior problema estava relacionado à comercialização do leite.

No Núcleo Rural Monjolo, predominava a pecuária de leite e o principal problema estava na comercialização do leite, não havendo uma linha especial para comercialização. Como os outros Núcleos Rurais próximos ao Gama, este também enfrentava problemas quanto à captação de água.

Quanto aos serviços básicos de saúde e educação, a proximidade com áreas urbanas, fazia com que não encontrasse dificuldades.

Por fim, o Núcleo Rural Vargem da Benção o Núcleo pioneiro. Segundo o diagnóstico, de 30% a 40% dos lotes, poderiam ser considerados como produtivos. A principal atividade desenvolvida no Núcleo Rural, era a

pecuária de leite, comercializada com a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda-Itambé. A horticultura também se destacava e era comercializada na Ceilândia, Taguatinga e CEASA.

Os serviços básicos eram servidos pelo Gama e Taguatinga e o principal problema dizia respeito as estradas, no qual o processo erosivo, dificultava a comercialização.

Nos Núcleos Rurais desta 2ª fase, predominavam entre os arrendatários, os capitalistas-"agricultores" o que significava novamente, ser a agricultura renda secundária. Este aspecto era enfatizado, a partir do momento em que se estimava em torno de 30% o número de lotes voltados realmente para o processo produtivo.

De um modo geral, todos os Núcleos Rurais próximos ao Gama, enfrentavam também problemas na comercialização, devido, principalmente, à falta de transportes. Deste modo, preferiam comercializar suas mercadorias nas feiras livres e mercado local.

Para solucionar este problema, foi iniciado a construção de um Mercado do Produtor na área urbana, bem como a implantação de programas como o da Compra Antecipada, também presente na 1ª fase.

O processo de revitalização dos Núcleos Rurais alcança assim o seu auge em 1984, com a implantação de um novo Núcleo Rural: Santos Dumont. Implantação conturbada, mas que acabou sendo efetivada em 1989 (81).

3.3.3.3 - Os Núcleos Rurais, Hoje.

Com exceção dos Núcleos Rurais localizados em Sobradinho, todos os outros receberam fortes investimentos do estado, visando a recuperação de suas capacidades produtivas.

Estes investimentos valorizaram sumamente os direitos de arrendamento. E valorização significa oportunidade de se obter lucro na venda destes direitos. O que se observa hoje, para 698 lotes pertencentes aos Núcleos da parte leste do Distrito Federal e componentes da 1ª fase da revitalização é que 56,7% de seus contratos foram assinados entre 1980 e 1981 e dizem respeito a transferência de direitos de arrendamento não estando aqui incluídos os contratos rescindidos e arrendados a novos candidatos, nem os contratos renovados ou reformulados segundo a nova legislação (82).

Isto significa que 341 lotes de 601 pesquisados trocaram de arrendatários neste período. Entre os Núcleos Rurais desta fase, dois se destacam pela preferência no processo de compra e venda de direitos: Tabatinga com 98 e Rio Preto com 94 contratos cada. Os demais são Taquara com 61 contratos, Pípiripau com 50, Riacho das Pedras com 20 e Vargem Bonita com 18. Isto no aspecto quantitativo.

Se levarmos em conta a relação entre total de lotes e total de contratos assinados no período, o Núcleo Rural que se destaca é o de Riacho das Pedras que entre 1980 e 1991, trocou 64,5% de seus arrendatários; Rio Preto 63,5%; Taquara 60,4%; Tabatinga 55,0% e Vargem Bonita 28,1%.

O que se pode observar é que os arrendatários se preocuparam mais em especular com os direitos de arrendamento do que em produzir.

Os anos em que mais foram assinados contratos, foram: para o período de implantação da 1ª fase (1980/1982), o ano de 1981 com 29 (vinte e nove), destacando-se Tabatinga com 11 (onze). Após esta fase, entre 1983 e 1991, destacam-se os anos de 1984, 1986, 1989 e 1990, este último com mais contratos assinados do que qualquer outro ano, 48 (quarenta e oito).

Se forem procurados os contratos que deram origem as trocas realizadas em 1990, será visto que os mesmos foram assinados em 1980, 1981, 1983 e 1984. Comprados na fase de valorização, esperam o período de cinco anos para oficializar a venda e realizarem assim um bom negócio (83).

A venda dos direitos de arrendamento antes do prazo estipulado é facilitado pela falta de fiscalização. Esta é extremamente deficiente e só é realizada, na maioria das vezes, na hora da oficialização da transferência.

A falta de fiscalização, além de permitir este procedimento, também permite que o arrendatário não cumpra o Plano de Utilização (PU), estipulado por contrato.

Este aspecto fica claro se for observado o seguinte: no primeiro semestre de 1991, foi realizado pela FZDF, a "Operação Terra", destinada a saber quem estava cumprindo o PU. Os resultados mostraram que 32,8% de todos os lotes arrendados no Distrito Federal, não estavam cumprindo o PU.

Por outro lado, se forem focalizados apenas os seis Núcleos em observação, será visto que 34,4% de seus lotes não estavam cumprindo o PU, ou seja, mais de 1/3 desta área estava sub-aproveitada ou ociosa.

A pergunta que se deve fazer então é: quem arrenda hoje os lotes destes Núcleos Rurais? Os dados da FZDF, para os 601 lotes constantes destes seis Núcleos Rurais, acusaram 413 lotes arrendados por pessoas que possuem outras atividades como renda principal, que não a agricultura. Destes, 4,1% moram no lote e 39%, não estavam cumprindo o PU. É importante assinalar, que para estes arrendatários, o principal PU é constituído pela pecuária de leite, característica de 33,4%, vindo a seguir grãos (menos soja), como arroz, feijão e milho com 27,4%, seguido por frutas com 18,9%, soja com 15,9% e hortaliças com 10,9%.

O único Núcleo que foge a esta regra, é Vargem Bonita. De um total de 67 lotes, apenas 11 (onze) ou 16,4% possuem outras atividades como renda principal e destes, 27,2% não estavam cumprindo o PU que varia de hortaliças (a maioria) até grãos (milho).

Temos assim o seguinte: no Núcleo Rural Rio Preto 83,7% dos arrendatários possuem outra renda como a principal e destes, 37,0% não estavam cumprindo o PU. Em Tabatinga estes números são 69,7% e 32,6%; Pípiripau 75,9% e 35,4%; Taquara 80,2% e 34,6%; Riacho das Pedras 74,2% e 25,8% e Vargem Bonita com 16,4% e 27,2% (84).

Como já foi visto, com exceção de Vargem Bonita, onde ainda predominam os agricultores-capitalistas, nos outros Núcleos desta 1ª fase, predominam os

capitalistas-"agricultores". Esta última característica, é reconhecida pela EMATER/DF, como um dos dificultares da atuação dos extensionistas, já que, como foi indicado, apenas 4% destes residem na propriedade (85).

O que se observa com relação ao PU preferencialmente escolhido pelos arrendatários que possuem outra atividade como renda principal, são baixos índices de produtividade, com controle zootécnico feito sem critério e rigor o que caracteriza uma produção leiteira estagnada, proveniente de um rebanho que vive em situação ruim (86).

Para as outras culturas em escala secundária de preferência, observa-se de modo geral a mesma deficiência, o que indica claramente que o principal objetivo na obtenção do direito de arrendamento, não é a produção e sim a obtenção de um bom local para valorização de seus capitais-dinheiro.

Praticamente, a única exigência legal que pode impedir esta não valorização, é o não cumprimento do PU. Se obedecer os critérios do PU, dificilmente será incomodado, mas cumprir o PU só significa cumprir o PU e nada mais. Não significa que o seu lote está sendo usado na capacidade máxima de seu potencial. Significa apenas que a exigência mínima exigida por contrato está sendo obedecida.

Obedecer esta exigência é muito pouco, para quem, em junho de 1991, só pagava de arrendamento a quantia de Cr\$ 101,97 por hectare ou fração o que praticamente não significava nada para a FZDF, que arrecadava muito mais nos serviços de mecanização prestados, onde uma hora era orçada

em aproximadamente Cr\$ 7.000,00, ou então na construção de um canal, onde se cobrava aproximadamente Cr\$ 12.000 a hora.

Novamente para este grupo, a exceção vem de Vargem Bonita, mas hoje, sua produção não passa de 10% do total hortícola produzido no Distrito Federal. Sua produção hoje é largamente superada pela região de Brazlândia, que hoje é responsável por mais de 30% de toda a produção hortícola do Distrito Federal.

Como foi visto, cerca de 68,7% dos arrendatários dos principais Núcleos Rurais do Distrito Federal se dedicam à agricultura como atividade secundária. Antes de se analisar as características dos outros 31,3%, será agora realizada uma investigação sobre os Núcleos Rurais da parte oeste e que fizeram parte da 2ª fase de revitalização.

Esta segunda fase foi composta de cinco Núcleos Rurais: Vargem da Benção, Taguatinga, Alagado, Monjolo e Santa Maria. Estes Núcleos possuem 182 lotes, portanto, número bem inferior aos da parte leste.

Com relação aos seus contratos, observa-se que 68,8% dos mesmos foram assinados entre 1980 e 1991. Comparados com os Núcleos da parte leste, poderia-se argumentar que aqui a especulação com os direitos de arrendamento teria sido mais intensa. Mas os fatos indicam para outro caminho. Tudo faz crer que o que se observa para estes Núcleos Rurais, são arrendatários tentando se desfazer de seus direitos, já que estes vêm gradativamente perdendo valor.

Isto fica claro, ao se relacionar os

seguintes acontecimentos: desde 1970, o Núcleo Rural Taguatinga já perdeu 2/3 da sua área, que foi incorporada a área urbana, e está ameaçado de ver os lotes restantes terem o mesmo destino, terminando por fim a simplesmente desaparecer como Núcleo Rural.

Os Núcleos Rurais Alagado e Santa Maria também estão ameaçados de desapropriação e verem as suas terras incorporadas a área urbana para a continuidade do programa de assentamento dos habitantes favelados do Distrito Federal.

Algo parecido, mas diferente, ocorre com o Núcleo Rural Vargem da Benção. Entre todos os Núcleos Rurais desta fase é o que apresenta o maior número de transferência para os anos de 1989 e 1990, num total de 13, o que significa 24% dos lotes.

Estas transferências estão diretamente relacionadas com a criação do assentamento urbano de Samambaia, fronteira ao Núcleo e apenas separado deste pelo alfalto da rodovia Brasília-Anápolis. Samambaia hoje representa uma grande favela, praticamente carente de toda assistência básica o que torna o Núcleo Rural extremamente vulnerável a freqüentes furtos.

O que existe assim, são quatro Núcleos Rurais ameaçados de desaparecer o que torna os direitos de arrendamento um investimento arriscado.

O arrendatário característico destes quatro Núcleos, são os capitalistas-"agricultores". Em Vargem da Benção perfazem 93,6% do total, em Taguatinga 73,6%, em Alagado 77,7% e em Santa Maria representam 100%.

A incerteza com relação a estes Núcleos é

tão grande, que a "Operação Terra" só se preocupou em fiscalizar os Núcleos Rurais de Vargem da Benção e Monjolo.

Neste último, 69,7% dos arrendatários também são capitalista-"agricultores" e destes, 26% não estavam obedecendo o PU. Em Vargem da Benção este percentual era igual a 34,1%.

Para estes dois Núcleos o PU principal estava relacionado à pecuária de leite, constituindo 69,5% dos PUs em Monjolo e 56,8% em Vargem da Benção.

De um modo geral o que é observado para a pecuária de leite é uma produtividade baixíssima, apresentando as pastagens alto grau de degradação (87).

As outras culturas também apresentam no geral resultados insuficientes, apresentando este Núcleos, participação insatisfatória em termos de produção.

O que se observa para o Distrito Federal, é que os principais Núcleos Rurais estão localizados na parte leste, enquanto na parte oeste a tendência é desaparecerem.

Dois Núcleos Rurais não foram incluídos em programa nenhum e também estão indicados para desaparecer. São os Núcleos Rurais de Sobradinho I e II. Em agosto de 1991, começaram a ser desapropriados, mas tiveram o processo suspenso e hoje vivem com futuro incerto. Também nestes, predominam os capitalistas-"agricultores", ambos com 69,2%. Segundo o "Operação Terra", 33,3%, destes em Sobradinho I e 44,4% em Sobradinho II, não estavam obedecendo o PU.

A pecuária de leite, como principal PU destes arrendatários indicados, apresentava queda na produção, além de crescente desinteresse dos produtores

(88).

Temos assim seis dos quinze Núcleos Rurais em vias de desaparecerem.

A parte leste é assim a mais importante em relação aos Núcleos Rurais e foi nela que foram criados os dois últimos Núcleos que serão agora analisados.

Estes dois Núcleos Rurais possuem algumas particularidades. O Núcleo Rural Jardim, apesar de criado em 1980, indica pouca movimentação na compra e venda de direitos de arrendamento: apenas 11 (onze), a partir de 1988, o que indica 28,9% do seu total (89). quanto ao Núcleo Rural Santos Dumont, sua efetivação só ocorreu a partir de 1988, não ocorrendo nenhuma transferência dos direitos de arrendamento, até o momento em que foi realizada esta pesquisa.

Em Jardim, predominam os capitalistas-"agricultores", representando estes, 52,6% do total. Em Santos Dumont, estes já representam 70,4%, o que caracteriza para estes dois Núcleos Rurais uma predominância de 65,4% para este tipo de arrendatário.

Os dados da "Operação Terra" acusaram para este arrendatários, que 23,7% em Jardim e 25,5% em Santos Dumont, não estavam obedecendo o PU.

E neste aspecto, estes Núcleos Rurais apresentam outra particularidade que os diferencia, em termos dos outros Núcleos Rurais.

Aqui, o principal PU dos capitalistas-"agricultores" é a soja, preferencialmente em Jardim, que representa 65% como opção de produção. Em Santos Dumont, esta representa 28,9%, mas perde para a

cultura de frutas que representa 53,6% das opções.

O desempenho da soja em Jardim é considerado bom, fazendo uso de técnicas bem razoáveis, possuindo boa infra-estrutura, mas apresentando alguns problemas como a falta de sementes selecionadas/fiscalizadas e perdas na colheita (90).

Para Santos Dumont, o desempenho da soja acusa baixa produtividade, enquanto para as frutícolas o mesmo vai de razoável a baixo, apresentando problemas diversos quanto a correção do solo, espaçamento, adubação e controle de pragas e doenças (91).

O que se nota para estes dois Núcleos são as opções do PU em épocas diferentes. Um, no auge da efervescência da implantação do projeto PAD-DF, o outro, quando passa a haver uma intenção de redirecionar a ênfase dada à soja. Em um, o principal PU é soja, no outro, frutas. Mas ambos rompem com o esquema tradicionalista da pecuária de leite, opção insignificante para estes dois Núcleos Rurais e se adaptam as novas conjunturas em que estão inseridos.

Se este aspecto está nítido para estes dois Núcleos, este passa a ficar mais nítido para os demais Núcleos da parte leste do Distrito Federal, a partir do momento em que se incorpora na análise o outro tipo de arrendatário existente nos mesmos. O agricultor-capitalista.

Se para estes Núcleos, a ordem de preferência para o PU dos capitalistas-"agricultores" é pecuária (71,9% de leite), grãos (menos soja), frutas, soja e hortaliças, com a inclusão dos agricultores-capitalistas

a ordem se altera. A pecuária continua predominando, com 31% dos PUs desenvolvidos, mas em segundo lugar aparece agora a soja com 28,3% dos PUs, seguidos por frutas com 27%, grãos (menos soja) com 24,4% e hortaliças com 15,8%.

O que se nota, com a entrada dos agricultores-"capitalistas" é um forte impulso de adaptação dos Núcleos Rurais também como agentes dinamizadores da cultura da soja.

Os Núcleos Rurais, de lugares de produção para o abastecimento local, adaptam-se à política de abastecimento mundial, ainda fortemente em vigor, só que agora implícita no objetivo maior de se obter constantes saldos na balança comercial, tendo em vista o pagamento da dívida externa.

A descaracterização dos Núcleos Rurais é evidente e a tentativa de alteração da política da soja, não passou de atuação paliativa, caracterizada pelo que se desenvolve no Núcleo Rural Santos Dumont.

Considerando-se o que já foi dito com relação aos Núcleos Rurais da parte oeste e os localizados na região de Sobradinho, a partir de agora a análise passará a focalizar única e exclusivamente os Núcleos Rurais da parte leste, os únicos com real potencial produtivo para o momento.

Os agricultores-capitalistas representam 38,2% dos arrendatários destes Núcleos e podem ser divididos em quatro tipos básicos: "gaúchos", "japoneses", "outros agricultores brasileiros" e "outros agricultores estrangeiros".

O quadro abaixo indica a real composição dos

arrendatários dos Núcleos Rurais da parte leste do Distrito Federal, até setembro de 1991.

	Nº ARREN- TÁRIOS		Nº DE LOTES	
		%		%
AGRICULTORES GAÚCHOS	88	13,6	101	13,7
AGRICULTORES JAPONESES	82	12,7	85	11,5
OUTROS AGRIC. BRASILEIROS	74	11,4	78	10,6
OUTROS AGRIC. ESTRANGEIROS	3	0,5	4	0,6
ARRENDATÁRIOS COM OUTRAS ATIVIDADES	400	61,8	469	63,6
TOTAL	647	100,0	737	100,0

A participação de "outros agricultores estrangeiros" é insignificante, deste modo, entre os agricultores-capitalistas, a maior concentração de lotes arrendados se encontra entre os agricultores gaúchos, com uma média de 1,15 lotes para cada um, vindo em seguida "outros agricultores brasileiros" com 1,05 e os agricultores japoneses com 1,04 (92).

Os gaúchos estão concentrados principalmente no Núcleo Rural Rio Preto, onde arrendam 50 (cinquenta) lotes, o que representa 49,5% de seu próprio total. Outros grupos menores estão localizados em Tabatinga e Jardim e participações insignificantes em Pípiripau, Taquara e Riacho das Pedras.

É importante observar que 61% dos gaúchos residem nos lotes e 87% destes dedicam-se ao cultivo da soja.

Os primeiros gaúchos começaram a chegar aos Núcleos Rurais em 1977, e ao não encontrarem mais lotes disponíveis no PAD-DF, passaram a ser assentados em outros lotes disponíveis. Mas estes eram poucos. É assim que passaram a comprar os direitos de arrendamento, que eram vendidos de forma parcimoniosa entre 1980 e 1983, uma média de 2 a 3 ao ano (93).

O que fica claro é que os antigos arrendatários esperavam a valorização dos Núcleos, via programa de revitalização e a partir de 1984, as vendas e compras se intensificam, apresentando 1984 um total de 14 transferências só para agricultores gaúchos. Em 1985 mais 9; em 1986 mais 13. Novamente em 1988 com 7; 1989 com 11 e 1990 com 10. Entre 1984 e 1986, 61% destas transferências foram realizadas no Núcleo Rural Rio Preto, o mesmo ocorrendo com 53,5% das realizadas no período de 1988/1990.

O segundo grupo de agricultores-capitalistas, em importância, é constituído por japoneses. Estes possuem duas épocas distintas.

Cerca de 55% destes estão concentrados em Vargem Bonita, onde representam 70% dos arrendatários, e de um modo geral, são agricultores antigos e experientes, ou então descendentes dos primeiros a chegarem em Brasília.

Entre 1980 e 1991, ocorreram apenas 18 transferências, o que dá uma média de 2 por ano. Portanto, um baixo nível de compra e venda de direitos de arrendamento. Como, geralmente, possuem o lote como fonte

de renda principal, isto faz com que aproximadamente 70% deles residam no próprio lote.

Dedicam-se cem por cento ao cultivo de hortaliças e frutas, mas levando-se em conta o crescimento da cidade e o tamanho exíguo do Núcleo, não representam hoje, mais de 10% do total da produção hortícola.

O segundo Núcleo Rural, onde os japoneses aparecem em número significativo é em Santos Dumont. Mas aqui representam apenas 18.4% dos arrendatários. Foram ali localizados a partir de 1988, como parte da política de retorno ao abastecimento local. Como os de Vargem Bonita, também dedicam-se cem por cento ao cultivo de hortaliças e frutas mas apenas 33% residem no lote.

Outros dezenove estão espalhados pelos Núcleos Rurais de Rio Preto, Tabatinga, Pibiripau e Taquara, concentrando-se principalmente nos dois primeiros.

No total, 84,6% dos agricultores-capitalistas japoneses, arrendatários dos seis Núcleos Rurais acima, dedicam-se ao cultivo de hortaliças e 67% à frutas.

Como aspecto pitoresco, observa-se, para os Núcleos Rurais de Rio Preto e Tabatinga o engajamento de cinco destes agricultores, no cultivo da soja e apenas um na criação de gado leiteiro.

No total cerca de 61% dos agricultores-capitalistas japoneses residem nos lotes.

Por fim o último grupo de agricultores, em importância, os incluídos no rótulo "outros agricultores brasileiros". Estes são provenientes de vários estados, mas 38% destes são provenientes do Espírito Santo,

concentrando-se principalmente em Pípiripau e Tabatinga, outros 30% são goianos e os restantes, provenientes de mais onze estados.

Os cultivos a que se dedicam são heterogêneos, mas 41% cultivam hortaliças, 39% grãos (menos soja), 24% frutas; 20,5% soja e 19,5% pecuária de leite. De um modo geral, 60% destes, residem nos lotes.

Como se pode observar, enquanto os gaúchos dedicam-se ao cultivo da soja, japoneses e agricultores provenientes de outros estados do Brasil, preferem a horticultura.

Mas com relação a obedecer o PU, nota-se que possuem índices mais altos do que os arrendatários que possuem outras atividades como renda principal. É assim que 47% dos gaúchos, 36% "dos outros estados" e 23% dos japoneses não estavam obedecendo ao PU.

Ao contrário dos capitalistas "agricultores", os agricultores-capitalistas são sensivelmente mais afetados pelas incertezas do mercado agrícola.

É assim que, qualquer transtorno com relação às atividades relacionadas com as fases de produção, afetam todo o processo, causando ou uma boa colheita, ou provocando uma substancial queda na safra.

Cabe acentuar, que esta incerteza, é bem mais sentida, quando se tem a agricultura como atividade principal; como principal geradora de renda, o que não acontece, com tanto ênfase, quando se tem a atividade agrícola como apenas uma das atividades geradoras de renda.

A partir da análise conjunta de ambos os

tipos de arrendatários, pode se notar que, apenar do estado incentivar o predomínio de capitalistas-"agricultores", partindo do princípio, que basta ter certo capital-dinheiro disponível e algum conhecimento agrícola, como condições mínimas, para se implantar um projeto agrícola, o que se observa é que na hora de concretizar o mesmo, o elemento dinamizador é o agricultor-capitalista.

Isto é observado na primeira fase, na criação de Brasília, quando o agricultor japonês, representou este elemento dinamizador. O mesmo se nota, no final dos anos oitenta, quando se tenta uma volta ao modelo de abastecimento local. Novamente o elemento japonês é chamado para fazer o seu papel de dinamizador.

O mesmo papel cabe ao agricultor gaúcho, mas aqui, com relação ao mercado externo. Novamente o dinamizador é um agricultor profissional. O agricultor profissional, capitalista, é assim o principal impulsionador das principais culturas desenvolvidas pelos Núcleos Rurais.

Por serem superespecializados em determinadas culturas, destacam-se assim, os agricultores-capitalistas gaúchos e japoneses, em relação aos outros agricultores-capitalistas.

De um modo geral, sua função acaba sendo, mostrar a viabilidade econômica do empreendimento, mostrar a lucratividade que poderá ser alcançada. Ao serem recrutados para impulsionarem nova política agrícola, o local onde se desenvolve a produção, serve de modelo, para demonstrar como se organiza e como se desenvolve a produção. São estes que devem ser copiados pelos capi-

talistas-"agricultores", que apenas possuem conhecimentos agrícolas e que são considerados aptos para o processo.

A cópia é realizada, mas o principal responsável pelo desempenho destas culturas principais, continua sendo desenvolvida pelo agricultor-capitalista.

É isto que se nota para o caso da soja, hortaliças e frutas. Apesar da pecuária leiteira ser encontrada em todos os Núcleos Rurais, hoje só é predominante em Tabatinga. É assim que, em Rio Preto 60% dos lotes estão empenhados na produção de soja, dos quais 56% destes, são arrendados por agricultores gaúchos. O mesmo ocorre em Tabatinga, onde entre os 59 lotes que se dedicam a soja, 34 lotes ou 58%, são arrendados por agricultores-capitalistas, dos quais 56% pertencentes a agricultores gaúchos.. Em Jardim, 66% dos lotes dedicam-se a soja, mas aqui a relação se inverte, representando os agricultores-capitalistas 44%. Isto indica, que o Núcleo Rural foi formado já pretendendo caracterizar o modelo agrário de difusão do plantio, mas ainda com um grande índice de agricultores-capitalistas gaúchos.

Em Santos Dumont, prevalece a horticultura com 45% dos lotes a ela se dedicando. Deste, 61% são cultivados por agricultores-capitalistas, dos quais 67% por agricultores-capitalistas japoneses.

Em Vargem Bonita, 75% dos lotes cultivam hortaliças e destes a maioria esmagadora, 94% são cultivados por agricultores-capitalista japoneses.

Em Pípiripau, Taquara e Riacho das Pedras, os agricultores-capitalistas são minoria, acabando por prevalecer uma produção deficiente de outros grãos que

não a soja, cultivados por capitalistas-"agricultores".

Cabe destacar que aproximadamente 43% dos arrendatários, de sete destes Núcleos (exceção para Vargem Bonita), fazem uso de crédito para impulsionarem suas produções (94). Destes, 74% são capitados por capitalistas-"agricultores", sendo o restante por agricultores-capitalistas, dos quais, 59% destes últimos, são constituídos por agricultores gaúchos.

A obtenção do crédito já está garantida por contrato, mas no geral os bancos ainda pedem outras garantias para a concessão do mesmo. Neste aspecto, os capitalistas-"agricultores" levam vantagem, pois apesar de se dedicarem em sua maioria a uma incipiente produção pecuária de leite, podem por outro lado, oferecer outros bens como garantia, como apartamentos, terrenos, etc. O arrendamento é apenas mais um dos vários investimentos a disposição de quem possui algum capital-dinheiro a espera de algum lugar para se valorizar.

Entre os agricultores-capitalistas, apesar dos gaúchos em sua maioria possuírem equipamentos agrícolas completos, como colheitadeiras, tratores e etc, o crédito de um modo geral é facilitado, pois produzem uma mercadoria de extrema importância para a política agrícola nacional. O único grande problema para estes agricultores, é o valor alto dos juros, o que acaba sendo motivo de reclamações generalizadas entre os mesmos.

Outros agricultores-capitalistas, em sua maioria, só podem oferecer como garantia, suas próprias culturas, o que por possuírem baixo valor, acabam representando também baixos valores para empréstimos.

3.4 - A Riqueza na Miséria

O estado ao incentivar determinadas culturas, sejam elas quais forem, incentivam também o modo de produzir que consideram mais adequado para se alcançar determinada produtividade esperada.

A agricultura moderna por ele propagada, supõe assim o elevado uso de insumos como fertilizantes, adubos, corretivos, colheitadeiras, máquinas e implementos em geral, inseminação artificial e etc. Todos estes elementos constituem o capital constante e podem ser observados em praticamente todo o espaço rural do Distrito Federal.

Por outro lado a política do estado é implementada via a ação do arrendatário, seja ele qual for, capitalista-"agricultor", ou agricultor-capitalista. Neste caso, tanto o estado como o arrendatário personificam as relações de produção do modo de produção historicamente dominante.

Para o país, este modo de produção é o capitalista e no espaço rural do Distrito Federal este é o predominante, especialmente nas áreas arrendadas, sejam elas quais forem.

O que se observa para os Núcleos Rurais em especial, é o largo uso do trabalho assalariado caracterizado em várias funções. O capital variável aparece assim caracterizado de "caseiro" quando se observa os lotes dos capitalistas-"agricultores", ou então, de empregados diaristas, em sua maioria, quando se observa a "agricultura familiar" dos agricultores-capitalistas.

Tanto um, como o outro tipo de arrendatário, produzem sob forma coletiva para obterem o enriquecimento privado. E este só é obtido, porque apesar de estarem produzindo em terra pública, o fazem de forma privada, sendo portanto donos dos meios de produção, inclusive do trabalho do empregado assalariado. Este recebendo apenas o salário, permite que o resto seja apropriado privadamente pelo arrendatário, durante a comercialização de sua mercadoria, seja ela qual for, soja, legumes, leite, carne, etc.

Todas estas são feitas para a venda e não para o próprio consumo. Mesmo nos lotes onde a produção mal cobre os custos, aqui também não existe a produção para subsistência, pois em sua maioria, representa o pequeno lucro obtido por um arrendatário que possui outra renda como a principal e não depende da produção deste arrendamento para sobreviver.

O que se observa para o planejamento das áreas arrendadas do Distrito Federal, é uma visão deturpada do público visado. Fala-se muito em pequeno, médio, grande produtor, generalizando-se a existência de pequenos produtores, que devem ser objeto de incentivos vários. Mas de um modo geral estas concepções falham, ao não se dar a devida atenção, para o fato de que a grande maioria dos arrendatários, não só nos Núcleos Rurais, são constituídos de pessoas que possuem outras atividades como renda principal, dedicando-se aos lotes, em sua maioria, nos fins de semana, quando suas atividades profissionais assim o permitem.

O arrendatário dos Núcleos Rurais, bem como

o das áreas arrendadas, possuem assim duas identidades bem distintas. A que frequenta os corredores da FZDF e SAP e o que é encontrado diariamente pelos extensionistas da EMATER.

Um aparece quando vai tratar da parte jurídica, política, o outro é encontrado na área de produção. Mas como representante direto do arrendatário, como produtor direto é este último que deve aprender as técnicas difundidas pelos extensionistas. A alta rotatividade dos caseiros no emprego, bem como dos empregados de um modo geral, fazem com que estes extensionistas tenham que repetir os mesmos procedimentos várias vezes, em um mesmo lote, no mesmo ano. Além do mais, o baixo nível de alfabetização não permite que as técnicas sejam assimiladas de forma satisfatória.

A política do estado visa melhorar as condições de vida do arrendatário, mas nos Núcleos Rurais e no Distrito Federal em geral, ele mora em sua maioria no Plano Piloto de Brasília, exercendo um alto cargo público, uma destacada atividade liberal ou então outra função muito bem remunerada que, entre outras coisas, lhe permite arrendar o lote e cumprir a exigência mínima estabelecida, que é obedecer o PU. Mas obedecer o PU é só obedecer o PU e nada mais. Desde que o PU seja obedecido, as restantes áreas produtivas do lote podem ficar ociosas.

A política agrícola visa um público mas o caracteriza de forma ideal, segundo o tamanho de sua terra no espaço rural e não segundo a sua posição na escala social.

No Distrito Federal, o "pequeno produtor"

não é pequeno, é grande, mas não por usar capital constante de forma intensiva e sim, por possuir outras rendas entre as quais a proveniente do arrendamento nas áreas rurais.

Não é para o "produtor rural" que a EMATER dirige sua política de Ação Social. É para a população rural, a que verdadeiramente ocupa o espaço rural no seu dia-a-dia. Política que indiretamente acaba beneficiando aquele "produtor".

Mas é a população rural que no seu dia-a-dia, apresenta baixo nível nutricional, com crescimento físico e intelectual precário, enfrentando problemas com relação a qualidade da água, contaminada com coliformes fecais, colocando também em risco a saúde pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, principalmente no cultivo de olerícolas, fazendo com que alguns desses trabalhadores já apresentem sintomas evidentes de intoxicação crônica. A habitação de um modo geral, não dispõe de saneamento básico, não havendo também nenhum planejamento para a localização de poços e fossas.

O que se observa então para esta população rural, que trabalha nos Núcleos Rurais e nas áreas arrendadas, são precárias condições de vida, agravadas por altos índices de analfabetismo e situação financeira baixa.

A qualidade de vida se deteriora ainda mais na época de seca (abril/setembro), quando a pouca quantidade de água para consumo humano, dificulta a própria higiene pessoal e da casa (95).

Como toda economia capitalista, as relações de produção que produzem soja, hortaliças, outros grãos, leite e etc.; mercadorias que se transformam em números e

encham páginas e páginas de estatísticas sobre produtividade, crescimento e desenvolvimento; além de produzirem riqueza em quantidade crescentes, também produzem do outro lado miséria social crescente.

Enriquecimento privado e miséria social é esta a fórmula básica da agricultura do Distrito Federal.

O estado e o arrendatário personificam o capital, mas este não passa de uma relação social, que no Distrito Federal, produz riqueza privada e miséria social. Todo o processo sendo desenvolvido em áreas públicas sob forma privada. Desenvolvidas de maneira tão natural, que até parecem ser escritas por um destino irremediável, apesar de apenas constituírem relações de produção desenvolvidas pelos próprios homens, portanto sujeitas a todas as transformações objetivas desencadeadas pelos movimentos históricos.

Mas no momento, o que impera é a produção individualista, segundo interesses ditados para a obtenção do lucro. Interesses que fazem com que até hoje não tenha conseguido fazer proliferar entre a maioria dos arrendatários o tão propalado espírito cooperativista, fazendo com que as associações existente nos Núcleos Rurais e em outras áreas, possuam mais um espírito assistencialista e voltado para o atendimento precário das populações rurais carentes.

O individualismo do arrendatário e a desorganização da população rural; o enriquecimento privado e a miséria social.

Ao se olhar a aparente riqueza do espaço rural, organizado pelo estado, não se deve ficar preso as

primeiras formas localizadas. Só com o entendimento de suas características básicas, se poderá compreender afinal que toda esta riqueza não gera riqueza social e sim, riqueza privada e empobrecimento social.

CONCLUSÃO

Este trabalho partiu da hipótese que o que se observou e o que se observa na agropecuária do Distrito Federal é o processo de expansão do capital, personificado na figura do estado e do arrendatário. Deste modo, tanto na fase de criação como em todas as fases seguintes, a estrutura global de produção seria capitalista.

Esta dissertação procurou assim, analisar as diferentes políticas adotadas pelo estado ao longo do processo, bem como o comportamento do arrendatário com relação a elas.

Procurou deste modo caracterizar o próprio arrendatário e o modo como era desenvolvida a produção.

Ao longo do texto, foi visto que na fase inicial de criação o estado dirige suas prioridades para o setor urbano, já que a meta seria construir Brasília a qualquer custo. Mas foi visto também, que o setor rural não foi esquecido.

Vigoroso e detalhado planejamento foi formulado, visando dotar a cidade de um eficiente "cinturão verde", que produzindo sob técnicas modernas, promoveriam o abastecimento dos gêneros alimentícios necessários,

especialmente com relação aos hortigranjeiros.

Criando-se um sistema de Núcleos que seriam polarizados por uma "Unidade Sócio-econômica Rural - USER", o estado começa a implantação das áreas de produção. Mas como todos os esforços estavam dirigidos para a área urbana, o resto do processo que constituiria o "Sistema de Abastecimento de Brasília", acabou não sendo implementado.

Quando de sua inauguração, Brasília possuía assim na área rural, loteamentos rurais com uma estrutura de apoio deficiente, já que a USER que faria este papel, não havia sido efetuada.

O que se viu então foi uma agricultura de abastecimento produzindo de forma anárquica, desordenada.

Por não haver uma produção e uma comercialização organizadas, a cidade é inaugurada com o seu abastecimento garantido por um plano de emergência que deveria durar no máximo sessenta dias.

A construção de Brasília foi realizada segundo um clima de extrema euforia, mas os passos seguintes foram marcados por seguidas inconsistências político-administrativas, reflexo marcante da própria crise institucional em que vivia o país.

A cidade viu assim suas obras praticamente paralizadas e todos os seus planos a espera de novas definições políticas.

Apesar disto e sofrendo todas as conseqüências de algo que havia sido implantado de forma incompleta, as áreas de produção agrícola mostravam vigor, produzindo em grande quantidade mas totalmente desorientada. Não havia nenhuma política de abastecimento,

só ações esporádicas do estado tentando resolver problemas imediatos, mas nada parecido com uma efetiva implantação de um sistema de abastecimento. O momento político da época não era propício. E este ponto fica claro quando se sabe que entre 1960 e 1970, Brasília possuiu oito governantes, tendo assim oito políticas praticamente diferentes que apenas conturbaram o processo como um todo.

Uma destas políticas tenta reorganizar as áreas de produção, criando o espaço chamado Núcleo Rural, que nada mais era do que os loteamentos anteriores, mas agora passando cada um a contar com infra-estrutura própria. Não seriam mais Núcleos polarizados por uma USER e sim unidades autônomas de produção, denominadas Núcleos Rurais.

A área de produção foi reorganizada, mas o processo de circulação continuou precário e deficiente. Os Núcleos Rurais produziam, mas não tinham como vender. O resultado foi uma crise. Crise de abundância e não, crise de escassez.

Este ponto não foi assinalado por nenhuma pesquisa anterior. E isto, porque nenhuma pesquisou as origens do espaço rural do Distrito Federal.

Viram uma agricultura precária e interpretaram como de subsistência. Vendo uma agricultura de subsistência, chamaram de não-capitalista.

Mas estas interpretações não possuem confirmação nem nos dados estatísticos nem nas informações da época.

O que se vê para o período é uma agricultura capitalista de abastecimento, que começa a produzir

coordenada pelo estado, sente os impasses político-administrativos, passando a produzir de forma anárquica, entrando por fim em crise de superprodução. O arrendatário produzia o que sabia que daria lucro, mas além de abarrotar o mercado, enfrentava as deficiências de transporte, provenientes de uma circulação falha do capital.

O arrendatário que possuía a agricultura como renda principal, retrai sua produção, preferindo produzir mercadorias de menor risco, como grãos ou então vender o seu direito de arrendamento. O arrendatário que possuía outra atividade como a principal, preserva o seu lote improdutivo ou então se dedica a pequenos projetos que nada mais são do que divertimentos de fins de semana.

É este último arrendatário, chamado aqui de capitalista-"agricultor", que começará a prevalecer no final dos anos sessenta, tornando-se predominante nos dias de hoje.

O que caracteriza todo esse processo é então o uso privado da terra pública. Terra arrendada ao estado e que deveria seguir uma política de abastecimento. Sem política de abastecimento, a produção é realizada de forma anárquica e privada, visando o enriquecimento privado.

Nenhuma interpretação anterior viu capitalismo nessa fase. Não viu porque não foi atrás das origens do espaço rural. Não vendo capitalismo não viu a crise. Só conseguiu ver não-capitalismo e subsistência. Mas na verdade, era uma agricultura capitalista de abastecimento tentando sobreviver à crise.

Desse modo, também não consegue ver o estado

tentando reorganizar a produção sem reformar a propriedade privada da produção em terras públicas. Manter a estrutura agrária e tentar recomeçar o que parou no início dos anos sessenta.

O estado ainda pensa em termos de abastecimento local, mas seu plano é passado para segundo plano pelo planejamento federal. Planejamento este que pretende colocar o país como supridor mundial de alimentos.

A incorporação do cerrado nesse espaço produtivo, significa também a incorporação do espaço rural do Distrito Federal, como área de atuação. A concretização desta nova política, voltada basicamente para o plantio de soja, significa assim uma ruptura em termos de prioridade agrícola. O estado dirige todos os seus esforços para implementar este novo projeto. Isto passa a significar que os Núcleos Rurais continuarão por mais dez anos, tão ineficientes quanto já estavam.

O não entendimento que a agricultura do Distrito Federal sempre foi capitalista, tendo em seu princípio produzido de forma abundante e que depois se viu em crise, fez com que a formulação de uma nova política agrícola que não priorizava os Núcleos Rurais fosse vista como uma tentativa do estado de implantar efetivamente a produção capitalista na agricultura local.

Não se entendeu que o capitalismo sempre foi o modo da produção dominante naquela agricultura. A única novidade agora era a formulação de uma nova política que se chocava com os interesses da política governamental local.

Algumas interpretações viram a ruptura mas não entenderam. E não entenderam porque não haviam visto

capitalismo no período anterior. Não haviam visto nem enriquecimento privado e nem miséria social.

Quem vivia na miséria no espaço rural, não era o arrendatário. Era a população rural, que aparecia sobre várias denominações como "caseiro", trabalhador temporário, etc, mas sempre predominantemente assalariada.

Mesmo a política de revitalização dos Núcleos Rurais não serviu para dinamizar os mesmos.

Possuindo como arrendatários, pessoas que possuem em sua grande maioria outras rendas como a principal, passam de lugar de produção a lugar de valorização de capitais ociosos, onde a produção constitui apenas exigência mínima para se garantir os direitos de arrendamento.

A valorização dos Núcleos Rurais significa assim lucro na venda destes direitos, principalmente, venda para agricultores-capitalistas que não haviam sido contemplados com terras no PAD-DF.

Os Núcleos Rurais passam assim de local de produção para o abastecimento local à lugar de produção para o abastecimento externo.

A produção mais dinâmica dos Núcleos Rurais, se adapta a nova conjuntura e produz preferencialmente soja. São as áreas arrendadas para agricultores-capitalistas gaúchos.

Os capitalistas-"agricultores", preferem manter uma deficiente e inexpressiva produção leiteira. Obedecem a exigência mínima, obtêm um pequeno lucro privado, mas garantem o direito de arrendamento, que em certos casos vale mais do que qualquer produção.

A tentativa de voltar à política de abastecimento local, não passou de mero paliativo, novamente atropelada pelas necessidades da política federal e muito do agrado de quem busca o enriquecimento privado na agricultura.

O que se observa hoje para os Núcleos Rurais é uma má utilização de suas terras, que apesar de serem públicas, só atendem a interesses privados.

A agricultura do Distrito Federal vive assim sob o feitiço da produção de grãos, produção esta que se constitui predominantemente do cultivo da soja.

Projeto reservado para ser desenvolvido no PAD-DF, acabou envolvendo também os Núcleos Rurais vizinhos, existindo hoje lotes de todos os tamanhos a produzi-la.

O enriquecimento privado é a lógica da produção e no momento a soja consubstancia a oportunidade de alcançá-lo. Mas apesar da aparente riqueza do espaço rural, o lado oposto do enriquecimento privado está presente. A miséria da população rural é flagrante e contrasta com as políticas que só visam o resultado da produção.

Má utilização do espaço dos Núcleos rurais, baseada numa política estatal que não consegue ver capitalismo, mas apenas pequena produção. Eufemismo que toma como base o tamanho da área de produção e não a posição social do arrendatário.

Implementando política de recuperação para quem não precisa ser recuperado, o estado apenas proporciona valorização para direitos entregues à

arrendatários que possuem outros objetivos que não a produção.

O que os Núcleos Rurais precisam não é de uma nova política agrícola e sim nova política agrária. E isto fica claro a partir do momento que se constata que toda vez que nova política agrícola é implementada o estado vai atrás de agricultores profissionais.

Durante todos esses anos, sempre esteve presente no discurso oficial a intenção de se promover o abastecimento. Mas durante todos estes anos o Distrito Federal sempre importou grandes quantidades de alimentos. Situação que continua até hoje e que praticamente não justificam os pesados investimentos realizados pelo estado.

Culpa-se muito o arrendamento por esse estado de coisas, mas esquecem-se que na verdade o espaço rural está muito mal utilizado. A cada nova política cria-se um espaço novo que é rapidamente subjugado pela lógica do capital. Apesar disso, continua-se a acreditar que basta ter conhecimentos e algum capital-dinheiro para se poder implementar uma política agrícola com sucesso.

Querer culpar o processo de arrendamento pela ineficiência da agricultura local e não entender que a lógica que rege o espaço rural do Distrito Federal é a lógica do capital. Mas para que esta se imponha é preciso que alguém a personifique e neste caso os agentes do capital são representados pela política estatal e pelo arrendatário escolhido por esta política.

Imaginar que o estado é neutro e que deve atuar sobre formas não-capitalistas para trazer o desenvolvimento é não entender que o estado capitalista ao

pensar em desenvolvimento propaga as relações sociais de produção dos quais é representante. É assim que o modo de produção capitalista sempre existiu na agricultura do Distrito Federal, mas sua lógica de produção conflita com qualquer política social. A lógica do capital não traz desenvolvimento e sim enriquecimento privado e miséria social.

Pela lógica do capital a agricultura do Distrito Federal é um sucesso pois produz soja em abundância, mercadoria que proporciona o enriquecimento privado para o momento. Mas pela lógica social a agricultura local é um fracasso, pois não consegue abastecer a cidade com os gêneros essenciais.

A culpa não é do processo de arrendamento. A culpa é da lógica de produção adotada nas áreas arrendadas. Lógica esta que permite a manutenção de um mínimo de produção para especular com os direitos de arrendamento, ou então produz em abundância o que dá lucro, mas que não atende a nenhuma política social de abastecimento e sim a interesses meramente privados.

Não se está aqui querendo explicitar, que uma política de abastecimento local, sob a forma capitalista de produção, justifique a miséria conseqüente. Só se está indicando, que nos marcos do capitalista uma produção agrícola em terras públicas deve ser dirigida para fins sociais e não, para fins privados, mesmo que façam parte de qualquer planejamento governamental.

Mas sob o capitalismo, os Núcleos Rurais nada mais são do que locais onde se praticam a aplicação da lógica do modo de produção capitalista. Lógica que não traz

desenvolvimento, mas apenas, enriquecimento privado e
miséria social.

**NOTAS
DO CAPÍTULO I**

- (1) ver Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, especialmente os artigos 24 e 25.
- (2) ver Decreto nº 480, de 30 de abril de 1955.
- (3) ver "A estrutura fundiária do Distrito Federal e suas distorções". Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, janeiro de 1991.
- (4) ver "Regularização fundiária: relatório final". Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, abril de 1991.
- (5) Na verdade a situação da propriedade das terras no Distrito Federal é mais complexa do que aparenta. Um dos detalhamentos que a "Comissão Especial de Regularização Fundiária" (Decreto nº 13.287, de 02 de julho de 1991) deveria realizar, seria conhecer a fundo o seguinte quadro fundiário das terras rurais:
 - a) terras de propriedade do Distrito Federal;
 - b) terras de propriedade da União;
 - c) terras devolutas;
 - d) terras de propriedade do Distrito Federal e de terceiros (terras em regime comum de propriedade);
 - e) terras de propriedade da União e terceiros (idem);
 - f) terras de propriedade do Distrito Federal, parceladas e arrendadas pela Fundação Zoobotânica;
 - g) terras de propriedade da União, parceladas e arrendadas pela Fundação Zoobotânica;
 - h) terras não desapropriadas pelo poder público, tituladas pelo INCRA;
 - i) terras não desapropriadas pelo poder público, parceladas e arrendadas pela Fundação Zoobotânica;
 - j) terras desapropriadas pelo Distrito Federal,

- em poder de posseiros;
- k) terras desapropriadas pela União, em poder de posseiros;
 - l) terras de propriedade do Distrito Federal e/ou da União, transformadas em Áreas Isoladas, arrendadas pela Fundação Zoobotânica;
 - m) terras de propriedade do Distrito Federal, da União e de particulares, que integram os parques, as reservas biológicas e os santuários ecológicos;
 - n) terras de propriedade do Distrito Federal, da União e/ou de particulares necessárias à produção de água para abastecimento público;
 - o) terras desapropriadas, ainda ocupadas pelos antigos proprietários e/ou seus herdeiros;
 - p) terras de propriedade particular, ocupadas pelos proprietários;
 - q) terras de propriedade de particulares, ocupadas por posseiros;
 - r) terras de propriedade pública parceladas, loteadas e vendidas por particulares;
 - s) terras particulares clandestinamente loteadas;
 - t) invasões rurais - cascalheiras, argileiras, cerâmicas.

Esta lista está contida no "Plano de trabalho - documento para discussão", s.d. e deveria apresentar seus resultados no segundo semestre de 1991.

- (6) CODEPLAN - Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central. As estatísticas populacionais, referentes ao ano de 1990, citadas neste capítulo, foram retiradas do "Mensário estatístico do Distrito Federal", vol. 9, nº 11, de novembro/90.
- (7) Cf. Censo Demográfico do Distrito Federal - 1960-IBGE.
- (8) O PIB do Distrito Federal, foi divulgado pela CODEPLAN em dezembro de 1990, e dizia respeito ao que foi possível calcular com relação a 1980. Era plano da Companhia divulgar até o final de 1991, os resultados referentes aos anos de 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985. Até o momento da redação deste capítulo (dezembro de 1991) os mesmos ainda não estavam disponíveis. Optamos assim por usar os números de 1980. Ao longo da década subsequente, acreditamos ser verdade a manutenção das posições dos setores em relação ao valor total do PIB, só havendo variação nos valores. Como o objetivo é mostrar a posição da agricultura na economia do Distrito Federal, os números relativos a 1980 demonstram esta posição com uma aproximação bem razoável. Cf. "Contas Regionais: Produto Interno do Distrito Federal - 1980" Brasília, CODEPLAN, dezembro de 1990.
- (9) Os números agropecuários relativos a 1990, indicados no item 1.2, foram retirados da planilha da EMATER/DF,

anexa ao texto "A estrutura fundiária do Distrito Federal e suas distorções", op.cit. (ver nota 3).

- (10) Até 1987, a área colhida do feijão oscilou entre 700 e 1.500 hectares, fazendo com que a produção obtida ficasse na média de 750 toneladas. A partir de 1988, tanto a área como a produção aumentam, atingindo esta última, em 1990, a 6.367 toneladas. Segundo a Secretaria de Agricultura e Produção do DF(SAP/DF), este resultado se deve aos bons preços alcançados pelo feijão no mercado. Quanto ao desempenho insignificante do arroz, deve ser dito que o mesmo é considerado como cultura para "amansar o cerrado"; é cultivo para o 1º ano. Seu cultivo é sempre recomendado em rodízio com a soja. Primeiro plantasse o arroz, a partir do segundo ano seu cultivo é substituído pelo da soja.
- (11) As informações referentes a 1968, apresentadas no item 1.2, foram extraídas do "Diagnóstico do Abastecimento de Produtos Alimentares do Distrito Federal - tomo II: a produção agropecuária - vol. 1", 1970. Confirma também o "Plano agropecuário do Distrito Federal" de 1971. Ambos são textos da CODEPLAN e representam o primeiro estudo sério realizado pelo Governo do Distrito Federal, após a inauguração de Brasília em 1960, tendo como objetivo conhecer a realidade da área rural do Distrito Federal:
- (12) Significado das seguintes siglas:
- PAD-DF - Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal. Foi criado em função do cultivo da soja.
- PICAG - Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão. Atualmente projeto do INCRA.
- CAUB - Complexo Agro-Urbano de Brasília. Inspirado na concepção espacial dos "Ejidos" mexicanos. Seu criador, Lucídio Guimarães Albuquerque, achou interessante, quando soube que o CAUB estava sendo considerado uma adaptação do "Moshavi" israelense.
- (13) Segundo o Decreto nº 3.301 de 07 de julho de 1976, que alterava o Decreto nº 2.739 de 16 de outubro de 1974, as Áreas Isoladas destinavam-se à implantação de projetos agropecuários aprovados pelo Governador do Distrito Federal.
- (14) Na verdade, o Sistema de Concessão de Uso foi instituído pelo Decreto nº 10.024, de 22 de dezembro de 1986, mas este não ficou em vigor nem um ano, sendo logo substituído pelo Decreto nº 10.893.
- (15) Estes dados foram retirados das informações constantes de cada processo de arrendamento, relativos aos Núcleos Rurais, e pesquisados nos arquivos do Departamento de Terras Rurais da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

NOTAS DO CAPÍTULO II

- (1) José PASTORE et al. "A agricultura e o homem no Distrito Federal, Brasil: relatório preliminar de uma investigação sociológica". Brasília, Ministério da Agricultura, 1969.
- (2) Pastore não define o que seja "empresarial".
- (3) Raymond PÉBAYLE. "A área rural do Distrito Federal brasileiro". Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Geografia, ano 33, nº 1, p. 39-83, 1971.
- (4) Este levantamento da real situação do espaço rural do Distrito Federal, constituía uma das atividades da Divisão Rural da Novacap, segundo exigência da Resolução nº 44 de março de 1966, que visava regularizar a situação dos Núcleos Rurais e dos arrendatários.
- (5) Regina Angela Landim BRUNO. "As condições sociais da agricultura no Distrito Federal". Brasília, UnB, 1976. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.
- (6) Vilma FIGUEIREDO (Coord.). A intensificação da agro-empresa no Distrito Federal, in: "Reflexões sobre a agricultura brasileira". Coordenador: Braz José de Araujo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p.41-120.
- (7) Para os textos do GDF, consulte a bibliografia citada no Capítulo III. O texto do CORECON/DF, faz parte de um convênio com a CODEPLAN: "Programa de redinamização da economia brasiliense", Coordenado por Charles C. Mueller e Jorge M. Nogueira. Brasília, 1984.
- (8) Ione Bernardes PÓRTO. "Análise sócio-econômica de assentamentos dirigidos do Distrito Federal". Viçosa, UFV, 1989. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural. Cf. pág. 65.
- (9) Fausto MIZIARA. "Estado e agropecuária: o caso de Brasília". Brasília, UnB, 1990. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

**NOTAS
DO CAPÍTULO III**

- (1) Sobre os números, confira "1º Recenseamento de Brasília", IBGE, 1957, p. 6.
- (2) A primeira família de agricultores japoneses a se instalar no novo Distrito Federal, foi a família Kanegai, que passou a produzir em granja no Riacho Fundo.
- (3) Sobre os agricultores japoneses, confira: "Agricultura em Brasília", Ministério da Agricultura, 1960, p.42; "Brasília, a nova capital do país", Maria Magdalena Vieira Pinto, IBGE, 1960, p. 37-8.
- (4) Ver "Brasília, a nova capital do país", op. cit, p. 27; confira também "Resumo da 1ª Reunião do Subgrupo de Abastecimento", em 21/01/1959, arquivo pessoal do Sr. Lucidio Guimarães Albuquerque (esta fonte passará a ser citada como AP-LGA).
- (5) Sobre os convênios, confira: "Agricultura em Brasília", op. cit, p. 15 e seguintes; "História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade". Ernesto Silva, Brasília, Coordenada/Editora de Brasília, s.d., p. 177 e seguintes.
- (6) Esta afirmação foi realizada durante uma das reuniões do Subgrupo do Abastecimento. Ver "Resumo da 4ª Reunião", em 09/03/1959, AP-LGA.
- (7) Ver "Resumo da 4ª Reunião do Subgrupo do Abastecimento", op. cit; ver também "Diagnóstico do Setor Agrícola do Distrito Federal", Secretaria de Agricultura e Produção/CEPA, 1984, p. 9 e seguintes.
- (8) As normas para o arrendamento de terras rurais no Distrito Federal, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Novacap e faziam parte da Resolução nº 6, de 07 de agosto de 1957. Esta resolução foi aprovada no mesmo dia em que os primeiros agricultores japoneses se instalavam em Brasília.

- (9) O idealizador do "Sistema de Abastecimento de Brasília" foi o Sr. Lucídio Guimarães Albuquerque. Os passos iniciais do mesmo começaram a ser formulados em outubro de 1958 e foram debatidos nos seus primeiros momentos com o Sr. Joaquim Alfredo da Silva Tavares (Chefe do Departamento de Terras e Agricultura-DTA da Novacap), arquitetos Oscar Niemayer, Nauro Jorge, Lúcio Costa e Augusto Guimarães Filho. Foi depois apresentado ao Subgrupo do Abastecimento (ligado ao "Grupo de Trabalho Incumbido da Transferência de Órgãos Federais para Brasília") para ser submetido a aprovação e posterior implantação.
- (10) Para maiores detalhes, consulte "Sistema de Abastecimento de Brasília - Relatório de Viagem" de Lucídio Guimarães Albuquerque, novembro 1958.
- (11) Segundo o Sr. Lucídio, a USER foi inspirada no Sistema de agrovilas dos "ejidos" mexicanos. Nas conversas que tivemos, ficou claro que a inspiração dizia respeito a concepção espacial, a formação da comunidade, aonde todos se conheceriam e não, ao modo de produzir dos "ejidos".
- (12) Cf. "Resumo da 4ª Reunião do Subgrupo do Abastecimento" op. cit. O contrato número 1 foi entregue ao Sr. Adonias Lima Ferreira. Foi assinado no dia 29/01/1959 e tinha validade para o período de 01/07/1958 a 30/06/1988. O Sr. Adonias ficou 20 anos no lote nº 24 da Vargem da Benção, transferindo o mesmo a 22/01/1980.
- (13) Ver "Resumo da 7ª Reunião do Subgrupo do Abastecimento", em 29/05/1959. Confira também "Relatório de Viagem à Brasília, com o fim de implantar um Sistema de Abastecimento, em regime de urgência", em 24/03/1960 (AP-LGA).
- (14) "Resumo da 10ª Reunião do Subgrupo do Abastecimento", em 30/06/1959 (AP-LGA).
- (15) "Resumo da 11ª Reunião do Subgrupo do Abastecimento", em 29/09/1959 (AP-LGA).
- (16) "Relatório de Viagem à Brasília, com o fim de implantar um Sistema de Abastecimento, em regime de urgência", op. cit. Confira também "Necessidades mínimas para implantação do Sistema de Abastecimento de Brasília", em 21/12/1959 (AP-LGA).
- (17) "Resumo da 21ª Reunião do Subgrupo do Abastecimento", em 25/03/1960 (AP-LGA).
- (18) "Agricultura em Brasília", op. cit., p. 35 e seguintes. Confira também cada pasta do arquivo da FZDF/Departamento de Terras Rurais - Serviço de Arrendamento, relativo aos arrendamentos, onde constam os primeiros contratos.

- (19) Alterava aspectos da Resolução nº 6. As alterações foram realizadas via Resolução nº 20 de 21 de outubro de 1959, aprovada pelo Conselho de Administração da Novacap.
- (20) "Resolução nº 20", art. 2º. Os antigos proprietários eram selecionados como novos arrendatários e não como antigos proprietários.
- (21) Ver, "Agricultura em Brasília", op. cit, p. 35; confira também "Brasília: a nova capital do país", op. cit. p. 29. Havia ainda um projeto do Instituto de Imigração e Colonização - INIC, que pretendia assinar um convênio com a Novacap e instalar 600 famílias de brasileiros e estrangeiros. A área escolhida foi a região denominada "Guariroba", próxima a Taguatinga e correspondia a 20.930 hectares. O projeto não foi implantado. Ver "Resumo da 17ª Reunião do Subgrupo do Abastecimento", em 15/12/1959 (AP-LGA), confira também "Resumo de todos os assuntos abordados pelo Subgrupo de Abastecimento", em 21/12/1959 (AP-LGA).
- (22) "Resumo de todos os assuntos abordados pelo Subgrupo de Abastecimento", op. cit.
- (23) Confira "Relatório da Viagem à Brasília com o fim de implantar um Sistema de Abastecimento de Emergência" op. cit. Confira também "Resumo da 4ª Reunião", em 30/03/1960 (AP-LGA).
- (24) Ver "Relatório da Viagem à Brasília com o fim de implantar um Sistema de Abastecimento de Emergência", op. cit.
- (25) O Censo Agrícola/Distrito Federal 1960, indica um total de 52 estabelecimentos arrendados. Destes, 37 estão sob a sigla "arrendados" e 15 sob a sigla "arrendados e ocupados". Reunimos as duas siglas para análise. A definição de estabelecimentos, utilizado pelo IBGE, não nos permite saber de quantas parcelas se compõe cada estabelecimento, mas a área indicada para os 52 estabelecimentos, cerca de 13.024 hectares, corresponde aproximadamente a metade da área inicial que estava sendo trabalhada pela Novacap, de cerca de 30.000 hectares. Os dados do censo refere-se a setembro de 1960. Em janeiro de 1960, a Novacap já havia distribuído 206 lotes de uma programação de 541. Faltavam portanto mais da metade. Consideramos assim os dados válidos, tendo em vista não ser a primeira experiência do IBGE na região. Em 1957, já havia sido realizado o 1º Recenseamento em Brasília. Em 1958 foi realizado o 2º e em 1959 foi realizado o recenseamento experimental. Aliás este censo de 1960 é bem mais confiável do que o de 1970 (Agropecuário), onde simplesmente o mesmo não se mostrou utilizável.
- (26) Confira o Censo Agrícola/Distrito Federal-1960, no item "despesas", sob a sigla "outras despesas" que

corresponde a gastos com fôro, fretes e carretos, combustíveis e lubrificantes, taxas, impostos, aluguéis, etc. Confirma também "Agricultura em Brasília", op. cit. p. 42.

- (27) Os nomes dos futuros Núcleos Rurais ou das Terras em que estavam localizados, diziam correspondência aos principais rios, ribeirões ou cursos de água em que se localizavam ou então era o antigo nome da fazenda que ocupava o local. Até hoje, todos os nomes da área rural do Distrito Federal guardam esta relação.
- (28) "Diário da Tarde" (Belo Horizonte), de 29/08/1960.
- (29) Cf. "Agricultura em Brasília", op. cit, p. 36.
- (30) "O Jornal" (Rio de Janeiro), de 02/08/1960. "Correio da Manhã" (Rio de Janeiro), 04/08/1960.
- (31) "O Globo" (Rio de Janeiro), de 28/01/1961.
- (32) O Presidente da Novacap, Francisco Laranja, desentendeu-se com o prefeito Sette Câmara e negava verbas à administração da cidade. Com a posse da nova administração do Prefeito Ivo Magalhães, os trabalhos anteriores passaram a sofrer nova orientação ou passaram a ser obstacularizados.
- (33) Em 03/01/1962 o periódico "DC-Brasília" publicava o seguinte: "Mais de 35 toneladas diárias de verduras estão sendo produzidas pelas granjas do 'cinturão verde' do Distrito Federal, não obstante as afirmativas de certos agricultores de que as terras de Brasília são de má qualidade e não tem fertilidade para o cultivo de hortaliças e fruteiras.

Em sua maioria, os proprietários de pequenas granjas não estão colocando os seus produtos nos supermercados da Novacap, preferindo vendê-los aos moradores vizinhos às suas terras. Tal procedimento é motivado pela completa ausência de meios de condução entre as granjas e o centro da cidade...".

Em terras de Brazlândia e Sobradinho estão localizadas as melhores granjas do Distrito Federal. Mais de dez toneladas diárias são produzidas por aquelas "roças" que, diga-se de passagem são as mais bem cuidadas das que compõem o chamado 'cinturão verde' da nova Capital.

Em Sobradinho, a 'horta do alemão' é a que mais produz, em face da moderna técnica empregada...".

(...)

"... a única dificuldade com que os agricultores vêm se defrontando na nova capital é a falta de transporte para os gêneros do local da colheita para

os centros de abastecimento da cidade.

(...) O Sr. Tomé de Lima Guimarães, arrendatário da granja 'Pau Amarelo' nas margens da rodovia Brasília-Anápolis declarou (...) que sua horta vem produzindo, em média, duas toneladas de verduras e que por falta de condução, mais da metade fica perdida, já que não dispõe de veículo próprio para trazê-las ao Plano Piloto".

No dia 11/02/1962, o "Correio Brasiliense" publicava o seguinte: "parece, enfim, que os autoridades competentes já sentiram a realidade... (...) O caminho é bom, mas, de qualquer maneira, serão necessárias outras providências... Uma delas é a disciplina do plantio, tendo em vista às necessidades do mercado... O exemplo de Vargem Bonita é típico. (...) Eles não diversificam a produção, concentrando-se, principalmente, no plantio de tomates cuja necessidade não atinge mil quilos por dia. Falta-lhes dessarte, que os oriente com relação à demanda da cidade a fim de que eles fixem suas produções dentro das necessidades do mercado local".

- (34) Decreto nº 149, de 19 de fevereiro de 1962.
- (35) As conclusões do grupo de trabalho resultaram na formulação de nova legislação para as áreas rurais. Esta legislação está contida no Decreto nº 163, de 26 de fevereiro de 1962. O relatório com as conclusões do grupo de trabalho, não foi localizado no Arquivo Público, sob responsabilidade da Novacap. Ao que tudo indica, este material bem como outros para lá enviados, foram destruídos, ou como me informaram lá, foi "descartado", sem nenhuma análise.
- (36) Decreto nº 163, de 23 de fevereiro de 1962, artigo 4º.
- (37) ibidem, art. 6º.
- (38) ibidem, art. 7º e parágrafo único.
- (39) ibidem, art. 8º. As outras exigências estipulavam que o mesmo deveria residir no Distrito Federal há pelo menos dois anos e não deveria possuir imóvel no DF.
- (40) "Folha de São Paulo", de 13 de março de 1962.
- (41) Quem coordenou a implantação do calendário de safras via crédito supervisionado, foi o Sr. Lucídio Guimarães Albuquerque, o autor do "Sistema de Abastecimento de Brasília". Segundo suas informações, o que se pretendia era algo semelhante aos "Kolkhozes", as cooperativas de produção. Mesmo com toda reação o plano deu certo. Em Vargem Bonita, apenas um dos arrendatários não conseguiu pagar o crédito supervisionado e mesmo assim, porque faleceu.
- (42) Em uma das pastas do Núcleo Rural de Sobradinho II,

consta um caso desses. O arrendatário do lote 18 ocupou a área fronteira. Alegou defesa de propriedade. Assim agindo procurava, segundo ele, evitar a constituição de favelas. Traz em sua defesa os valores do golpe de 1964. E mantém a área até 1979, quando então a mesma é oficialmente incorporada ao seu lote. Cf. Pasta nos Arquivos do Departamento de terras Rurais da FZDF - Serviço de Arrendamento.

(43) "Brasília". IBGE, 4ª ed, 1977. Coleção monografia nº 391, p.12.

(44) Nos arquivos da FZDF, na pasta referente ao arrendamento nº 33 de Vargem Bonita, consta a seguinte carta: "Em 1962, recebi da Secretaria de Agricultura e Produção, a granja nº 33 em apreço para exploração hortigranjeira.

Nos primeiros anos de ocupação, com grande sacrifício cheguei a cultivar aproximadamente um (1,00) hectare, sendo a mesma montanhosa e alagada não foi possível continuar trabalhando na mesma, além do mais, a produção arrancada dali, maior parte era posta fora, em virtude de não ter onde vender.

Em consequência da dita granja não oferecer condições para cultivo, passei a trabalhar na granja 01 ocupado por meu filho, deixando a outra parada, esperando que a prefeitura cumprisse sua promessa de ajuda".

Existe um grande mito com relação a Vargem Bonita, mas até hoje não foi realizado nenhum estudo sério. Os que existem, já abordam o mesmo, durante a sua fase de prosperidade crescente, principalmente a partir dos anos setenta.

(45) Consulte-se as pastas referentes aos arrendamentos do N.R. Rio Preto na FZDF. Cf. pastas 01, 02, 03, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 29, 30, 31, 34. O único autor que cita os agricultores japoneses no N.R. Rio Preto é Raymond Pébayle, in: "Área Rural do Distrito Federal Brasileiro", IBGE, 1971, p. 50.

(46) Pesquisa realizada por Pastore no final de 1966, indica que apenas 22% dos informantes possuíam empregados. Outra pesquisa realizada pela CODEPLAN, em 1968, indica que apenas 47,3% dos imóveis rurais faziam uso de trabalho assalariado. Ambos indicariam o predomínio do trabalho familiar, mas o que realmente indicam, é a redução das atividades produtivas e a preferência pelos "agricultores não profissionais", de manterem os direitos do contrato de arrendamento como reserva de valor. Cf. José Pastore et al. "A agricultura e o homem no Distrito Federal, Brasil", Ministério da Agricultura, 1966, p. 12. Cf. também CODEPLAN, "A produção agropecuária", tomo II, Vol. 1,

1970, p. 161.

- (47) Resolução nº 44, de 16 de março de 1966. O Relatório final, com este levantamento, não foi localizado. O Arquivo Público, administrado pela Novacap, novamente alegou que o mesmo já deve ter sido "descartado" (ver nota 35). O referido relatório existiu e é citado por Raymond Pébayle, op., cit. p. 42, nota nº 3.
- (48) Decreto nº 1.052, de 29 de julho de 1969, alterado posteriormente pelo Decreto nº 1.179, de 27 de outubro de 1969 e pelo Decreto nº 1.180, de 27 de outubro de 1969.
- (49) Decreto nº 1.180, art. 5º.
- (50) Decreto nº 1.052, art. 6º.
- (51) Cf. "Diagnóstico do Abastecimento de Produtos Alimentícios do Distrito Federal. Tomo II: A Produção Agropecuária - vol. 1, 1970, p. 194.
- (52) Estes Núcleos Rurais surgiram como Colônia Agropecuária, por que foram invadidos antes que os lotes fossem distribuídos. A ocupação foi assim oficializada. O mesmo aconteceu com a Colônia Agrícola Ponte Alta, projetada para ser Núcleo Rural e invadida antes que os lotes fossem distribuídos. Permanece como Colônia Agrícola.
- (53) Em 1970, o Distrito Federal já era composto de: Brasília e as cidades-satélites de Taguatinga, Sobradinho, Brazlândia, Planaltina, Gama e as localidades do Guarã, Paranoá e Núcleo Bandeirante, afora, várias invasões urbanas que a partir de 1971 formariam a Ceilândia, próximo a Taguatinga. A população total já era de 537.492 habitantes, dos quais 271.670 em Brasília.
- (54) Cf. "Plano Agropecuário do Distrito Federal". CODEPLAN, 1971.
- (55) O 1º Prefeito foi Israel Pinheiro da Silva, que dirigiu a Novacap durante todo o período da construção inicial. Ficou no cargo até 1960.

O 2º Prefeito, a partir de fevereiro de 1961, portanto já no Governo Jânio, foi Paulo de Tarso. Durou só sete meses.

O 3º Prefeito, a partir de outubro de 1961, portanto, já no Governo Goulart, foi Sette Câmara. Renunciou após um ano, pois desentendeu-se com o Presidente da Novacap, Francisco Laranja, que negava verbas à administração da cidade.

Foi substituído pelo 4º Prefeito, Ivo Magalhães, que permaneceu durante dois anos, gerindo o

período conturbado pré-golpe de 1964.

O 5º Prefeito, já nomeado pelo governo do golpe de 1964 é o Coronel Ivan de Souza Mendes.

Também nomeado por Castelo Branco é o 6º Prefeito, Plínio Catanhete, e que tem como áreas prioritárias a saúde e a educação.

O 1º Governador é nomeado por Costa e Silva, é o engenheiro Wadjô da Costa Gomide. A partir de sua gestão, Brasília começa lentamente a ser consolidada. Como todas as outras, sua gestão não teve continuidade.

Em novembro de 1969 é nomeado pela Junta Militar o 2º Governador de Brasília, o Coronel Hélio Prates da Silveira.

- (56) A Revolução nº 6 que geria os processos de arrendamento, permitia no seu artigo 8º a sub-locação do lote pelo arrendatário. Mas no contrato assinado entre o arrendatário e a Novacap, o incentivo ao uso do trabalho alheio era mais claro. No artigo 7º está assim explicitado: "o 'arrendatário' deverá residir com a família no lote arrendado, podendo tomar serviços de terceiros para a execução dos trabalhos". Cf. "Contrato de Arrendamento" entre a Novacap, no futuro Distrito Federal e os Arrendatários do Núcleo Vargem da Benção. FZDF, Departamento de Terras Rurais; por exemplo a pasta 24 onde é encontrado o contrato nº 1 de arrendamento.
- (57) Cf. "Plano Agropecuário do Distrito Federal", CODEPLAN, 1971, p. 70 e seguintes:
- (58) Até 1967, Brasília era administrado por Prefeitos. A constituição de 1967 no § 1º do art. 7º e item III do art. 42, alterado pela Emenda Constitucional nº 1/69, determinou a administração por meio de Governadores, cabendo ao Senado Federal, legislar e fiscalizar a administração.
- (59) Cf. "Plano Agropecuária do Distrito Federal", op. cit, p. 165-6.
- (60) Cf. "I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1972/1974". Brasília, Presidência da República, dezembro de 1971, p. 27.
- (61) A Região Geo-Econômica foi instituída e normatizada através da Exposição de Motivos nº 4 de 29 de janeiro de 1975 do Conselho de Desenvolvimento Econômico e aprovada pelo Senhor Presidente da República. Cf. "O entorno do DF - problemas e propostas de solução", Brasília, Sudeco, s.d. p.01.
- (62) Cf. "Plano Agropecuária do Distrito Federal" op. cit,

p. 131-2.

- (63) "Plano Agropecuária do Distrito Federal", op. cit, p. 85.
- (64) Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974.
- (65) As exigências eram as seguintes (art. 12).
 "a) - ser residente e domiciliado ou possuir filial no Distrito Federal;
 b) - ser considerado apto a exploração do lote pretendido;
 c) - apresentar atestado de antecedentes;
 d) - comprometer-se a construir residência no lote e ali exercer a atividade pretendida, podendo contratar serviços de terceiros;
 e) - apresentar o cartão de Identificação do contribuinte, do Ministério da Fazenda;
 f) - apresentar a Carteira de identidade;
 g) - preencher o Cadastro Pessoal e Patrimonial, de acordo com o modelo fornecido pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, através do Departamento de Terras e Colonização".
- (66) Decreto nº 1.179, de 27 de outubro de 1969, que alterava o Decreto nº 1.052, de 29 de julho de 1969. Cf. art. 1º que alterava os art. 17 e 22.
- (67) Decreto nº 2.739, art. 17.
- (68) Cf. "II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) - 1975/79". Brasília, Presidência da República, setembro de 1974, pag. 27, 33, 35, 36 e 37.
- (69) Cf. "Avaliação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do cerrado - PRODECER". Maria Lúcia D'Apice Paez et.al. Brasília, Revista de Economia Rural, 22(3), jul-set 1984. Ver. pag 329 e 338.
- (70) As "Áreas Isoladas" foram criadas pelo Decreto nº 3.301, de 07 de julho de 1976 e "destinavam-se à implantação de projetos agropecuários aprovados pelo Governador do Distrito Federal", (art. 3º, § 4º).
- (71) Cf. Documento do Banco Central do Brasil, de 27/12/1976, expondo os motivos que justificam a aprovação da medida; voto CMN nº 417/76 de 27/12/1976, assinado pelo Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen; correspondência do Banco Central do Brasil ao Banco Regional de Brasília, comunicando a aprovação da medida, de 06/01/1977; correspondência do Banco Central do Brasil ao Chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura, comunicando a aprovação da medida, em 27/01/1977, in: "A política fundiária do Distrito Federal". SAP/CEPA, Brasília, 1983. (Consulte os documentos em anexo).

(72) O PAD-DF é atualmente composto de seis áreas: A, B, C, D, E e F. A área "A" foi criada em 1977 e é composta de 16 lotes num total de 4.470,71, ha. Dos dezesseis arrendatários, seis são agricultores gaúchos, dois agricultores japoneses e os restante possuem outras atividades como renda principal. Predomina o cultivo da soja.

A área "B" foi criada em 1980 e é composta de 29 lotes, num total de 7.985,56 ha. Os lotes 01 a 09 e 25 e 27, estão com grande parte de suas áreas em terreno ainda não desapropriado, pertencente ao grupo de Fazendas OK. Nos lotes restantes, são encontrados três agricultores gaúchos. Os outros possuem outras atividades como renda principal. Predomina o cultivo da soja e a criação da pecuária leiteira.

A área "C" foi criada em 1977, possuindo 22 lotes que perfazem um total de 5.350,79ha. Dez são agricultores, dos quais oito pertencem a uma mesma família (Cenci), num total de 2.001,38 ha. Esta família possui ainda um lote de 292,50 ha na área "B" e vários outros lotes nas áreas "D" e "E". Predomina o cultivo de soja e a criação pecuária.

A área "D" foi criada em 1978, com um total de 19 lotes, que perfazem 5.422,50ha. Oito arrendatários são agricultores sulistas os outros possuem outras atividades como renda principal. A família Cenci detém mais 300,00 ha nesta área. Predomina a cultura de soja e a pecuária.

A área "E" foi criada em 1979, contando com 23 lotes, num total de 6.520,15 ha. Nove são agricultores, dos quais seis pertencem a família Cenci (1.386,50ha). Predomina o cultivo da soja e a criação pecuária.

A área "F" foi criada em 1977, e conta com 18 lotes, num total de 5.554,21 ha. Três arrendatários são agricultores, os outros possuem outras atividades. Predomina a pecuária e o cultivo da soja, nesta ordem.

As seis áreas perfazem um total aproximado de 35.303,92 hectares.

Para maiores informações consulte-se, nos arquivos da FZDF, Departamento de Terras Rurais, as pastas referentes aos arrendamentos das áreas do PAD-DF.

(73) O primeiro setor instalado no PAD-DF foi a área "A", em 1977. Na consulta dos processos de arrendamento desta área, se encontra por exemplo o seguinte: na pasta 09, p. 78: carta da FZDF oferecendo crédito do Banco Regional de Brasília - BRB ao arrendatário. Na pasta 10, pag. 46; despacho solucionando alguns entraves quanto a legislação vigente, Decreto nº

2.739, de 16/10/1974: "Não existe prova de residência do requerente no Distrito Federal, mas convenhamos que ele deverá, pelo menos, transferir o domicílio, ou mantê-lo também aqui, sob pena de dar causa justa à rescisão do pacto a ser firmado." Na mesma pasta 10, p.47: "como o imóvel localiza-se em terras onde está sendo implantado o 'Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD-DF', necessária será a inclusão de cláusula em que o arrendatário assume o compromisso de filiar-se à Cooperativa que na região está instalada, objetivando oferecer melhores condições de colocação dos produtos".

Na pasta 12, pag. 48: "O proemittente arrendatário pretende dar maior ênfase no 1º ano a cultura de arroz seguida da cultura da soja. Pretende dinamizar a cultura da soja a partir do 3º ano quando o solo oferece melhores condições para esta cultura. O trigo permanece estável quanto a área cultivável tendo cunho tecnicamente experimental".

(74) Para 1978/1980 era o seguinte o quadro da produção no Distrito Federal (em toneladas).

	1978	% SOBRE CONSUMO	1979	% SOBRE CONSUMO	1980	% SOBRE CONSUMO
OLERÍCO-						
LAS	31.039	51,7	34.243	48,2	36.630	52,6
FRUTAS	6.956	9,1	7.877	9,5	8.438	10,7
GRÃOS	4.802	2,6	17.030	8,7	47.053	22,3
CARNE						
BOVINA	1.447	6,4	1.600	6,7	1.758	6,8
CARNE						
SUÍNA	837	37,9	894	38,1	954	37,8
CARNE						
FRANGO	14.000	86,5	14.823	86,3	13.767	74,0
LEITE(1)	5.420	8,3	6.054	8,3	7.243	9,2
OVOS(2)	800	6,3	1.246	9,1	3.560	23,7

Fonte: Diagnóstico do Setor Agrícola do Distrito Federal, (SAP/CEPA) 1984, p. 103.

(1) em 1.000 litros

(2) em 1.000 dúzias

Com relação aos grãos tínhamos o seguinte desempenho (em toneladas).

	1978	% SOBRE CONSUMO	1979	% SOBRE CONSUMO	1980	% SOBRE CONSUMO
ARROZ	3.342	4,5	12.000	14,8	21.000	24,0
SOJA	372	0,5	3.600	7,3	23.000	43,4
TRIGO	38	0,1	42	0,1	324	0,7
FEIJÃO	150	0,7	188	0,8	210	0,9
MILHO(1)	900	43,9	1.200	54,1	2.400	100,0

Fonte: o mesmo acima, p. 103.

(1) o crescimento do milho estava relacionado ao desenvolvimento da avicultura.

- (75) A área em que foi implantado o PAD-DF era ocupada por terras não desapropriadas e por posseiros. Todos foram retirados e indenizados. De um modo geral as indenizações não foram satisfatórias, mas em sua maioria, estas pessoas receberam lotes inseridos entre as áreas do PAD-DF, que foram denominadas Colônias Agrícolas. Foram criadas assim as Colônias Agrícolas do Lamarão, Buriti Vermelho, Cariru e Capão Seco. Seus lotes variavam entre os cinco e os vinte hectares. Em 1979 encontravam-se em precárias condições, cultivando principalmente mandioca, feijão e milho. Não possuíam assistência técnica (ou melhor, era praticamente inexistente), o pequeno valor de seus contratos de arrendamento não eram considerados suficiente como garantia de financiamento, havia falta de água e eletrificação, não havia escola, posto médico e saneamento básico.

Apesar de inseridas no PAD-DF, eram o retrato oposto deste.

- (76) "Ações relacionadas com os pequenos produtores rurais no Distrito Federal", GDF/SAP, 1983, p.11.
- (77) Os Núcleos Rurais foram selecionados tendo em vista a capacidade de resposta imediata aos investimentos em infra-estrutura e assistências realizados pelo estado.

Para as ações do GDF/SAP nesta primeira fase, correspondente ao período 1980/1982, Cf. "Programa de Desenvolvimento Rural Integrado - PDRI". GDF/Comissão de Planejamento Agrícola do Distrito Federal - CEPA/DF, 1979. Cf. também "Ações relacionadas com pequenos produtores" op.cit, p. 13 e 16. Cf. também "Agropecuária no Distrito Federal: história, situação atual e perspectivas para o futuro". GDF/SAP, Brasília, 1990, p. 21-2; e Cf. também: "Caracterização do Território e da população do Distrito Federal". CODEPLAN, Brasília, 1984 (em 10v.) consulte o volume referente a "Planaltina e Jardim", folha 7.

- (78) A nova legislação está contida no Decreto nº 4.802, de 06 de fevereiro de 1979, regulamentado pela Portaria de 07 de dezembro de 1979.
- (79) Os outros pontos.

- "b) - apresentar o requerente, fotocópia de sua cedula de identidade e do cartão de identidade de contribuinte do Ministério da Fazenda;
- c) - perfeita caracterização do imóvel a ser arrendado;
- d) - apresentar o requerente pormenorizado Plano de Utilização do imóvel desejado, devidamente analisado e aprovado por técnicos daquela Fundação (FZDF); e
- e) - pagamento dos valores legalmente exigidos".

Estas normas constam da Portaria de 27 de setembro de 1979, que procura dar curso aos processos, antes da regulamentação do Decreto nº 4.802.

- (80) Com relação a 2ª fase, Cf: "Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Distrito Federal - PDRI-DF - 2ª Fase", GDF/CEPA-DF, 1983. Cf. também: "Caracterização do Território e da População do Distrito Federal", op.cit, consulte o volume referente a "Gama e Paranoá".
- (81) O Núcleo Rural Santos Dumont começou a ser implantado em 1984. No início de 1985, foram assinados os 65 (sessenta e cinco) contratos que inicialmente constituiriam o loteamento programado. Os problemas com relação ao Núcleo, diziam respeito as diferentes épocas políticas de planejamento e implantação. O planejamento ocorrera durante o Governo Figueiredo e a implantação no Governo Sarney. Uma das metas do Governo Sarney, visara implementar um programa de reforma agrária. Para o Distrito Federal, o único local adequado para uma imediata implantação de uma política reformista, estava localizado no Núcleo Rural Santos Dumont. Deste modo, pelo Decreto nº 8.892, de 17 de setembro de 1985, são revogados todos os 65 contratos do Núcleo Rural, tendo em vista a efetivação de uma nova política que vise efetivamente a produção de alimentos básicos, bem como o acesso a terra a camadas populacionais de menor renda.

Em janeiro de 1986 é apresentado o "Plano Regional de Desenvolvimento Agrário do Distrito Federal - 1986/1989" e que tinha por objetivo, o uso de terras públicas para o assentamento de trabalhadores rurais, que teriam como metas o cultivo de alimentos básicos deficientes em Brasília. Procurava-se assim diversificar os cultivos e evitar a crescente monocultura da soja.

A organização do espaço de produção teria como base o "Complexo Agro-urbano", reedição adaptada para nova época; do espírito Núcleo/USER, já que foi idealizado pelo mesmo criador do "Sistema de Abastecimento de Brasília".

Em dezembro de 1986, o Decreto nº 10.028, declara de utilidade pública para fins de desapropriação o Núcleo Rural Santos Dumont e nestas terras implantar o primeiro Complexo Agro-Urbano.

Esta intenção não foi em frente, pois ex-arrendatários impetraram mandatos de segurança ou então entraram com ações na justiça contra a decisão do GDF. O processo se arrastou até 1989, quando começou-se a chegar a um acordo. Dava-se opção de arrendamento a ex-arredantarios, desde que os mesmo retirassem as ações contra o GDF.

O impasse havia feito com que a partir de 1988, o GDF passasse a arrendar as terras novamente como Núcleo Rural, mas priorizando agricultores profissionais, como os 18 (dezoito) japoneses e 9 (nove) brasileiros que lá se encontram hoje, entre os 98 lotes arrendados.

Quanto ao "Complexo Agro-Urbano", teve que ser implantado em outra área, próxima a cidade-satélite do Gama. Mas com o naufrágio do espírito da Nova República, acabou sendo tragado pelo Sistema, representado pela política do Brasil Novo. Hoje já se encontra totalmente descaracterizado, com seus ideais deturpados e parecendo-se mais a uma grande favela do que como uma área voltada para promover a "elevação de rendas compatíveis com a dignidade humana".

- (82) Todas as informações a seguir, foram pesquisadas na FZDF/Departamento de Terras Rurais - Serviço de Arrendamento. Foram consultadas 1.232 pastas referentes aos processos de arrendamento dos Núcleos Rurais. Destas, 949 possuíam informações completas; 139 estavam seguindo trâmites burocráticos em outros setores; 86 diziam respeito a lotes ainda não desapropriados; 2 eram lotes vagos; 21 esperavam a aprovação ou rejeição dos Decretos nº 12.337 e 12.338, ambos de 19 de abril de 1990, onde se pretende instituir a licitação como forma para a celebração do contrato de arrendamento ou concessão de uso; 3 estavam arrendados à EMBRAPA; 2 à Sô Frango; 22 a COPERBRÁS e 8 a empresas diversas, um total de 283 lotes.

As informações dizem respeito, portanto, a 949 lotes arrendados em todos os Núcleos Rurais e pesquisados durante o período de maio a setembro de 1991.

Esse número corresponde a 601 lotes pertencentes aos núcleos da 1ª fase do PDRI (parte leste do Distrito Federal) e 135 da 2ª fase (parte oeste). Não estão incluídos os Núcleos Rurais de Sobradinho I e II (não foram incluídos no PDRI), Jardim e Santos Dumont, num total de 213 lotes. Esses serão analisados a parte.

Quando houver outra fonte, esta será citada.

- (83) Um número significativo de processos de compra e venda de direitos é realizado antes de vencido o prazo de 5 (cinco) anos estipulado por lei. Não computamos este número, mas no geral, a troca é feita normalmente, mas só é aceita na FZDF, a partir do vencimento do prazo, segundo cada contrato. Na maioria das vezes, mandam o pretense arrendatário voltar na data certa, para concretizar o arrendamento.

- (84) Estes números correspondem ao seguinte universo pesquisado: Rio Preto 148 dos 174 lotes; Tabatinga 178 dos 217; Pípiripau 79 dos 88; Taquara 101 dos 111; Riacho das Pedras 31 dos 41; Vargem Bonita 64 dos 67.
- (85) Cf. "Plano de Ação local - 1991" do Esloc Tabatinga, p. 4. EMATER/DF.
- (86) Cf. "Plano de Ação local - 1991" do Esloc Taquara, p. 4, 5 e 8; Esloc Rio Preto, item 2.2 - "Bovinocultura"; Esloc Tabatinga, p.4. EMATER/DF.
- (87) Cf. "Plano de Ação local - 1991" do Esloc Gama, p.2; Esloc CNPH, p.6. EMATER/DF.
- (88) Cf. "Plano de Ação local - 1991" do Esloc Sobradinho, p. 03. EMATER/DF.
- (89) Nos números aqui citados para o Núcleo Rural Jardim, não estão incluídos os 50 (cinquenta) lotes estabelecidos em terras ainda não desapropriadas, portanto sem contrato, nem os lotes da Colônia Agrícola Jardim, correspondentes aos lotes de 62 a 108. Os números dizem respeito portanto a 38 lotes (outros sete estavam sem referências).
- (90) Cf. "Plano de Ação local - 1991" do Esloc Jardim, p. 02. EMATER/DF.
- (91) Cf. "Plano de Ação local - 1991" do Esloc Planaltina, p. 07, 14 e 15. EMATER/DF.
- (92) Como agricultores japoneses, consideramos também os descendentes nascidos no Brasil, mas que continuam exercendo o ofício.
- (93) Trecho de uma carta de agricultor gaúcho encontrada na pasta 46 do Núcleo Rural Santos Dumont: "em 1979 ... o então Secretário, Senhor Pedro Dantas, dirigiu-se ao sul do País, a fim de atrair agricultores para desbravar o cerrado do DF, foi nessa época que me alistei juntamente com esses pioneiros.
- (...)
- Chegando a Brasília no dia 20 de julho, me dirigi à FZDF, para receber o referido lote, disseram que já não havia mais lotes..."
- (94) Cf. Listagem da FZDF - Departamento de Terras Rurais, de 29/04/1988, contendo relação de lotes, ocupação atual e existência de vínculo bancário. Entre os Núcleos Rurais analisados, não constam informações sobre Vargem Bonita, aparecendo o espaço, em branco.
- (95) A situação da população rural é focalizada em todos os relatórios da EMATER/DF. Cf. "Plano de Ação Local - 1991", para os 17 (dezessete) escritórios. Veja item referente à "Ação Social", que enfoca os programas de

"alimentação e nutrição", "saúde e higiene", "habitação e saneamento" e "artesanato".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - LIVROS, RELATÓRIOS, DISSERTAÇÕES, PLANOS CITADOS

ALBUQUERQUE, Lucídio Guimarães. "Sistema de Abastecimento de Brasília" (Relatório de viagem). Rio de Janeiro, novembro de 1958.

BRUNO, Regina Angela Landim. "As condições sociais da agricultura no Distrito Federal". Brasília, Universidade de Brasília-UnB, 1976. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

CODEPLAN. "Diagnóstico do abastecimento de produtos alimentícios do Distrito Federal; Tomo II - a produção agropecuária: vol 1". Brasília, 1970.

----- . "Plano agropecuário do Distrito Federal". Brasília, 1971.

----- . "Caracterização do território e da população do Distrito Federal". Brasília, 1984. (em 10 volumes).

----- . "Mensário estatístico do Distrito Federal". Brasília, vol. 9, nº 11, de 1990.

----- . "Contas regionais: Produto Interno do Distrito Federal-1980". Brasília, dezembro de 1990.

EMATER/DF. "Plano de ação local". Brasília, 1991. (por escritório).

FIGUEIREDO, Vilma. A intensificação da agro-empresa no Distrito Federal, in: "Reflexões sobre a agricultura brasileira", Coordenador: Braz José de Araújo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 41-119.

FZDF. "Listagem com relação de lotes, ocupação atual,

- vinculo bancário". Brasília, 29/04/1988.
- _____. "Operação Terra". Brasília, 1991. (Relação manuscrita por Núcleo Rural, Colônia Agrícola, Áreas Isoladas, Áreas do PAD-DF, CAUB e PICAG).
- IBGE. "1º recenseamento de Brasília". Inspetoria Regional de Estatística Municipal de Goiás, em 20/07/1957.
- _____. "Censo demográfico do Distrito Federal-1960". Rio de Janeiro.
- _____. "Censo agrícola/Distrito Federal-1960". Rio de Janeiro. Vol. II, Tomo XIV - Parte 1º, 1967; Parte 2ª., 1970.
- _____. "Brasília". 4ª ed., Rio de Janeiro, 1977. (Coleção Monografia, nº 391).
- _____. "Censo Agropecuário/Distrito Federal-1985". Rio de Janeiro, 1990. (número 28).
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Serviço de Informação Agrícola. "Agricultura em Brasília". Rio de Janeiro, 1960. (Série Documentária, nº 9).
- MIZIARA, Fausto. "Estado e agropecuária: o caso de Brasília". Brasília, UnB, 1990. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- MUELLER, Charles & NOGUEIRA, J. (Coord.). "Programa de redinamização da economia brasiliense, o setor de agropecuária no Distrito Federal". Brasília, CORECON-DF/CODEPLAN, 1984.
- PAEZ, Maria Lúcia D'Apice, et al. Avaliação do programa de cooperação nipo-brasileira para o desenvolvimento dos cerrados - PRODECER, in: "Revista de Economia Rural". Brasília, 22(3): 327-364, jul-set 1984.
- PASTORE, José, et al. "Agricultura e o homem no Distrito Federal, Brasil: relatório preliminar de uma investigação, sociológica". Brasília, Ministério da Agricultura, junho de 1969.
- PÉBAYLE, Raymond. A área rural do Distrito Federal brasileiro, in: "Revista Brasileira de Geografia". Rio de Janeiro, IBGE, nº 1, ano 33, jan-mar de 1971, p. 39-83.
- PÔRTO, Ione Bernardes. "Análise sócio-econômica de

assentamentos dirigidos no Distrito Federal". Viçosa, Universidade Federal de Viçosa-UFV, 1989. (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. "I plano nacional de desenvolvimento (PND) - 1972/74". Brasília, dezembro de 1971.

----- . "II plano nacional de desenvolvimento (1975-1979)". Brasília, setembro de 1974.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. "Plano Regional de Desenvolvimento Agrário do Distrito Federal - 1986/1989". Brasília, 1986.

----- . "Agropecuária no Distrito Federal: histórico, situação atual e perspectivas para o futuro". Brasília, 1990.

----- . "A estrutura fundiária do Distrito Federal e suas distorções". Brasília, 1991.

----- . "Regularização fundiária - relatório final". Brasília, 1991.

----- . Comissão de Planejamento Agrícola do Distrito Federal-CEPA. "Programa de Desenvolvimento Rural Integrado". Brasília, 1979.

----- . "A política fundiária do Distrito Federal". Brasília, 1983.

----- . "Ações relacionadas com os pequenos produtores rurais no Distrito Federal". Brasília, 1983.

----- . "Programa de Desenvolvimento Rural Integrado no Distrito Federal. PDRI-DF - 2ª Fase". Brasília, 1983.

----- . "Diagnóstico do setor agrícola do Distrito Federal". Brasília, 1984.

SILVA, Ernesto. "História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade". Brasília, Coordenada/Ed. de Brasília, s.d.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE - SUDECO. "O entorno do DF - problemas e propostas de solução". Brasília, s.d.

VIEIRA PINTO, Maria Magdalena. "Brasília, a nova capital do

país". Publicação comemorativa da XX Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, 1960. (Separata de um dos capítulos do livro "A Grande Região Centro-Oeste", vol. II da Geografia do Brasil).

II - ARQUIVO CITADO

Arquivo pessoal do Sr. Lucídio Guimarães Alburquerque.

- Resumo das reuniões do Sub-grupo de abastecimento, referentes ao período de 21/01/1959 a 30/03/1960.
- Relatórios ligados as decisões sobre a efetivação do Sistema de Abastecimento de Brasília. Período: dezembro de 1959 a agosto de 1960.
- Plano de Emergência para o abastecimento de Brasília: em anexo ao resumo da 4ª reunião do Sub-grupo de abastecimento (04/06/1959) e Relatório de 24/03/1960.

Arquivo da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal/Departamento de Terras Rurais-Serviço de Arrendamento.

- 1.232 pastas referentes aos quinze Núcleos Rurais.
- 127 pastas referentes as áreas A, B, C, D, E e F do PAD-DF.

III - PERÍODICOS CITADOS

Fazem parte da coleção de recortes de jornais do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

CORREIO BRASILIENSE (Brasília). "O problema das granjas", em 11/02/1962.

CORREIO DA MANHÃ (Rio de Janeiro). "Possibilidades da agricultura nas áreas de Brasília", em 04/08/1960.

DC-BRASÍLIA, de 03/01/1962.

DIÁRIO DA TARDE (Belo Horizonte), de 29/08/1960.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Granjeiros querem contratos de terras", em 13/03/1962.

O GLOBO (Rio de Janeiro). "Centro de abastecimento", em

28/04/1960.

O JORNAL (Rio de Janeiro). "Em atividade a fazenda escola de Brasília", em 02/08/1960.

IV - LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO nº 480, de 30 de abril de 1955. "Declara de necessidade pública e de conveniência ao interesse social a localização da Nova Capital Federal".

LEI nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. "Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências".

RESOLUÇÃO nº 6, de 07 de agosto de 1957.

RESOLUÇÃO nº 20, de 21 de outubro de 1959.

DECRETO nº 149, de 19 de janeiro de 1962.

DECRETO nº 163, de 26 de fevereiro de 1962.

RESOLUÇÃO nº 44, de 16 de março de 1966. "Altera dispositivos das Resoluções número 6-1957, 20-1959 e 23-1963, e dá outras providências".

DECRETO nº 1.052, de 29 de julho de 1969. "Revoga o Decreto nº 163, de 26 de fevereiro de 1962, e disciplina o uso das áreas rurais".

DECRETO nº 1.179, de 27 de outubro de 1969. "Faz alterações no Decreto nº 1.052, de 29 de julho de 1969".

DECRETO nº 1.180, de 27 de outubro de 1969. "Regulamenta o Decreto nº 1.052, de 29 de julho de 1969, alterado pelo Decreto nº 1.179, de 27 de outubro de 1969".

DECRETO nº 2.739, de 16 de outubro de 1974. "Estabelece normas para o uso, concessão, distribuição e arrendamentos na área rural do Distrito Federal".

DECRETO nº 3.301, de 07 de julho de 1976. "Acrescenta e altera disposições do Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974".

DECRETO nº 4.802, de 06 de setembro de 1979. "Estabelece normas sobre administração, utilização, distribuição e arrendamento de terras na Área Rural do Distrito Federal e dá outras providências".

PORTARIA de 24 de setembro de 1979.

DECRETO nº 8.892, de 17 de setembro de 1985. "Revoga contratos celebrados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e terceiros, tendo como objetivo a utilização de glebas integrantes do Núcleo Rural de Santos Dumont".

DECRETO nº 10.024, de 22 de dezembro de 1986. "Estabelece normas sobre distribuição, administração e utilização de terras na área rural do Distrito Federal e dá outras providências".

DECRETO nº 10.028, de 29 de dezembro de 1986. "Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, direitos por benfeitorias e acessões dos titulares de contratos de arrendamento da glebas do Núcleo Rural Santos Dumont e dá outras providências".

DECRETO nº 10.893, de 23 de outubro de 1987. "Estabelece normas sobre distribuição, administração e utilização de terras na área rural do Distrito Federal e dá outras providências".

PORTARIA de 29 de outubro de 1987. "Regulamenta o Decreto nº 10.893, de 23 de outubro de 1987, e dá outras providências".

DECRETO nº 12.337, de 19 de abril de 1990. "Altera a redação do artigo 6º, do Decreto nº 10.893, de 23 de outubro de 1987".

DECRETO nº 12.338, de 19 de abril de 1990. "Torna obrigatória a licitação para a celebração de contratos de concessão de uso de imóveis da área rural do Distrito Federal".